

Gilberto de Abreu Sodré Carvalho

# Antepassados

genealogias patrilineares  
de minha mãe e de meu pai

São Paulo

2020

© 2019 by Gilberto de Abreu Sodré Carvalho  
Todos os direitos reservados

Diagramação e capa: Cássia Souto

Carvalho, Gilberto de Abreu Sodré

Antepassados / Gilberto de Abreu Sodré Carvalho - 1 ed.  
São Paulo : Edição do Autor, 2020

## NOTA

Quando crianças, eu e minhas irmãs Lucinha e Silvinha víamos nossos pais como heróis capazes de nos defender das ameaças. Os beijos e abraços na mamãe e papai eram eternos; no contato próximo nos perdíamos no prazer do acolhimento afetuosos. Foi o período da rua Abade Ramos, no Jardim Botânico, Rio de Janeiro e do curto período em São Paulo, capital, na rua Grajaú.

Com o tempo, quando cada um de nós se tornava adolescente, nosso pai se fez claramente homem correto e, mais ainda, generoso e amoroso a seu jeito. Nossa mãe confirmou-se doce e serena, severa também. Orival e Lia, entre si, se tratavam à moda antiga, sem deixar pistas do afeto físico que certamente havia. Junto a nós estava a vovó Hortência, querida por mim e Lucinha, e uma autoridade matriarcal para a caçula Silvinha.

Eu, Lucinha e Silvinha, na fase adulta, os conhecemos melhor nos seus defeitos e virtudes. Com isso, mais os amamos como pessoas frágeis como nós. Junto deles, nos tornamos amados e mais confiantes. Nesse longo tempo, do apartamento da Lagoa ao da avenida Rui Barbosa, surgiram os netos em ordem de entrada em cena: Nanda, Tatá, Tati, Duda, Dado, Vivi e Le. E ainda os genros e noras: Alexandre, Vânia, Mauricio, Lilian e Odair. Formávamos, em diversas composições possíveis, um grupo alegre. Somam-se nossa tia Dulce, Therezinha e Cristina, e o Aryzinho e o Rodrigo; tia Landinha, Gilda, e

mais Mariozinho e Claudinha. E os primos por pai: Paulo, Rosa, Lúcia e Odilon. Em seguida, Mônica e Patrícia, irmãs da Vivi, adotadas como netas. Todos acarinhados, em especial em Teresópolis, com direito à fartura da mesa e dos afagos. A casa dos nossos pais era um enorme coração.

Na parte final de suas vidas, surgem os bisnetos: Luís Eduardo, Luís Emanuel e Maria Luísa. Nesse mesmo tempo, o convívio é de saudade todo o dia, fosse perto ou longe deles. Saudade até no abraço e no beijo enquanto dados e recebidos; sentimos que o contato não duraria para sempre como nas nossas ilusões de infância.

Depois de papai e mamãe irem para a Terra da Saudade, mais bisnetos nascem: Bernardo, Maria Júlia, Ben, Filipa e Cecilia, até este ano de 2019.

Não temos mais Lia e Orival no mundo real. Lucinha também se foi. Suas presenças nos vêm, no entanto, do espaço de sonho e memória. Estamos, dia sim dia não, contidos nesse espaço em visitas. Nele, aparecemos como personagens em igualdade. A sala grande da casa em Teresópolis é o cenário mais comum para as lembranças.

Lá estão reunidas, uma vez que eram sempre lembradas nas conversas sem fim, todas as fases das nossas vidas. São cenas de alegria, gratidão, humor, debates, confidências, acolhimento, ciúmes, mas, de regra, muito amor, buscado e achado. Há trilha sonora: risos e risadas por tudo, barulheira das refeições, panelas e travessas da Cláudia, cantorias, latidos da Carina, Debbie e Lita, teatrinhos dos netos, a televisão, ensinamentos e sugestões, em separado, à voz baixa. Lá no espaço do sonho e da memória, estão os objetos, a dizer, cenográficos, como a elegante escrivadinha do papai, os talheres, jogos de mesa e toalhas, copos e pratos, quadros, esculturas e cerâmicas, e ainda fotos, slides, textos. Tudo isso exposto, ou trazido para compartilhar, na sala grande de Teresópolis, com seus sofás, cadeiras, tapetes, mesa de centro de carvalho, baú de couro onde ficam salgadinhos, a mesa de madeira torneada com tampo de cobre, a lareira imponente e o seu icônico fole, as paredes de tijolinhos à inglesa, a mesa de doze lugares, a escada de degraus de pau-ferro que vai para o quarto de cima, o espaço descoberto com chão de pedras, onde está a churrasqueira do Mauricio, com visão para o jardim e a rua. Acima desse pátio, fica uma sacada saliente

em meio aos lambris envernizados que horizontalmente cobrem toda a estrutura frontal da casa, vindo em seguida os quartos com suas janelas de madeira sólida vazadas por recortes no feitiço de coração. O telhado é avançado no estilo e angulação de chalé alpino. Voltando à sala, há uma janela ampla, envidraçada, com vista para o campo de golfe junto à estrada para Petrópolis e a linda casa da tia Landinha. A casa de tio Brenno, da tia Zilah e do Felicianinho, se vê ao longe, na rua seguinte, dessa vez olhando para cima, estando-se no pátio.

No memorial da saudade – com centro na sala grande de Teresópolis - estão todos em igualdade, vivos para sempre. Podemos ver, tocar e sentir Orival e Lia, e eles terão a nossa presença no seu mesmo plano de existência.



Dedico este trabalho a todos os  
descendentes de Lia e Orival.





Minha mãe Lia de Abreu Sodré ou, quando casada, Lia Sodré de Carvalho, nasceu em 2 de dezembro de 1920, no Rio de Janeiro, RJ, e faleceu em 10 de outubro de 2004, também no Rio. Foi professora do ensino fundamental municipal da cidade do Rio de Janeiro. Na maturidade e velhice tornou-se pintora, tapeceira e escultora. Era dedicada companheira de meu pai. Era, ao mesmo tempo, mãe rigorosa e afetuosa. Amava os filhos com sabedoria, com os cuidados devidos a cada um conforme suas carências e personalidade.

Meu pai Orival de Carvalho nasceu em 5 de outubro de 1914, em Ponta Grossa, PR, e faleceu em 9 de julho de 2001, no Rio de Janeiro, RJ. Foi bancário, em seguida, aeroviário, quando foi líder sindical. Em seguida, diretor de empresas e empresário. Foi um homem disciplinado nas finanças, desde os tempos em que tinha poucos recursos. Honesto em tudo e com todos; ajudava a muitos, sem alarde. Tinha interesse genuíno no bem-estar dos outros. Era severo no julgamento de si mesmo e capaz de perdoar os outros sem cobranças.

\*\*\*

O presente trabalho foi inicialmente concebido para ser dois livretos com publicação em separado. Percebi no entanto que, juntos em um volume, os dois estudos seriam mais fáceis de consultar e guardar pelos

descendentes do casal Orival e Lia. Isso não impediria o eventual uso por meus primos e primas, maternos e paternos, quanto aos antepassados que têm em comum comigo, Maria Lúcia e Silvia Maria, minhas irmãs inteiras.

Optei por apresentar primeiro a história familiar patrilinear de Lia, toda ela ocorrente na capitania, província e estado do Rio de Janeiro, desde os primeiros tempos da cidade do Rio de Janeiro. A genealogia patrilinear de Orival deixei por último. Ocorre que meu avô paterno Genésio, com passado familiar especificamente piauiense, desde a passagem do século 17 para o 18, migrou para o Paraná, e meu pai veio de lá para o Rio. O encontro das duas genealogias se dá no Rio de Janeiro, que se tornou a terra de adoção de meu pai, onde viveu toda sua vida adulta e onde faleceu aos 86 anos.

# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

- 13 • Antroponímia e autoidentidade • Família e sobrenome • Três fases da história da adoção de sobrenomes • Marcos brasileiros de antroponímia (tomada de sobrenomeação) • Poderes econômico, de mando e da imanência • Temas de genealogia sociológica

## 39 SODRÉ

- Preâmbulo • Origens do nosso Sodré • Rio de Janeiro: fundação, disputas e a ocupação sociopolítica da Guanabara (séculos 16 e 17) • Antepassados próximos • Baltazar e Mariana: descendência • Sobre os primos Azevedo Sodré

## 111 CARVALHO

- Preâmbulo • Os Carvalho, de Ribeira de Pena • Por que Manuel, um dos patriarcas do Piauí, adotou o apelido “Carvalho de Almeida” • Patrilinearidade Carvalho • Aportes ao Carvalho patrilinear

## 181 QUADROS GENEALÓGICOS

## 197 REFERÊNCIAS E SUGESTÕES DE LEITURA



# INTRODUÇÃO



## Antroponímia e autoidentidade

Neste texto vai-se muito ver a tomada de sobrenomeações que não remetem ao apelido do pai, como hoje faria sentido, mas sim da mãe, ou de alguém outro nas tradições do pai ou da mãe. Ocorre que, na nossa tradição de origem portuguesa, tendemos a igualar as alternativas ou combinamos as heranças culturais vindas de ambos os genitores. Pai e mãe nos são iguais, bem como qualquer dos nossos avós e bisavós, em quaisquer mirabolantes ziguezagues genealógicos que se fizerem. Não somos, como os ingleses e franceses, ligados apenas aos pais, desprezando, em alguma monta, a tradição das mães.

A fixação intergeracional de um dado apelido só se dá quando ele passa a ser preferencial para uma sucessão de descendentes. Mas, curiosamente, isso não ocorre para uns tantos, cuja escolha em favor daquele sobrenome não se faz. Definem-se por outro ou cessam o uso de um dado apelido para inaugurar um novo, de mais prestígio ou mais significativo por algum critério. Por vezes, há arrependimento, uma ou duas gerações adiante, e a religação acontece.

Temos o gosto de nos ligarmos a um passado, genealógico ou ficcional (cultura ou religião), que nos conecte a alguma referência favorável ou, ao menos, aceitável em nossa avaliação subjetiva, como se estivéssemos contando, na concretude de nossas vidas, uma história intergeracional bem-sucedida. Nos inserimos no passado por conta daquele antepassado ou dos antepassados que melhor nos representem hoje, em nosso julgamento subjetivíssimo. Perceba-se que a escolha do sobrenome não é uma ação do passado, ou da família sobre o presente, mas sim do presente do indivíduo de hoje que procura um passado que lhe assente bem.

Apesar desse ponto, não há dúvida de que a tradição portuguesa e a ocorrida na América Portuguesa (e em seguida a brasileira) partem da prevalência patrilinear. A percepção da bilinearidade luso-brasileira de tradições só acontece por comparação com a prática dos estrangeiros.

É curioso observar que o machismo, como ideologia que propõe ou aceita a opressão da mulher pelo homem, é tido como característico do mundo ibérico e não um comportamento inglês ou francês.

Os portugueses e brasileiros somos, ao mesmo tempo, machistas nas relações sociais próximas e praticamos a bilinearidade na repassagem intergeracional das tradições.

Na medida dessa prevalência da tradição paterna, tende-se a considerar, ao menos até este início do século 21, que o estudo progressivo do sobrenome de uma dada pessoa deva ser feito pelo apelido vindo do pai. A tradição da mãe pode enriquecer, muitas vezes marcadamente, o que vai para o filho ou a filha, mas a tendência é que seja considerada como auxiliar. Se for bem maior que a tradição vinda do pai, é bem possível que especialmente o filho inaugure um novo “patronímico” que será portado também por seus filhos.

O fenômeno, como disse, é chamado “bilateralidade”, ou “bilinearidade”, termo que prefiro. Consiste na aceitação de linhagens costuradas por mulheres, não fazendo diferença, na avaliação social da maioria, uma pessoa descender de um ancestral (homem, de regra) por via feminina ou masculina. É interessante registrar que, em genealogia, o levantamento de uma linhagem por via das mulheres (matrilinear) será, em um mesmo período — 150 anos, por exemplo —, muito mais cheio de personagens que os encontrados em uma linhagem patrilinear. As mulheres casavam-se e procriavam mais cedo que os homens e por curto período; no passado, desde os 17 anos, ou menos, até uns 35, não mais. Os homens casavam-se e procriavam seus filhos legítimos desde os 25 ou 30, até os 65 ou mais.

Os costumes e o direito portugueses e, em seguida, os brasileiros apoiam essa igualdade por séculos, ainda que o resultado final buscado fosse a pessoa de um homem sucessor. Ou seja, a sucessão por via feminina (cognática) é aceita, sem que se procure uma alternativa colateral agnática, andando-se para trás até o antepassado homem que tenha tido outra descendência masculina pelo seu segundo, terceiro ou quarto filho homem. É assim que fazem os britânicos, na maioria dos casos, recusando a sucessão por via de mulher.

Pela *regra agnática*, a mulher só se impõe quando se torna herdeira única, não sendo contestada por alguma linearidade masculina colateral. Pela *regra cognática*, a sucessão pode se dar na pessoa de uma mulher, mesmo que, normalmente, essa venha a se casar e fazer de seu marido cotitular dos seus direitos.



\*\*\*

Observo que “Sodré” e “Carvalho”, na história antroponímico-genealógica minha e de minhas irmãs, têm-se mantido em linha patrilinear por mais de trezentos anos. Isso mostra que nossos antepassados masculinos diretos não se deixaram cativar por alternativas vindas das mães ou avós mulheres.

Ainda a registrar que os nossos “Sodré” e “Carvalho” remetem, há séculos, a tradições circunscritas a espaços reduzidos: Rio de Janeiro e Piauí, respectivamente.

## Família e sobrenome

Na percepção popular e mesmo na de muitos genealogistas, a palavra “família” anda junto a “sobrenome” ou “apelido”. A família geraria o sobrenome, mas isso não ocorre, ao menos do jeito como dizem.

Quando se fala de família, quer-se significar um coletivo de pessoas ligadas por parentesco genético, por afinidade, por dependência ou por interdependência. É preciso designar cada uma dessas estruturas. Pensa-se logo em um “sobrenome” para a designação requerida, como se, um sobrenome indicasse, por excelência, a ocorrência de uma família em suas variadas acepções semânticas.

“Família” pode significar:

- i) a “família Antunes da cidade tal, em Minas Gerais”, que, ao gosto dos genealogistas, representa a parentela que está ligada a um fundador, um João Antunes, por ilustração, vivente em meados do século 19;
- ii) a “família Antunes, que mora na rua tal”, a indicar pai, mãe e filho que respondem por esse apelido;

## ANTEPASSADOS

- iii) a “família Antunes, correspondente à Casa Nobre tal ou ao morgado X”, a nomear o núcleo da gente que responde por essa designação, incluindo-se, nesse coletivo, genros, noras, agregados, criados e dependentes;
- iv) a “família Antunes”, a compreender, como nomenclatura dos historiadores, a família extensa correspondente a um bando armado que tivesse por chefe um certo Antunes e sua família próxima, no tipo de estrutura ocorrente na Idade Média e na América Portuguesa do século 17, especialmente;
- v) a “família Antunes” ou a “família Mota”, a significar um casal homoafetivo de mulheres ou de homens que tem filhos, frente a quem compartilham a guarda, ainda que o mais comum, no Brasil, seja mencionar tal tipo de casal pelos nomes como, por ilustração, a “família da Margarida” ou a “família do Marcos” ou a “família da Luísa” ou a “família do Luís”;
- vi) a “família Antunes da Mota”, a apresentar uma parentela que busca ser conhecida por essa designação por achá-la prestigiosa; e, por fim,
- vii) a “família Antunes” como o grupo de pessoas que trabalham para a Empresa Antunes e que, por doutrina interna da mesma organização, espera-se que mostrem uma conduta de lealdade às causas e interesses da Empresa Antunes, como se fossem uma família unida, existente para o cumprimento desses propósitos.

Para entender a história da adoção de sobrenomes é preciso que se observem os fatos.

Em verdade, o sobrenome *coexiste* com a família, mas a família não gera o sobrenome. A assunção de um apelido é mais uma criação da pessoa do que uma decorrência da família como organização. O que se sabe dos fatos é o seguinte:

- Os indivíduos, em Portugal, na América Portuguesa e no Brasil, podiam escolher seu sobrenome sem restrições, ao atingirem a idade adulta (na Crisma, o mais das vezes), por um longo tempo histórico, até o começo do século 20. A comprovação do fato da livre escolha está na adoção de apelidos (sobrenomes) diferentes

por parte de irmãos e irmãs de mesmos pais e mães. Em adição a isso, os apelidos podiam ser mudados, durante a vida, por gosto ou conveniência do interessado.

- Os chamados “apelidos de estirpe”, fora do âmbito nuclear das Casas Nobres, não se estenderam como tais, ou seja, como designações “de estirpe”, para os seus adotantes já afastados da situação de membros estritos da Casa Nobre. Tornaram-se simples apelidos, ou sobrenomes, em vista de terem passado a ser adotados meramente e não como resultado de sujeição a uma família, ou seja, a uma Casa Nobre e ao seu direito interno ou familiar. Isso significa que, novamente, ocorre o direito individual de escolha. Pode-se falar em efetiva força da família, no caso das chamadas Casas Nobres. Essas, as do topo da nobreza, variaram em número. Eram entre 19 e 55 de 1580 a 1640; depois baixaram para 25 e, em seguida, fixaram-se em 50 Casas Nobres cimeiras até o final do século 18. Esses dados estão em Monteiro (2008 e 2011). Se cada Casa do topo da nobreza (de duques, marqueses, condes, viscondes e barões), onde havia direito vincular, tivesse uma média de 20 membros adultos na família nuclear, o que é muito, multiplicando-se por 50 (o número de maior frequência histórica desde o ano de 1640), haveria um contingente máximo de 1.000 indivíduos a todo o tempo, desde 1580 ao final do século 18. Na América Portuguesa, não se pode falar em Casas Nobres, mas apenas em muito poucos morgados com a obrigação de manutenção de sobrenome, sendo mínimo o número dos indivíduos compreendidos.
- Em meados do século 19, irmãos e irmãs passaram a adotar uma sobrenomeação comum a todos. Os descendentes tomaram o mesmo sobrenome, fazendo ressurgir um arremedo anacrônico de “apelido de estirpe”. No entanto, tal prática se enfraquece intergeracionalmente, sendo só notável quando a reinvenção do “apelido de estirpe” é acompanhada de sucesso econômico e político dos descendentes. A ideia básica de escolha individual permanece, mesmo que repetida intergeracionalmente.
- No século 20, quando, por determinação da Lei de Registros Públicos de 1939, passa a ser dos pais ou do declarante, na falta

dos genitores, o ato de dar nome completo (nome mais sobrenomeação) ao recém-nascido, nota-se ainda liberdade na definição do sobrenome de filhos e filhas. Tal liberdade é exercida em nome do recém-nascido, uma vez que, se alguém ficar sem registro de nascimento até a idade adulta, vai ser o próprio quem escolherá seu nome e sobrenome; e não os pais. No século 21, ainda que receba seu nome completo ao nascer, o indivíduo pode fazer alterações de monta quando adulto.

Observa-se uma busca de referenciamento da pessoa a uma tradição com a qual ela se identifique. Não se observa a “família” como uma organização que determine, de “cima para baixo”, a tomada de sobrenomes. Essa hipótese é excepcional. No que não for consequência de direito vincular, o que se tem é a escolha de “baixo para cima”. Ou seja, o indivíduo busca para si um sobrenome em meio ao repertório de apelidos que tem em seu passado antroponímico genealógico ou mesmo fora desse passado. A família não é relevante, mas sim a escolha de uma tradição de que se goste ou ainda a inovação mediante um apelido vindo do nada.

É curioso que a atribuição do *nome* (José, Maria, Antônio, Afonso, Clara) ao indivíduo, ao nascer, é, em contraste, uma função da família próxima, ainda que possa haver, uma escolha que remeta ao passado antroponímico ou ao gosto em curso na comunidade onde se esteja. O nome mostra o indivíduo ao seu ambiente próximo, que, por sua vez, o reconhece como pessoa por aquele nome. As sobrenomeações servem para o meio externo, fora da vizinhança imediata, no processo da construção contínua da autoidentidade no meio social.

Da argumentação acima, observa-se que, desde sempre, o porte de sobrenome foi uma questão de escolha individual em articulação com a sua aceitação social. Digo aceitação social porque, sem essa, a função seminal do apelido (de identificação social efetiva daquele dado indivíduo, que não pode ser reconhecível apenas pelo nome) estaria desatendida.

Com o tempo, no século 20, o sobrenome passa a ter o regramento legal no âmbito da hierarquia social, seja a portuguesa ou a brasileira. Os governantes determinam, por legislação, como o sobrenome é válido para efeitos de identificação social e jurídica.

O pai e a mãe (a família na sua seminalidade) podem repassar “passivamente” — ou seja, “pôr à disposição” — as suas tradições antroponímicas ou fazê-lo “ativamente”, atribuindo um apelido ao filho ou filha, no registro civil do nascimento, como ocorrente desde o século 20, sempre a pensar o que seria melhor socialmente para o menino ou a menina. Em suma, o indivíduo é, em boa medida, senhor do seu sobrenome.

Nos tempos correntes, basta à hierarquia social ter certeza de identificar o indivíduo, brasileiro ou português, pelos seus inúmeros registros e assentamentos, sejam eles administrativos, policiais, tributários ou judiciários. A estrutura societal sabe quem é a pessoa e a identifica, no plano físico ou material, mesmo sem o seu nome e sobrenome. A identificação jurídica é feita por meios da tecnologia da informação, da biometria e do conhecimento do seu DNA. A importância do nome, do sobrenome e, assim, do nome completo perde sua força identitária no plano material; resta-lhe a relevância como indicativo poderoso para a identificação social.

\*\*\*

Tomando-se a adoção de sobrenome como exemplo, observo que, no século 20, mesmo quando passa a haver regras legais para a adoção de sobrenomes pelos recém-nascidos, mediante a representação dos genitores, não são criadas normas de validação. A escolha subjetiva do sobrenome é validada pela simples avocação. Não se pensa na sujeição da escolha a uma comunidade disciplinadora da inclusão ou da não inclusão de alguém como elegível para o dado apelido, ou para acolher um dado projeto de autoidentidade de alguém.

O relevante é o indivíduo se sentir incluído pelo seu desejo (ou o dos seus pais por ele), e não satisfazer a critérios objetivos dos outros. O acolhimento ou não por uma comunidade ou por requisitos objetivos de inclusão e exclusão são matéria para outras análises.

As pessoas desenham a si mesmas por meio de suas “autoidentidades”, como: “sou vascaíno”; “sou monárquico” ou “sou monarquista”, como se diz no Brasil; “sou negro” etc. Não importa que o indivíduo seja ou não sócio do Club de Regatas Vasco da Gama, ou de qualquer associação monarquista, brasileira ou portuguesa. Ou, ainda, que aque-

le que se diz negro seja branco na aparência. Existe, em outro tipo de análise, o estudo do pertencimento a partir da ótica da comunidade, por exemplo, a discussão de quem é ou não israelita para efeito do rabinato ortodoxo de Israel, ou de quem é sócio proprietário ou não do Jockey Club do Rio de Janeiro.

A autoidentidade da pessoa é *apresentada* (ou seja, mostrada, feita conhecer) pelo seu nome, seu sobrenome e seu nome completo, como o indivíduo os for usando no curso da sua vida.

## **Três fases da história da adoção de sobrenomes**

### **Fase da integral portugalidade, de 1096 a 1850**

A primeira fase começa quando ainda não havia Portugal, ou seja, quando o território que seria o berço do novo reino ainda era o sul da Galícia do século 11, sob o nome de Condado Portucalense, atribuído a Dom Henrique de Borgonha. Naquele tempo, não havia o que chamamos de sobrenome, ou apelido; havia somente os patronímicos, as alcunhas e as referências à origem geográfica para a identificação social de alguém, quando necessário.

Apenas no século 13, o uso de patronímicos gera os apelidos que são repassados intergeracionalmente para além dos filhos, indo para netos e bisnetos. As alcunhas pessoais e topônimos aplicados seguem o mesmo caminho: são aplicados aos descendentes. De regra, neste longo tempo histórico,

- i) as mulheres não alteram seu sobrenome ao se casarem;
- ii) podem ocorrer mudanças de sobrenome, e mesmo do nome, durante o curso de uma vida, por força do interesse da pessoa;

- iii) respeitam-se tanto as tradições maternas como paternas para a adoção de sobrenomes, o que se chama de “bilinearidade das tradições”; e
- iv) as pessoas, quando usam em conjunto sobrenomes do pai e da mãe nos seus nomes completos, fazem constar primeiro o apelido do pai e depois o da mãe, nos moldes ibéricos tradicionais.

Durante esse longo tempo de dez séculos, tanto para Portugal quanto para a América Portuguesa e o Brasil, a questão dos sobrenomes existe no âmbito estrito da *portugalidade*. Ou seja, em um caminho histórico evolutivo dentro das possibilidades endógenas portuguesas, sem contributos culturais estrangeiros.

### **Fase à francesa, de 1850 a 1988**

Esta fase começa em meados do século 19, cerca de 1850, e vai, no caso do Brasil, até o final do século 20, com a Constituição Federal de 1988. Nela, impõe-se a influência francesa pós-revolução e pós-napoleônica: o sobrenome do marido passa a ser adotado pela mulher; os filhos e filhas passam a tomar os apelidos da mãe e do pai, nesta ordem, ou só assumir o sobrenome do pai, o que é mais comum em Portugal.

É uma fase importante na reflexão histórica, na medida em que se perde a memória social da fase anterior da portugalidade. As pessoas, brasileiros em especial, têm em conta hoje apenas o passado contido nesse período, a fase à francesa, de não mais que um século e meio. A fase anterior, de dez longos séculos, é ignorada.

A fase à francesa vai durar até que novas influências sociais globais se tornem inexoravelmente atuantes na cultura portuguesa e na brasileira, como a igualdade entre homens e mulheres, mais o poder familiar conjunto de mãe e pai sobre os filhos e as filhas.

### **Fase da Alta Modernidade, de 1988 ao presente**

Chega ao fim a modernidade da Revolução Francesa e a emergência da burguesia que tomou a Europa e o Ocidente, desde o Iluminismo. Agora, há um mundo multilateralizado em termos de

valores e tradições, que comporta a possibilidade de tudo poder ser aceito ou tolerado; não há mais condutas certas absolutas ou condutas erradas absolutas.

A Alta Modernidade pode ter como marco inicial, no Brasil, as discussões da Assembleia Constituinte, seguidas da promulgação da Constituição Federal de 1988. Neste tempo, afirmam-se os valores igualitários entendidos como normativos para toda a humanidade.

Nos nossos dias, sem que se tenha retornado à bilinearidade das tradições contida na antiga portugalidade, mas como fenômeno generalizado no Ocidente, há igualdade entre homens e mulheres no referente a sobrenomes, com desdobramentos que incluem os núcleos familiares homoafetivos.

Por meio da lei e do cumprimento dos processos judiciais próprios, os nomes e os sobrenomes podem ser objeto de mudança, desde que se protejam os interesses públicos e a segurança jurídica. Os profissionais de advocacia transgêneros, no Brasil de 2017, por decisão da Ordem dos Advogados do Brasil (o órgão supervisor da prática advocatícia), foram autorizados ao uso do nome profissional escolhido autoidentitariamente, a constar formalmente nas suas carteiras de identificação. Ocorrem também nomes e sobrenomes adotados informalmente por artistas e políticos, bem como por pessoas comuns, em suas apresentações em blogues ou páginas nas redes sociais.

## **Marcos brasileiros de antroponímia (tomada de sobrenomeação)**

Desde o ano de 1540 (com o início da ocupação portuguesa, após a fundação da vila de São Vicente, no atual estado de São Paulo), já se pode falar em sobrenomes na América Portuguesa, que ocorriam amplamente no Reino. Antes, no território da América Portuguesa e do



Brasil, os indígenas se dividiam em centenas de grupamentos linguísticos e etnias, em que cada qual devia ter seu sistema antroponímico. Com a chegada dos portugueses e a instalação de paróquias católicas, passaram-se a fazer os registros de nascimentos, casamentos e óbitos. O povo indígena não cristianizado mantinha suas regras, bem como os eventuais estrangeiros. Os ameríndios aculturados e convertidos seguiam as normas católicas.

Desde o ano de 1850 (aproximadamente), parte substancial da população brasileira passa a seguir o costume francês de colocar o sobrenome decorrente do pai por último, com o da mãe logo junto ao nome, em contrariedade ao padrão da cultura ibérica e portuguesa. Os imigrantes, por certo, agem de igual modo. A tomada de apelido continua a ser feita na idade adulta, pelo interessado, homem ou mulher. As mulheres, ao casarem, passam a assumir o sobrenome do marido, também por imitação dos franceses e ingleses. Surge e cresce, numericamente e em força política, uma população de imigrantes que já praticava, em suas etnias, o mesmo costume francês. Os sobrenomes estrangeiros são ou não aportuguesados. Os indígenas que não tivessem sido aculturados como católicos mantinham suas tradições.

Desde o ano de 1863, pelo decreto 3.069, de 17 de abril de 1863, a governação imperial reconhece os efeitos civis (jurídicos) dos casamentos acatólicos. Estes não são registrados nos livros principais das paróquias, mas nos seus livros secundários ou nos assentamentos municipais. Só eram admitidos tais efeitos civis para os registros acatólicos de casamentos de fiéis de religiões cristãs reconhecidas pelo papado, como o luteranismo.

A partir do ano de 1874, passam a existir, com o decreto 5.604, de 25 de abril de 1874, os cartórios de Registro Civil para os assentamentos de nascimentos, casamentos e óbitos. Tais registros oficiais do Império do Brasil existem em paralelo ao sistema da Igreja Católica, feito pelas paróquias.

Em vista de legislação específica, datada do ano de 1889, os registros civis (nascimentos, casamentos e óbitos) devem ser necessariamente feitos em cartório do Registro Civil. A Igreja Católica e qualquer outra igreja ou organização religiosa deixam de ter competência suficiente para os registros relativos às pessoas naturais.

No ano de 1890, o decreto 181, de 24 de janeiro de 1890, baixado pelo presidente Deodoro da Fonseca, estabelece o casamento civil. As pessoas não mais precisam da Igreja Católica, ou de outra igreja, para se consorciarem.

O Código Civil de 1916 torna obrigatória a assunção pela mulher do apelido do marido, no ato do casamento. O que era costume importado dos franceses e ingleses passa a ser obrigatório por lei.

Com a Lei dos Registros Públicos, de 1940, o sobrenome deixa de ser tomado pelo interessado, por sua vontade, na idade adulta. Cada criança passa a ter o nome completo imposto por ocasião do seu nascimento. Não há, no entanto, qualquer regra legal que obrigue a adoção do mesmo sobrenome por todos os irmãos e irmãs de mesmos pai e mãe. Por regra havida dos costumes, o sobrenome do nascido podia ser o de um dos pais, ou dos dois, ou de avós, conforme fosse requerido ao oficial do Registro Civil. Caso o declarante não se manifestasse quanto ao sobrenome do recém-nascido, este seria determinado pelo oficial do Registro Civil, pela aposição do sobrenome do pai ou da mãe, se a paternidade não fosse reconhecida. Ao atingir a maioridade, a pessoa podia, pelo prazo de um ano, requerer a alteração de seu sobrenome, sendo o seu prenome imutável. Em caso de motivo relevante, poderia requerer a mudança a qualquer tempo.

Desde o ano de 1973, a nova Lei dos Registros Públicos trouxe mudanças, ao dizer que a alteração de nome era possível durante o ano que se seguia à maioridade. Assim, o nome (nomação pessoal dada ao nascimento da criança) deixou de ser imutável, como queria a antiga Lei dos Registros Públicos. O resto se manteve.

Com as alterações legais simultâneas à Lei do Divórcio, a partir do ano de 1977, a obrigatoriedade de a mulher tomar o sobrenome do marido ao se casar deixa de existir: ela pode ou não mudar seu sobrenome de solteira. A regra de tomada obrigatória durou apenas sessenta anos, desde 1916, com o Código Civil. As demais normas legais vigentes desde 1940, com a pequena mudança de 1973, permaneceram em vigor.

A nova Constituição Federal de 1988 determinou a igualdade entre homens e mulheres. Por tal, a preferência pelo homem foi afastada da vigência de qualquer texto legal e da prática em qualquer situação na vida social.

Reafirmando o já contido na Constituição Federal, o novo Código Civil de 2002 determina que qualquer dos cônjuges, marido ou mulher, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro, ou manter o seu sem alterações. Todas as demais regras legais continuam. Nos tempos correntes, é possível ainda a tomada do sobrenome de padrastos ou madrastas. A evolução dos costumes e a abertura da lei levam a aceitar-se a tomada de sobrenomes de um ou de outro parceiro ou parceira também no âmbito dos casais homoafetivos. Os tempos da Alta Modernidade fazem possível o uso de composições criativas para o nome e sobrenomes dos artistas, políticos, profissionais e pessoas comuns, essas últimas em seus blogues ou nas redes sociais. Não importa que tais designações pessoais sejam ou não registradas como novos nomes completos no registro civil; com ou sem registros legais, tais nomes e sobrenomes têm curso social.

## **Poderes econômico, de mando e da imanência**

Para efeito de uma Genealogia Sociológica, ou de uma Genealogia Crítica, podem ser observados dois tipos de *aporte genealógico*. Um que se dá pela passagem e recepção de bens físicos e imateriais de um indivíduo para outro, por conta de uma relação de sucessão hereditária e genética (traços e aparência física em geral), como de pai para filho, de avô para neto, de tio para sobrinho, de padrinho para afilhado; ou mesmo em sucessão feminina: de mãe para filho ou filha etc. Outro, que se observa com o ingresso e recepção de bens por conta de um casamento (ou uma união estável, o que hoje se pode considerar) em que o casal passa geralmente a ser o titular condominial do que lhe vier de patrimônio. Caso não haja comunhão de bens, haverá o que se discutir, por certo. Quando houver filhos ou filhas, consolida-se, nesses, o aporte sucessório.

Tais bens físicos e imateriais são obtidos por alguém durante o curso de sua vida ou são havidos de um antepassado. Do mesmo modo, tais bens podem ser perdidos, alienados ou reduzidos de valor na vida de um titular originário ou por sucessão, e partilhados por vários filhos e filhas. É o conjunto desses bens relacionáveis a uma pessoa que a fará, mais ou menos, bem ou mal posicionada em uma hierarquia social. O julgamento social é sempre comparativo e evolutivo no tempo.

Há ainda, em contraponto, o que se pode chamar de “males”, como antônimo de “bens”. Os “males” são tudo o que for desfavorável que a pessoa porte, ou seja, que apresente para seu desprestígio aos olhos da observação externa no âmbito da hierarquia social a que pertence. Esses “males genealógicos” reduzem, aos olhos da observação social, o peso positivo dos “bens genealógicos”.

Os bens genealógicos podem ser assim esquematizados: (i) bens de produção, bens imóveis, pertences móveis, joias e direitos; (ii) a detenção de posição de mando, inclusive as de mando político; (iii) os bens de imanência, correspondentes ao pertencimento da pessoa a um estamento de gente bem avaliada socialmente.

Os bens econômicos e de mando são fáceis de perceber. A imanência é algo sutil. Eu vejo a imanência da pessoa como relacionada ao “mito do herói”, nos termos de Campbell (1997). É resultado da admiração social pelas pessoas percebidas como superiores, por causa de motivos não imediatamente ligados a sua posição econômica e/ou de mando. A palavra *imanência* expressa a inerência dessa qualidade ao sujeito que a detém, algo que parece estar contido na natureza da pessoa dela detentora. São atributos que a sinalizam: o prestígio, a aura ou o carisma. A percepção é de que a pessoa guarda, dentro de si, um bem abstrato que ela mesma desenvolveu ou que herdou. O importante é o reconhecimento social da existência de imanência na pessoa avaliada.

Como disse, a imanência é mítica; tem uma história por trás. São as narrativas que levam certas pessoas a serem naturalmente acatadas, ou mais acatadas que as outras. A noção de imanência remete às pessoas ditas de “boa família”, aos nobres, aos “bem-sucedidos” em geral, aos cientistas renomados, aos líderes, aos publicistas de nome, aos literatos reconhecidos, aos pensadores públicos, aos artistas amados e festejados; em suma, aos que detêm algum aspecto de caráter heroico, aquele ou

aquela que venceu desafios, ou os parece ter vencido. São como que pertencentes a um estamento ou grupo de gente que é assumida socialmente como diferenciada favoravelmente. Ocorre de muitas dessas pessoas, em reforço de sua qualidade, mostrarem trejeitos, jargões do seu estamento, hábitos e crenças. Isso faz com que tais modos sejam reproduzidos por gente comum (ou não tão especial) em busca de ascensão. Em contraste, nenhuma imanência tem o mendigo desconhecido e sem documentos ou o traidor confesso e medroso em tempos de guerra.

O conjunto dos pesos econômico, de mando e de imanência gera a importância e o posicionamento da pessoa na hierarquia social.

\*\*\*

A Genealogia Sociológica opera no modelo geral da Genealogia, mas toma o indivíduo como “agente” e a hierarquia social como “estrutura”, que varia em desenho e em tamanho. Existe hierarquia em uma comunidade favelada, em qualquer organização social (empresa, repartição, partido político etc.), em uma vila ou cidade, em uma província ou estado, e mesmo em área delimitável da província ou do estado. Existe hierarquia social em um país, e há mesmo uma hierarquia internacional, ainda que essa seja difícil de descrever. Cada indivíduo, ou “agente”, opera em uma ou mais hierarquias sociais em busca de ascender ou, no mínimo, de manter-se onde está na avaliação externa ou social do seu posicionamento. Este posicionamento é sempre relativo às posições dos outros em cada conjunto hierárquico.

A palavra “hierarquia”, no sentido aqui usado, não se reduz a um sistema formal e estável de pessoas subordinantes e pessoas subordinadas entre si. Trata-se mais geralmente de relações de poder e influência (ou de influência como poder) e de acatamento. As pessoas tendem a respeitar e serem respeitadas conforme os critérios de controle e avaliação social. As regras sociais de avaliação de posicionamento são normalmente não escritas, valem para cada hierarquia específica; ou seja, alguém poderoso em uma comunidade pode não o ser em outra. As hierarquias também se alteram no tempo, a mudar os posicionamentos das pessoas para baixo, para cima ou para os lados; são sistemas com vida própria e, assim, em processos contínuos de automodelagem.

Quais são os critérios de avaliação de posicionamento? São, a meu ver, os de maior ou menor posse de poder econômico, de mando e de imanência pelo indivíduo. Observe-se que os três tendem a se animar e fortalecer entre si, cada um aos outros dois.

A imanência pode surgir do sucesso da pessoa na economia e/ou no mando. Porém, ela só se mostrará se a posição econômica e/ou de mando forem percebidas como estáveis e permanentes, com tendência de alta. O contrário também é verdadeiro: um dado sobrenome, ou a relação a uma dada origem, só tende a acompanhar os indivíduos de pai para filho enquanto esses bens da imanência se relacionem aos poderes econômico e de mando, ligados diretamente àquele apelido e àquela “estirpe”. Quando, por exemplo, o aporte de bens vindo da mulher, em casamento, é significativamente mais robusto que o do marido, a tendência é de haver, por parte dos filhos e filhas, preferência pelo sobrenome e “estirpe” da mãe. Isso só não ocorrerá se o sobrenome e a “estirpe” do pai tiverem uma densidade muito grande, e por tal sobrepujarem a atração narrativa do lado da mãe. Há muitos casos, no Antigo Regime, em Portugal, de adesão total ao sobrenome e à “estirpe” da mulher já pelo seu marido (sem que se aguarde que os filhos e filhas o venham a fazer), em casos de sucessão de herdeiras ricas com morgados, bens vinculados e outros bens de raiz.

Ainda quanto a sobrenomes, tem-se na cultura luso-brasileira a adoção pelos filhos e filhas, até o tempo do chamado Antigo Regime, de apelidos diversos entre irmãos e irmãs. Cada qual a estabelecer para si um passado genealógico preferencial, ou seja, uma imanência do seu gosto, no repertório de seus avós, bisavós e mesmo de padrinhos.

Observa-se, em tudo, que as pessoas manifestam a sua autoidentidade em permanente processo na competição por posicionamento social, por vezes, buscando nichos de imanência mediante a adoção do sobrenome que escolhem.

## Temas de genealogia sociológica

A Genealogia Sociológica, ou Sociologia Genealógica, ou Genealogia Crítica, como se queira, estuda a criação, a perda, o descarte, a escamoteação, o repasse e a recepção intergeracional de bens materiais e de simbólicos, como o apelido, a tradição e a narrativa de um dado pertencimento social. De um lado, esses fatos se processam pela ação individual em direção à ascensão ou à manutenção de posicionamento social. De outro lado, a sociedade avalia e reconhece, ou não, ou mesmo penaliza, o esforço individual. Uma notável obra no campo da Genealogia Sociológica é a de Guilherme Maia de Loureiro, 2015.

No geral dos estudos históricos, aqueles que denotam uma nascente Genealogia Sociológica luso-brasileira, tem-se dado exclusividade à temática dos conversos e cristãos-novos de origem judaica. Ou seja, o esforço dos antigos judeus por bom ou melhor posicionamento na hierarquia social, seja como novos cristãos sinceros (e dignos de assimilação social plena) ou como herdeiros da herança judaica, mas leais ao rei e inofensivos à Igreja. E de como esses indivíduos se houberam frente ao Estado Português e ao seu braço, o Santo Ofício da Inquisição.

\*\*\*

É interessante que, independentemente da posição de alguém na estratificação social, existe um jogo de aproveitamento de repertórios. Para além disso, o vivente de hoje ou do passado gera novas tradições, em um processo sem-fim de reforços, de reinterpretações e de novos ativos, onde os seus descendentes, reais ou por simples adoção, vão buscar autoidentidade social. Por que tudo isso? Porque cada ser humano procura se posicionar o melhor que puder na hierarquia social, movendo-se com os trunfos que tiver do passado e com aqueles que gerar durante sua própria vida, para ter ascensão ou não decair.

A seguir, faço três exposições. Na primeira, trato das escolhas de muitos pardos, no Brasil, que se dotam exclusivamente de sua ancestra-

lidade africana ou indígena, cortando os laços com a sua ancestralidade branca. Na segunda, cuidado da história da fixação do apelido duplo Álvares Pereira. Na terceira, valho-me da Casa de Pombeiro para registrar o emaranhado de aproveitamento de sobrenomeações, de posse de bens e da construção de narrativa para a identificação de uma estirpe socialmente notável.

### **A escolha de ser negro**

Fenômeno que remete ao tratado acima, é o da escolha de uma dada linhagem em exclusão total de outra geneticamente possível. Não é o mesmo que a escolha da patrilinearidade estrita para contar uma história genealógica, como é a hipótese deste ensaio. A insistência em portar o “Carvalho” demonstra entregas e tomadas de uma tradição “Carvalho”, em marcantes transformações em vista dos aportes das mulheres (que indicaram alternativas), dos esforços dos viventes de cada tempo e das circunstâncias.

A escolha de uma dada linhagem, em exclusão de outra geneticamente possível, é feita hoje em dia, no Brasil, por inúmeros pardos (incluídos os de origem ameríndia), que afastam a ancestralidade branca do bojo da sua autoidentidade, ainda que seu DNA individual seja mais de 50% europeu. Ou seja, por sentirem que seus antepassados mestiços não teriam sido acolhidos como filhos em plenitude por seus pais brancos escravistas e preadores de nativos, agora negam seu passado genético europeu. Passam a se ver como indígenas ou afrodescendentes puros. Negam o seu passado por via de uma narrativa em que o provável não reconhecimento genealógico do ancestral branco do filho ou da filha parda leve ao corte desse antepassado branco. Fazem-no uma espécie de “antepassado biológico”, se tanto, e não um “antepassado genealógico”. A genealogia e história familiar dessas pessoas são construídas — autoidentitariamente por elas, seus próximos e pelos movimentos sociais de que façam parte — como narrativas nativas e africanas e, em seguida, de indígenas em servitude e negros escravizados.

A disciplina Genealogia Sociológica, que se está a firmar como área do conhecimento científico (de que é exemplo Loureiro, 2015 e Carvalho,



2017), observaria esse fenômeno como uma estorização do passado genealógico, em que se corta a narrativa de uma tradição e seus repertórios que não teriam sido passados nem teriam sido recebidos. Essa estorização é possível mesmo que, em um caso concreto e noutra, não seja verdade. Ou seja: o ancestral branco acolheu inteiramente o filho ou filha mestiça, e o seu amor foi muito bem recebido e retribuído.

É de se perguntar: é correto o que fazem certos pardos, na sua rejeição ao passado branco? É correta a ideia de bilateralidade de tradições? Ou a escolha exclusivista da tradição europeia? Ou a escolha exclusivista da autoidentidade africana, sofrida e credora de compensação?

No caso, não há discussão sobre correção ou do que é certo. Na Genealogia Sociológica, o que importa é o que ocorre no plano da autoidentidade, a autoconstrução identitária de cada um. A autoidentidade, assim construída, valerá mais ou menos, na prática, na medida em que o discurso do indivíduo seja acatado pelo reconhecimento externo ou social. Se houver o “*match*”, a questão estará superada. Se não houver, o processo de autoidentidade da pessoa estará em crise permanente.

### **Manejo de antroponímia e tradições: a casa de Cadaval**

Dom Álvaro Gonçalves Pereira foi prior da Ordem do Crato, ao longo do século 14. Foi encaminhado para o priorato da rica organização de freis cavaleiros pelo pai, Dom Gonçalo Gonçalves Pereira, arcebispo de Braga, primaz do Reino. Observa-se que o fato de alguém ser religioso e não poder casar não o impedia de ter filhos e de os legitimar. A nobreza que alguém tivesse era integralmente repassada ao filho; não havia absolutamente desdouro em ser filho de padre, desde que se fosse legitimado ou legitimada, ou simplesmente reconhecido.

Dom Álvaro Pereira, o prior, foi pai de mais de trinta filhos e filhas com variadas mulheres. Entre os homens nasceram, no que nos importa, Rodrigo Álvares Pereira e Nuno Álvares Pereira (1360-1431), o famoso Dom Nun'Álvares Pereira. O nosso Rodrigo era mais velho que Nuno e filho de outra mãe. Iria Vicente foi mãe de Rodrigo e Iria de Carvalhal, de Nuno. É certo que os dois meio-irmãos não se tenham entendido bem,

na disputa por favores e mercês do rei Dom João I. Observa-se que a fama de Rodrigo é mínima se comparada com o imenso prestígio, a seu tempo e ao longo da história, de Nuno, que inclusive se tornou santo da Igreja, sendo, com Dom Vasco da Gama, um grande herói português.

Para fazer as coisas mais difíceis para o nosso Rodrigo e a sua estirpe direta, ocorreu de a filha única de Dom Nun'Álvares Pereira, Dona Beatriz Pereira de Alvim, filha do Condestável com Dona Leonor de Alvim, ter-se casado como Dom Afonso, filho legitimado do rei Dom João I, que fez dele o 1º duque de Bragança. Essa união corresponde à fundação da Casa de Bragança.

\*\*\*

Ao menos seis dos filhos homens de Dom Álvaro Pereira, o poderoso prior do Crato, divisão portuguesa da ordem militar dos Hospitalários, dotaram-se, quando adolescentes, do patronímico “Álvares” (Martins, 1893, p. 4). Fizeram-no em menção, muito comum ao tempo, de serem filhos de Dom Álvaro Pereira. A esse patronímico juntaram o prestigioso “Pereira”; daí “Álvares Pereira”. O costume era de se fazer constar o patronímico logo após o nome de batismo, segundo o apelido, como Pereira.

O prestígio constante de Dom Nun'Álvares Pereira, ao longo da história portuguesa, reforça-se notavelmente quando Dom João, duque de Bragança, torna-se rei, como Dom João IV. Ocorre que Dom João IV era descendente patrilinear de Dom Afonso, o primeiro duque de Bragança, genro de Dom Nuno, por sua mulher Dona Beatriz Pereira de Alvim.

Junto aos Bragança, emergiram Casas Nobres com nova importância, como a linhagem vinda de Dom Álvaro (1440-1504), quarto filho homem de Dom Fernando, 2º duque de Bragança. Dom Álvaro, possivelmente, foi batizado “Álvaro” em vista de seu antepassado, o poderoso prior; ao menos em parte, isso deve ter importado. Como quarto filho homem, pouco cabia a ele, a não ser o que lhe desse algum meio de vida. Isto posto, coube-lhe o senhorio de Cadaval, passado por sua mãe Dona Joana de Castro. Dom Álvaro torna-se o 4º senhor de Cadaval.

Nova cena: Dom Álvaro casa-se com Dona Filipa de Melo (1460-1516), uma rica herdeira. Com isso, a antroponímia e a tradição “de Melo” se impõem na descendência de Dom Álvaro e Dona Filipa. Nenhum descendente, ao que se sabe, se diz “Bragança”.

Com a proximidade da Restauração Portuguesa, ocorrida em 1640, ou seja, a ascensão de Dom João, duque de Bragança, o ramo cadete “de Melo” se torna prestigioso como a linhagem por varonia contínua mais próxima da Casa Real de Bragança. Logo é feito o 1º duque de Cadaval, e os Melo passam a adotar intergeracionalmente o apelido “Álvares Pereira” junto a “de Melo”, com o que: “Álvares Pereira de Melo”. Trata-se de uma combinação estranha, um vez que remete a Dom Nun’Álvares Pereira e ao seu pai Dom Álvaro Pereira, o prior do Crato, e, ainda, de roldão, a Dom Álvaro, o quarto filho do 2º duque de Bragança. Além disso, mantém-se o “de Melo”, de origem materna. Como que a confirmar a origem bragantina, o topônimo “de Cadaval” remete ao senhorio que Dom Álvaro, o já referido quarto filho do 2º duque de Bragança, em sucessão de sua mãe Dona Joana de Castro.

Essa história exemplifica vários pontos que se cruzam, a mostrar como se combinam o nome e a tradição que ele mostra:

- 1) O apelido “de Melo” suplantou um possível “de Bragança” ou “de Castro” por parte dos descendentes por varonia de Dom Álvaro, o quarto filho homem do 2º duque de Bragança. Esses descendentes alinharam-se com a tradição de Dona Filipa de Melo, esposa de Dom Álvaro. Naquela altura, a riqueza e o prestígio aportados por Dona Filipa eram bem maiores.
- 2) A tradição e o apelido correspondente a Dona Filipa: “de Melo”, por mais de duzentos anos, foram mais fortes que quaisquer outros. Ou seja, nenhum dos varões descendentes de Dom Álvaro de Bragança seduziu-se por trocar ou adicionar um apelido ou tradição outra que não a “de Melo”.
- 3) Quando ocorreu de ser enormemente mais relevante aproximar-se da — logo por vir, e depois efetiva — nova Casa Real, a de Bragança, foi feito o arranjo em que o “Álvares Pereira” se acrescenta a fazer as vezes de nome principal, uma vez que aparece

imediatamente em seguida ao prenome do titular, como era costume. O 1º duque de Cadaval (1638-1727), aos seus dez anos de idade, em 1648, é conhecido e se diz “Dom Nuno Álvares Pereira de Melo”. O seu avô tinha usado esse mesmo nome inteiro, mas, penso, sem a intenção de fazê-lo um apelido de estirpe.

- 4) Observe-se, como já referido, que o “Álvares Pereira”, no caso dos duques de Cadaval, é originário de Dona Beatriz Pereira de Alvim, pela qual se chega a seu pai Dom Nun’Álvares Pereira. A referência a Dom Álvaro de Bragança parece ser apenas uma feliz coincidência.

De tudo isso se conclui o quanto a sinalização genealógica é importante para quem a faz. A busca de reconhecimento é notável, seja entre os da Casa de Cadaval ou entre todos nós.

### **Manejo de antroponímia e tradições: a casa de Pombeiro**

São um ponto interessante, na Genealogia Sociológica, as mutações que decorrem de um aporte de gente importante e influente sobre uma outra linha de tradições. Observe-se que o primeiro problema é como narrar o ocorrido. Como dizer, no caso da casa nobre que se passou a chamar “de Pombeiro”, se ela começou com a tradição e antroponímia “da Cunha” ou se iniciou com os “de Castelo Branco” que absorveram os “da Cunha”, uma vez que os “de Castelo Branco” já tinham alguma tradição?

Não há uma visão indiscutível sobre isso. Vai depender da argumentação e, ainda, de quem (um descendente) se sinta mais de uma origem que da outra.

Como nos informa, entre outros, Ponte (2013), no século 14, os senhores do morgado de Castelo Branco, o Novo (“novo” em relação à vila de Castelo Branco) tinham assumido o apelido “Castelo Branco”, que tiraram da casa de residência fidalga, correspondente à cabeça do seu domínio. No desenrolar genealógico dessa gente, observam-se contratos matrimoniais com pessoas igualmente detentoras de senhorios,

como os “da Cunha”, senhores de Pombeiro, e os “Correa”, senhores de Belas.

A ascensão da Casa de Castelo Branco surge quando da dinastia de Avis, a contar de 1385, ao tempo em que João Lourenço da Cunha concomitantemente, o personagem era o 2º senhor de Pombeiro. Gonçalo Vasques de Castelo Branco serve ao rei Dom João I como alcaide da vila de Castelo Branco.

No século 16, os titulares do senhorio de Castelo Branco ascendem socialmente com o casamento de Dom Antônio de Castelo Branco com Dona Maria de Briteiros da Cunha, filha de Martim Lourenço da Cunha, 8º senhor de Pombeiro, de quem Dona Maria herdou o senhorio, como 9ª senhora. A partir de então, os senhores de Castelo Branco passaram a designar-se, preferencialmente, senhores de Pombeiro, e não mais senhores de Castelo Branco. Junto a isso, o apelido “da Cunha” passou a ser adotado, em combinação com “de Castelo Branco”, nos nomes completos dos titulares da nova versão da casa fidalga de Pombeiro. O filho desse referido casal, Dom Pedro de Castelo Branco da Cunha, foi o 10º senhor de Pombeiro.

O neto do mesmo casal, Antônio e Maria, Dom Antônio de Castelo Branco da Cunha, 11º senhor de Pombeiro, casou no início do século 17 com Dona Maria Correa da Silva, 9ª senhora “de jure” de Belas, a seu direito próprio. Muitas vezes, Maria é referida, nas menções genealógicas, como “Maria da Silva”. Isso decorre de ter sido costume as mulheres adotarem a sobrenomeação da mãe; no caso, a mãe de Maria foi Ana da Silva, mulher de seu pai Francisco Correa. Observe-se, no entanto, que é o “Correa” o lastro antroponímico ligado ao senhorio de Belas, e não “Silva”.

A partir da união de Dom Antônio de Castelo Branco da Cunha e Dona Maria Correa da Silva, a Casa de Pombeiro adiciona o senhorio de Belas, e o histórico paço de Belas. Assim, a contar do filho de Dom Antônio e Dona Maria, Dom Pedro de Castelo Branco da Cunha, 1º conde de Pombeiro, em meados do século 17, confundem-se o patrimônio de Pombeiro (e de Castelo Branco) com o de Belas.

Como consta de Ponte (2013), ambas as sedes dos senhorios de Belas e de Pombeiro eram na região ampliada de Lisboa: o paço de Belas, perto de Sintra, e o velho paço de Pirescouxe, junto ao rio Tejo.

## ANTEPASSADOS

Dom Antônio de Castelo Branco da Cunha, ou o filho, o conde Dom Pedro, um deles, decidiu manter apenas uma destas residências, o paço de Belas. Por quê? O paço de Belas tinha sido propriedade de reis e infantes, entre os séculos 14 e 15. Assim, o paço de Pirescouxe tornou-se secundário.

Observa-se que os titulares do patrimônio combinado de três origens (Castelo Branco, Cunha e Correa; o “da Silva” foi eventual e não se repete na linha principal) mantiveram o apelido “Castelo Branco”, mas também adotaram adicionalmente o “Cunha” e o “Correa” ou o “Correa e Menezes”, uma variação do simplesmente “Correa”. Todavia, quanto a uma referência nobiliárquica, chamaram-se senhores e depois condes de Pombeiro.

Em 1801, por ato da rainha Dona Maria I, a herdeira a seu direito da Casa de Pombeiro, Dona Maria Rita de Castelo Branco Correa da Cunha, 6<sup>a</sup> condessa de Pombeiro, foi feita marquesa de Belas. Seu marido foi Dom José Luís de Vasconcelos e Sousa, secundão de Dom José de Vasconcelos e Sousa, 1<sup>o</sup> marquês de Castelo Melhor. A descendência principal desse casal se vai apresentar como “de Castelo Branco”; e assumem o brasão de Castelo Branco e a continuação da Casa de Pombeiro.

A mistura de adoções de tradições mostra a busca das pessoas por mostrarem-se na versão mais relevante que lhes for possível em termos de prestígio. O que se dá entre os altos aristocratas também ocorre, em geral, entre todos nós na nossa procura por importância social.

# SODRÉ

Ensaio sobre “Sodré”, desde o Rio de Janeiro, séculos 16 e 17, e antes, em Santarém, séculos 14 a 16, até minha mãe Lia, tia Dulce, tia Yolanda e tio Brenno.

Dedico esta parte “Sodré” ao meu padrinho e tio materno Brenno de Abreu Sodré (1922-1992), notável engenheiro civil e projetista de estradas, grande conhecedor do solo brasileiro e de história. Ele não tem, hoje, descendentes vivos.





## Preâmbulo

Nesta parte 1, trato da formação, no Rio de Janeiro, dos apelidos “Sodré” e “Abreu Sodré”, no pregressamento antopronímico-genealógico de minha mãe Lia de Abreu Sodré, em solteira.

Observo que inúmeras outras pessoas, em Portugal, no Brasil e em todo o mundo, podem ter os mesmos apelidos. No entanto, o “Sodré” de meus genitores e de minhas irmãs inteiras Maria Lúcia e Sílvia Maria é exclusivo. Seguiu até nós em longas jornadas, como que em uma marcha de passagem de bastão, em que ao mesmo tempo que o bastão é oferecido ele é adotado pelo sucessor. Somos, por mãe e desta patrilinearmente, do “Sodré” que surge no Rio de Janeiro na segunda metade do século 17, e se fixa em linha masculina, entre outros, até nosso avô materno Feliciano Pires de Abreu Sodré.

Ao meu ver, a beleza da genealogia está nesta interação entre a tomada de uma tradição e a sinalização externa disso pela adoção do sobrenome, que, a juízo do adotante, apresenta a mesma tradição. Neste sentido, o “Sodré”, meu e de minhas irmãs Maria Lúcia e Sílvia Maria (e ainda, por certo, de minhas primas Gilda e Maria Cristina) é só nosso. Correspondem a um fio que nos pode levar, energizado pelo nosso desejo, de volta ao passado remoto, sem interrupção; como que senha, código ou cartão de visita que serão acatados nos encontros com cada um dos nossos ancestrais do mesmo fluido. Pode-se até imaginar que esses mesmos antepassados nos venham visitar e reconhecerem-se em nós, ao menos na guarda persistente que fizemos do seu apelido, sem que nos desligássemos por uma só geração. Caso, no futuro, a ligação antroponímica descontinue, então, mesmo assim, o nexos se manterá se reativarmos a magia do registro com sinceridade e emoção.

Este ensaio é uma introdução sobre o assunto para os nossos descendentes. A bibliografia pertinente que toca diretamente ou dá contexto ao que apresento neste trabalho, com as retificações que aqui faço, está nos escritos publicados de Carlos Rheingantz, Elysio Belchior, Julião Rangel de Macedo Soares, Manuel Abranches de Soveral e Sérgio Sodré de Castro, acerca de “Sodré”. Os descendentes, interessados no

tema, saberão no futuro encontrar essas fontes com facilidade. O propósito que tive ao publicar, em meio aos meus, este livreto é o de servir como motivação para mais estudos pelos meus descendentes e os de minhas duas irmãs e duas primas.

\*\*\*

As pessoas, em geral, não conhecem seu passado genealógico. Ou seja, não sabem dos seus antepassados com alguma precisão; muitas vezes não têm ideia de nada para além da mãe e/ou do pai e de um avô ou uma avó.

É interessante esse registro porque cada um de nós, em alguma medida, é resultado das interações sociais de nossos antepassados com seus pais e mães e outros próximos. Genealógicamente, a história de cada um começa no passado de onde intergeracionalmente viemos. A construção da autoidentidade de cada um depende — para ser mais rica — de um passado acontecido antes de nascermos. Penso que quando sabemos quem foram nos nossos ancestrais nossa autoidentidade será mais consistente, na medida em que não será fantasiosa; ou, pior, não ficará em branco.

O crescente prestígio da genealogia nos últimos anos, em todo o mundo ocidental, é resultado dessa busca individual por autoidentidade profunda. A autoidentidade, em interação com seu reconhecimento externo pela sociedade, leva à identidade da pessoa: o seu posicionamento social. No lado da autoidentidade, ocorre, em alguma medida, um diálogo entre a pessoa e as suas raízes genealógicas, correspondente às revisões provocadas por dados do passado que se descobrem, ou que se reinterpretam, ou que são preenchidos pela imaginação. No lado do reconhecimento externo ou social, a sociedade vai crer ou não na narrativa autoidentitária da pessoa. Dessa tensão dialética, nasce a síntese: a identidade do indivíduo, o resultado da interação entre a autoidentidade e o reconhecimento externo.

A genealogia não é um assunto fácil. Há ainda gente de boa cultura geral e suposto maior discernimento que inventa sua genealogia em favor de parentescos que não tem, em imitação do que se fazia no tempo em que os genealogistas criavam ancestrais que importassem

ou fossem convenientes, em dadas circunstâncias, à promoção social da pessoa.

Tenho um exemplo disso, que me trouxe surpresa quando tomei conhecimento. Ocorreu de Roberto Costa de Abreu Sodré, ex-governador paulista e ex-ministro, dizer em seu livro de memórias (Abreu Sodré, 1995), que os Sodré de que ele e os seus seriam descendentes tinham suas origens brasileiras no estado do Pará (Abreu Sodré, 1995: 267 e 269). Ele transcreve carta, de sua assinatura, em que pede ao coronel Jarbas Passarinho, governador do Pará: “*Recomende-me a Dona Ruth, de quem me orgulho de ser parente*”. Antes, na mesma missiva, Roberto atribui a Passarinho a “*fecunda administração como governador do Estado de meus ancestrais*”. Na mesma página 267, há uma nota de rodapé em que o editor confirma: “*A família Sodré teve suas origens brasileiras no Grão-Pará (N. do E.)*”.

O coronel do Exército Jarbas Gonçalves Passarinho (n. 1920 - f. 2016) foi governador do Pará (1964 - 1966); senador nos períodos 1967 - 1983 e 1987 - 1995; ministro do Trabalho (1967 - 1969), da Educação (1969 - 1974), da Previdência Social (1983 - 1985), da Justiça (1990 - 1992); e Presidente do Senado (1981 - 1983). Foi um homem muito poderoso por mais de trinta anos. Passarinho foi casado com Ruth Sodré, filha ou neta de Lauro Sodré, influente político da Primeira República. Lauro Nina Sodré e Silva (n.1858 - f. 1944) foi governador do Pará, em dois períodos: 1891 - 1894 e 1917 - 1921, e senador em quatro mandatos.

Lauro Sodré foi contemporâneo (1927 a 1930), no Senado Federal, de meu avô Feliciano. Os dois eram maçons e militares do Exército, colegas em um Senado Federal menor bem menos que a metade que o atual em número de membros e, ambos, ex-presidentes de Estado. Eram, por tais razões, próximos, ainda que não amigos. Não se tinham como parentes pela identificação de um antepassado Sodré em comum. Minha avó Maria Hortência de Villanova Machado me falou disso.

Roberto de Abreu Sodré foi inverdadeiro na sua carta a Jarbas Passarinho, que ele mesmo revelou em sua autobiografia, publicada em 1995, acima referida. Por que fez isso? Porque, penso eu, sabia pouco sobre seus antepassados paternos — os mortos não leem ou ouvem — e achou muito boa a ideia de ser parente da mulher do político nortista.

Foi “boa ideia” tanto quando a carta foi escrita, sendo Passarinho governador e militar influente no Regime de 1964 - 1985, como quando em 1995, na publicação do livro de Roberto, sendo Passarinho ainda muito influente. É muito curioso que o próprio autor, na página 17 de seu livro, registre ser seu avô paterno o fluminense Francisco de Paula Baltazar de Abreu Sodré. Esse Francisco — como eu trato, no final desta parte — foi filho de Baltazar de Abreu Cardoso Sodré e Mariana de Azevedo, o casal de bisavós em comum de meu avô Feliciano Pires de Abreu Sodré e de Roberto.

Os dados sobre as origens fluminenses daqueles de apelido e tradição “Abreu Sodré” já estavam inteiramente disponíveis a Roberto desde Macedo Soares (1947) e Rheingantz (1965 e 1967). Desde 1947, com o livro de Macedo Soares, quando Roberto tinha vinte e nove anos, nascido que foi em 21 de junho de 1918, era possível saber de seu berço na capitania e depois província do Rio de Janeiro. Parece ter ocorrido que o ramo Abreu Sodré que migrou para São Paulo, após a Abolição, tenha perdido a memória do seu passado no Rio de Janeiro. Todos os que mudam de terra praticam um certo descarte do passado e desenvolve um gosto pelo novo que lhes trará possibilidades; no caso, na longínqua Santa Cruz do Rio Pardo, na fronteira do sertão.

De fato, a origem do apelido Abreu Sodré do Rio de Janeiro e de São Paulo está, desde o final do século 17, na capitania do Rio de Janeiro, com o primeiro desse sobrenome, João de Abreu Sodré Pereira (meu sétimo-avô e quinto-avô de Feliciano e Roberto). O nosso parentesco com Lauro Sodré, se houver, possivelmente será por conta de um primo distante de nome Jerônimo Sodré Pereira, que se instalou na Bahia, no século 18. Pode ainda ocorrer que o “Sodré” de Lauro só mais remotamente se entronque com o nosso “Sodré”. O que digo com evidência documental é que aqueles de nosso apelido Sodré (os que vão dar em Feliciano e Roberto) tiveram origem brasileira na capitania real do Rio de Janeiro, não passaram nem de longe pelo Pará.

## Origens do nosso Sodré

Descendemos eu e minhas irmãs de Francisco Sodré Pereira e Catarina da Silva Sandoval. Francisco e Catarina casaram-se na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Niterói, na capitania do Rio de Janeiro, em 1669. E daí se pode contar um longa história.

\*\*\*

Julião Rangel de Macedo e Beatriz Sardinha foram pais de Paula Rangel de Macedo. Conforme Soveral (2012, nota 62), Julião Rangel de Macedo foi filho do abade Damião Dias Rangel — nascido cerca de 1519 (prelado-titular de Santo Isidoro, marco de Canavezes, no ano de 1540 — e de Violante Bernardes). Foram irmãos inteiros de Julião Rangel de Macedo: o doutor Cosme Rangel de Macedo, membro do Conselho da Fazenda e desembargador do Paço, em 1583; e Jerônimo Rangel, que casou a 13 de janeiro de 1597, com certa Maria Teixeira; referido no assento de casamento como “*Jrmº Rangel, da freguesia de Santa Olaia, fº se dizia de Damião Dias Rangel, abade de Santo Isidoro, já defunto, e de (espaço em branco) moça solteira.*” Conforme Manuel Abranches de Soveral, o abade Damião Dias Rangel foi filho de Dom Diogo Dias Rangel, prior do Mosteiro de Santo Estevão de Vilela, nascido cerca de 1495. A mãe de Damião foi Catarina Anes Toscano, com quem Dom Diogo teve filhos entre 1518 e 1534.

Dom Diogo deve descender, possivelmente como neto, de Pedro Álvares Rangel e de Inês Sanches de Macedo. Neto desses Pedro e Inês, seja por via feminina ou masculina, sendo presumível que o seu pai, filho ou genro de Pedro e Inês, também tenha se chamado “Diogo”, daí seu nome inteiro: Diogo Dias (patronímico do nome de batismo Diogo) Rangel. Pedro Álvares Rangel foi fidalgo da Casa do rei Dom Afonso III. Também sobre Julião Rangel de Macedo se tem: Macedo Soares, 1947, vol. II, p. 6, 7, 17, 40, 55, 56, 57 e 77; e Gomes, 2017, p. 533.

Julião chegou ao Rio de Janeiro na companhia do Governador-Geral Mem de Sá (Belchior, 1965, p. 385, 386 e 387). Julião Rangel de

Macedo foi fidalgo da Casa do rei Dom Filipe I, de Portugal. Passou à conquista do Rio de Janeiro e, aqui, foi feito Juiz de Órfãos, nos fins do século 16. Em 1583, substituiu a Salvador Correa de Sá, o Velho, no Governo Geral das Capitanias do Sul (Macedo Soares, 1947, vol. II, apêndice, p. 3).

A mulher de Julião, de nome Beatriz Sardinha, de conformidade com o genealogista fluminense Gilson Nazareth (como tratado em outra parte deste livreto) não foi irmã do primeiro bispo do Brasil, Dom Pero Fernandes Sardinha. Foi, possivelmente, neta ou sobrinha-neta de Dom Pero, por via de seu pai Gaspar Sardinha. Ainda, conforme essa argumentação, João Gomes Sardinha — indicado geralmente como pai de Beatriz — foi irmão inteiro dela e, assim, também filho de Gaspar Sardinha e Filipa Gomes. Assumo que o falecido Gilson Nazareth esteja certo em suas ponderações no site Genea Portugal; ocorre que, cronologicamente, João Gomes Sardinha nunca poderia ser pai de Dom Pero Fernandes Sardinha, mas sim neto ou sobrinho-neto.

Paula Rangel de Macedo, referida no início desta nota, teve, com Diogo de Mariz Loureiro (filho de Antônio de Mariz e Isabel Velho), a Maria de Mariz. Diogo de Mariz Loureiro foi Provedor da Fazenda Real, no Rio de Janeiro.

Maria de Mariz e João Gomes da Silva tiveram Catarina da Silva Sandoval.

João Gomes da Silva, nascido em 1580 e morto em 1640, foi capitão da infantaria e das fortalezas de Santo Antônio da Barra na Bahia e de São João da Barra, no Rio de Janeiro, Provedor da Fazenda Real e Juiz de Órfãos, também no Rio de Janeiro.

Francisco Sodré Pereira, vindo do Reino, casou-se, em meados do século 17, no Rio de Janeiro, com Catarina da Silva Sandoval.

Francisco Sodré Pereira, cônjuge de Catarina, foi o segundo filho de Duarte Sodré Pereira, 10<sup>o</sup> senhor de Águas Belas, em Ferreira do Zêzere, Portugal (e Guiomar Ramires de Sousa), filho de:

Fernão Sodré Pereira, 9<sup>o</sup> senhor de Águas Belas (e Branca Caldeira), filho de:

Duarte Sodré Pereira, 8<sup>o</sup> senhor de Águas Belas (e Dionísia de Sande), filho de:

Francisco Sodré (e Violante Pereira, 7ª senhora de Águas Belas, *de iure*), filho de:

Duarte Sodré, alcaide-mor das vilas de Tomar e de Seia, veador da Casa do rei Dom Manuel e comendador de Cartiga, na Ordem de Cristo (e de Catarina Nunes); ver abaixo sobre Duarte Sodré.

Violante Pereira, mulher de Francisco Sodré, penúltimo acima referido, foi filha de João Pereira (primeiro do nome), 4º senhor de Águas Belas, e de Isabel Ferreira. Antes de ser herdeira *de iure*, a dizer a 7ª senhora de Águas Belas, houve dois antecessores: o seu irmão Rui Pereira, 5º senhor, e o filho demente dele, um João Pereira (segundo do nome), formal 6º senhor de Águas Belas, cujos bens foram administrados por curadores.

Esse João Pereira (segundo do nome) não teve filhos. Com sua morte, o morgado de Águas Belas foi devolvido ao rei. Violante Pereira se opôs à devolução, tendo sucesso judicial após muitos anos. Sua alegação foi de que Águas Belas era patrimônio que devia seguir na sucessão hereditária, o que se cumpriria na sua pessoa, última descendente da estirpe Pereira, vinda de Rodrigo Álvares Pereira, 1º senhor de Águas Belas (Macedo Soares, 1947, vol. II, p. 20, a reproduzir Antônio Carvalho da Costa, em *Corographia Portuguesa*, vol. 3, p. 148, edição de Braga, de 1869, tratando da Vila de Águas Belas).

João Pereira (primeiro do nome), 4º senhor de Águas Belas — pai de Violante Pereira e sogro de Francisco Sodré — foi filho de:

Galiote Pereira, 3º senhor de Águas Belas (e Isabel Bernardes), filho de:

Álvaro Pereira, 2º senhor de Águas Belas (e Isabel Carvalhal), filho de:

Rodrigo Álvares Pereira, 1º senhor de Águas Belas (e Maria Afonso de Casal), filho de:

Dom Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Crato (e Iria Vicente).

Este Dom Álvaro Gonçalves Pereira foi também pai, com outras mulheres, de Dom Pedro Álvares Pereira, seu sucessor como prior do Crato, e de Dom Nun' Álvares Pereira, o herói português da Revolução de 1383-1385.

Francisco Sodré Pereira, segundo filho do 10º senhor de Águas Belas, transmigrou ao Rio de Janeiro e casou-se com Catarina da Silva Sandoval.

\*\*\*

Rodrigo Álvares Pereira nasceu cerca de 1335. Faleceu em 8 de fevereiro de 1390. Foi filho de Dom Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Crato, e de Iria Vicente. Dom Álvaro obteve sua legitimação por carta régia de Dom Pedro I, em 26 de agosto de 1357.

Rodrigo foi o 1º senhor do morgado de Águas Belas, vínculo instituído com confirmação real de Dom Afonso IV, com todas as dependências, senhorio, couto, honra e padroado da igreja. A instituição do morgado de Águas Belas foi confirmada pelo rei Dom Pedro I a 20 de maio de 1361. Observe-se que não era um morgado como se teve posteriormente na história de Portugal, em decorrência da vontade de um testador que quisesse vincular o seu patrimônio. Foi, sim, um senhorio pleno constituído pelo rei, sob os costumes e o regime jurídico da Idade Média.

Acrescem-se, ainda, outros senhorios que lhe foram doados, agora por Dom Fernando I, a 14 de dezembro de 1375, como as vilas de Sousel, Vila Nova, Vila Ruiva, e as azenhas de Anhalouro e de Bemlhequero, no termo de Estremoz.

Rodrigo Álvares Pereira lutou ao lado do rei Dom João I, na defesa de Lisboa, com seu pai Dom Álvaro e os irmãos Nun'Álvares e Diogo Álvares (Martins, 1893, p. 59), contra os castelhanos e no cerco de Torres Novas. Foi aprisionado na sequência desta última batalha e libertado em Santarém. Rodrigo recebeu de Dom João I Vila Nova de Cerveira, em 9 de março de 1386. Todavia, por alguma desinteligência com o rei, passou a Castela, perdendo algumas mercês. É possível que tenha se sentido contrariado com o engrandecimento notável de seu meio-irmão, Dom Nun'Álvares Pereira. De acordo com Martins (1947, p. 59) Rodrigo tinha a alcunha de “Olhinhos”.

Ver quadros *Aporte “Pereira” que dará em “Sodré Pereira”* (página 183), *Formação do apelido duplo “Sodré Pereira”* (página 184) e *Catarina da Silva Sandoval, mulher de Francisco Sodré Pereira* (página 185).



## Dom Vasco da Gama e o Frei Duarte Sodré

As investigações sobre a origem medieval do sobrenome Sodré levam aos dois primeiros personagens que notabilizaram esse apelido: Dom Vasco da Gama e o freire da Ordem de Cristo Duarte Sodré.

As considerações a seguir são resultado do esforço de compatibilizar as datações e os personagens documentados, conforme dados obtidos em Sérgio Sodré de Castro (2003) e em Manuel Abranches de Soveral e Manuel Lamas de Mendonça (2008), como constam em Referências.

Em Portugal, no final do século 15, houve dois personagens que tinham parentesco entre si, mas que não tiveram, que nos sejam conhecidas, histórias que se cruzassem, não parecem ter sido aliados ou amigos. Eles foram Dom Vasco da Gama e Duarte Sodré. Ocorreu — é o que hoje se tem como possivelmente ocorrido — de um trisavô materno de Dom Vasco, de nome João Sodré (primeiro do nome), ter sido também bisavô materno de Duarte Sodré. A existência do João Sodré referido, que se torna o “primeiro do nome”, faz sentido no estágio atual do cruzamento das pesquisas, mas é ainda dependente de documentação.

Esse presumível João Sodré (primeiro do nome), talvez inglês de origem, com o nome possível de John Sudeley ou mesmo de John de Sudeley, pode ter vindo a Portugal, já adulto, antes do reinado do rei Dom João I, no período da regente Dona Leonor Telles ou mesmo de Dom Fernando I, como sugerem Soveral e Mendonça (2008, p. 124). Teria vindo a Portugal, talvez na década dos 1370, acompanhado de uma irmã freira.

João Sodré (primeiro do nome) foi pai, ao que se supõe, de (i) João Sodré (segundo do nome), conhecido como tendo estado na conquista de Ceuta, entre 1415 e 1418, e de (ii) Fernão Sodré, com idade assemelhada à do seu irmão. Fernão Sodré foi criado e escudeiro da Casa Real. Foi ainda escrivão da alfândega de Lisboa. Essa configuração genealógica (João, de Ceuta, e Fernão como irmãos) decorre da presunção da existência do seu pai em comum a quem nos referimos como João Sodré (primeiro do nome).

Fernão Sodré, com Violante Galo, foi pai de João Sodré (terceiro do nome). Este casou-se com Isabel Serrão, filha de Afonso Lopes e de

Teresa Anes. Sobre essa união tem-se o seguinte: a referida Teresa Anes (mãe de Isabel Serrão), depois de viúva de Afonso Lopes, já referido, casou-se — em segundas núpcias de ambos — com Fernão Sodré, este já pai, com a falecida Violante Galo, de João Sodré (terceiro do nome).

Fernão Sodré e Teresa Anes (viúvos de Violante Galo e de Afonso Lopes, respectivamente) fizeram casar o seu filho e sua filha das suas uniões anteriores: João Sodré (terceiro do nome) e Isabel Serrão. Assim, após o matrimônio, a 9 de junho de 1447, fazem-lhes doação de todos os seus bens sitos em Montemor-o-Novo, Alcácer, Almada, Lisboa e Mafra. Registre-se que Isabel Serrão, antes, fora donzela da infanta Dona Beatriz.

João Sodré (terceiro do nome) foi almoxarife do Armazém de Lisboa, escudeiro e criado da Casa Real, em 1447. O rei Dom Afonso V fez-lhe doação de uma quinta no Porto, em 25 de março de 1455. Com Isabel Serrão, tiveram a Isabel Sodré, Vicente Sodré e Brás Sodré, esses conhecidos na conquista da Índia, sob as ordens de seu sobrinho Vasco da Gama.

Vicente Sodré, cavaleiro na Ordem de Cristo e comendador de Maninhos, e cavaleiro da Casa Real, teve, ao que parece, ligação próxima com Duarte Sodré, que segue na seção abaixo. Vicente Sodré também serviu na Casa de Dom Diogo II, duque de Viseu, e, em seguida, na Casa de Dom Manuel, enquanto ainda duque de Beja. Mais ainda: foi alcaide-mor de Tomar, em sucessão ao primo Duarte Sodré. Conforme provisão da carta testamentária do Infante Dom Henrique, de 30 de setembro de 1460, o cargo de alcaide-mor de Tomar incluía, necessariamente, a responsabilidade de provedor da alma do Infante, no sentido de manter suas capelas e garantir os atos religiosos em sua intenção. Vicente (nascido por volta de 1465) era cerca de trinta anos mais novo que Duarte, que nasceu por volta de 1435.

Isabel Sodré casou-se com Estevão da Gama. Eles foram pais de Paulo da Gama (primogênito), de Dom Vasco da Gama, de João Sodré (quarto do nome) e de Pedro da Gama. Estêvão da Gama, com mulher solteira, foi pai de outro Vasco, que também se chamou “da Gama”.

\*\*\*

Duarte Sodré é outro personagem português de destaque naquele final de século 15 e início do século 16, ainda que de expressão histórica muito menor que Dom Vasco. Sobre Duarte Sodré tem-se o seguinte: nasceu em Santarém, cerca de 1435, e morreu em 1500. Em 1465, era escudeiro da Casa do infante Dom Pedro. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo e cavaleiro da Casa Real, vedor da Casa do duque de Viseu, Dom Diogo II, e, mais tarde, do duque de Beja, o futuro rei Dom Manuel, de quem foi também foi vedor da sua Casa Real.

Em 23 de agosto de 1486, o rei Dom João II autorizou Duarte a constituir morgado, ou seja, terra senhorial. Pelo menos desde 1494, foi alcaide-mor de Seia. Em 26 de janeiro de 1493, era comendador na Ordem de Cristo e alcaide-mor de Tomar. Nessa condição, foi provedor das capelas e responsável pelo cumprimento dos sufrágios pela alma do Infante Dom Henrique. Foi comendador de Cartiga, na Ordem de Cristo, e, em 1496, vedor da Casa Real de Dom Manuel, como já referido.

Duarte Sodré foi filho de Gil Pires de Resende e de Inês Sodré, filha de João Sodré (segundo do nome) e sobrinha de Fernão Sodré, acima citado. Gil Pires de Resende foi provedor dos valados de Santarém; contador régio nos almoxarifados de Santarém e Abrantes; vedor das obras régias de Almerim; procurador régio, escrivão da sisa e da dízima dos pescados do rio Tejo. Era bisneto de Martim Vasques de Resende, a quem o rei Dom João I confirmou, como couto e honra, a tenência de Resende, que já estava sob os seus antepassados.

O primeiro filho de Duarte Sodré chamou-se João Sodré (quinto do nome, na ordem expositiva que escolhemos) e foi frade franciscano. O segundo filho, Francisco Sodré, casou-se com Violante Pereira. Desse consórcio, nasce a linhagem dos Sodré Pereira, que são aparentados dos Bragança, por via de Dom Nun'Álvares Pereira, condestável de Portugal e santo católico.

Ver quadro *Parentesco entre Vasco da Gama e Duarte Sodré* (página 186).

Para os estudiosos de Genealogia não chama a atenção o fato de Duarte Sodré ter assumido e usado o apelido materno Sodré — e também o brasão supostamente de seu avô João Sodré (segundo do nome)

— em lugar de Resende, que lhe caberia pelo pai, o ilustre brasão de Resende. Ainda a dizer que também Gil Pires de Resende, pai de Duarte Sodré, tinha seu apelido Resende e as armas correspondentes a esse nome, por via de sua mãe.

Esse conjunto de fatos chamava a atenção de estrangeiros, que se espantavam ao notar que, em Portugal, as pessoas tomam os apelidos que lhes agradam, vendo-se que dois irmãos de mesmo pai e mãe podiam ter apelidos diferentes.

Quanto à assunção de apelidos ligados a senhorios, quando uma mulher herdeira levava ao casamento os direitos sobre um morgado, o seu marido, se fosse ele um secundogênito sem herança, poderia adotar o apelido da esposa.

Quando alguém tomava, cumulativamente, o apelido do seu pai e mais o da sua mãe, o apelido paterno aparecia antes, ficando por último o da genitora. Um exemplo do padrão de usar primeiro o apelido do pai e, em seguida, o da mãe é o do estadista brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, que teve por pai Bonifácio José Ribeiro de Andrada e por mãe Maria Bárbara da Silva. A Casa Imperial brasileira é chamada de Orléans e Bragança, uma vez que Bragança é denominação do lado feminino, ou seja, da princesa Isabel. Como reforço do que alegamos, Dom Pedro I do Brasil, quando referido com seu apelido de casa de origem, dizia-se “de Bragança e Bourbon”. Bourbon por conta de sua mãe Dona Carlota Joaquina.

A obrigação de o nome completo da pessoa (o nome mais o apelido) ser definido logo ao seu nascimento pelos pais ou, na sua falta, por um responsável, só surge em Portugal no final da década de 1920 e no Brasil no finalzinho da década de 1930.

\*\*\*

O ramo Sodré Pereira, que nasce patrilinearmente de Sodré, é aquele de maior expressão genealógica, uma vez que também decorre dos Pereira medievais. Quando da sucessão de Águas Belas, na pessoa de Violante Pereira, que se casou com Francisco Sodré, o apelido duplo “Sodré Pereira” impôs-se pelos costumes, pela circunstância de a sobrenomeação “Pereira” ser aquela vinculada ao senhorio na sua

constituição. Foi o filho de Violante e Francisco, Duarte Sodré Pereira, quem se fez reconhecer na continuação da estirpe de Rodrigo Álvares Pereira, o primeiro senhor de Águas Belas.

Aqui não se adentrou na discussão sobre a alegada origem inglesa do apelido Sodré.

Estive errado no que escrevi em Carvalho (2008). Naquela ocasião, espousei a narrativa tradicional de que haveria evidências sobre João Sodré, vindo a Portugal, ser de nobilíssima ascendência, entrocado com os “de Sudeley”, de Gloucestershire. Observo hoje que o mesmo João Sodré (primeiro do nome), tendo-se ou não chamado, antes, de John Sudeley ou mesmo de John de Sudeley, continua desentroncado de suas supostas origens inglesas. É imaginosa — por ser afirmada em genealogistas sem fundamento criterioso — a sua possível, mas não comprovada, origem em alguma fidalguia inglesa. Observe-se que, até a primeira metade do século 15, usava-se a partícula francesa “de”, na Inglaterra, para certas estirpes nobres. Era ainda a influência franco-normanda a se impor. Desse modo, o registro histórico dos Sodré portugueses, desde o primeiro, deveria ser “de Sodré” e não simplesmente “Sodré” como uma alcunha não toponímica.

A preocupação desta presente seção foi a de estabelecer o que está assentado sobre as origens portuguesas do sobrenome Sodré, visto o assunto neste mirante do ano de 2019, quando escrevo este ensaio. Por enquanto, basta que tenhamos Sodré como sobrenomeação portuguesa, com primeira ocorrência em meados para fins do século 14, com um João Sodré (primeiro do nome) na região do terço médio do território de Portugal.

Logo em seguida, pulando-se a seção imediata, farei a discussão sobre Sodré e seu alegado passado inglês, tendo como personagem o frei Duarte Sodré (1435-1500).

### **Duarte Sodré e a alegada origem em “Sudeley”, no Trezentos**

No testamento de Duarte Sodré, feito em Montemor-o-Novo, na região de Évora, no último dia de fevereiro de 1496, aberto em 27 de agosto 1500, transcrito em Soveral e Mendonça (2008), consta que

Duarte Sodré diz que sua sobrenomeação “Sodré” é uma alcunha. Não se refere a “Sodré” como um toponímico ou referência a uma senhoria na Inglaterra, “de Sudeley”. Só posteriormente, na sua campa de sepulcro, é referido que haja, ou tenha havido, uma inglesa e nobilíssima “Caza de Sodrea”. O termo “Sodrea”, isso é curioso, parece ser uma variação de “sudeley”, a significar “campo do sul”. Em lugar de “sudeley”, poderia se dizer em inglês ainda mais arcaico: “suthleah”. Valhomo de Soveral e Mendonça (2008) para parte dos dados que usei para escrever o que se segue.

O sepulcro de Duarte Sodré ostenta o que foi considerado, em seguida, no reinado manuelino — quando do registro dos brasões reconhecidos, terminado em 1509 — como o brasão-chefe de Sodré em pleno. Curiosamente, existe uma discrepância entre as armas esculpidas no sepulcro de Duarte e as do registro régio. As de Duarte, aquelas de sua lápide, portam *gomis* (vasos de uma só alça); no assentamento de brasões, tratam-se de *albarradas* (vasos de duas alças). Parece que essa diferença é devida a engano aceitável na reprodução visual de um brasão pelo artesão que esculpiu na campa. Lembremos que o brasão é a descrição escrita do que será reproduzido em escudo, cota de armas e outros objetos. Os descendentes de Duarte Sodré ostentam albarradas e não gomis; a seguir a interpretação do registro régio.

Só com o rei Dom Manuel (que reinou entre 1495 e 1521), teve-se um efetivo registro de brasões da família. De início, nada a dizer sobre ser algo que lhe teria sido passado pela mãe Inês Sodré, vindo do avô João Sodré (segundo do nome), o cavaleiro de Ceuta, e antes do suposto João Sodré (primeiro do nome). Era então habitual o uso das armas em pleno da sobrenomeação que se usava — dizia-se Duarte Sodré — e não necessariamente das armas do pai, que seriam, no caso, as de Resende.

Supõe-se, em primeira hipótese, que o brasão de Duarte já pertenceria, ao menos, ao seu avô materno João Sodré (segundo do nome), ou ao seu bisavô João Sodré (primeiro do nome), que teria vindo a Portugal na década de 1370. No entanto, os elementos do brasão — chaveirão, esporas e gomis ou albaradas — excluem a probabilidade de ser o brasão dos antigos de Sudeley, da Inglaterra.

O brasão dessa referida casa fidalga, na primeira criação do título, que vai até 1367, deveria ser a base dos elementos das armas de Duarte

Sodré. A razão dessa afirmação é que João Sodré (primeiro do nome), adulto na década de 1370, iria basear-se, para seu brasão de uso em Portugal, no que seria o dos de Sudeley até esse tempo, e não em um novo, sem qualquer marca de sucessão heráldica, mesmo com bastardia.

Duarte Sodré não quis assumir as armas a que, pelos costumes, teria direito por varonia, aquelas do pai Gil Pires de Resende, uma vez que este usava as armas passadas pelo seu lado materno. O fato é que Duarte identificou-se com o nome “Sodré”, e afastou o “de Resende”, toponímico fidalgo relacionado à honra de Resende, e muito distinto em Portugal, a relacionar-se com as guerras contra os mouros, com sua origem nos remotos “de Baião”.

A meu ver, Duarte Sodré sabia de alguma relação genética, e possivelmente de valor genealógico favorável, de seu bisavô João Sodré (primeiro do nome) com a Inglaterra. Não devia ter conhecimento documental disso, ou mesmo qualquer certeza de como poderia descrever essa sua possível herança de uma imanência inglesa. Esse progressamento — que faz Duarte Sodré ligar-se aos “de Sudeley” — foi feito pelos genealogistas posteriores, para o agrado dos descendentes de Duarte, como eu mesmo o sou. Faz sentido que o casamento de seu filho Francisco Sodré com Violante Pereira, da muito antiga estirpe “de Pereira” ou “Pereira”, tenha levado à conveniência de se construir um passado ilustre para a varonia Sodré, na composição “Sodré Pereira”.

Penso que Duarte, no seu testamento, simplesmente declarou-se “Sodré”, e disse que essa sobrenomeação era a sua alcunha e apelido. Não sugeriu, minimamente, que essa designação fosse uma variação de um toponímico estrangeiro.

Fato curioso é que não é conhecido, ao que eu saiba, o brasão de uso efetivo de Fernão Sodré, suposto irmão de João Sodré (segundo do nome), avô de Duarte. Nem se sabe o do filho de Fernão, também de nome João Sodré, avô materno de Dom Vasco da Gama; ou ainda os dos tios maternos de Dom Vasco da Gama: Vicente Sodré e Brás Sodré. A hipótese, que normalmente se teria, é a de que portassem o mesmo brasão-chefe mostrado no registro régio de 1509, como o de Sodré. Na altura, era o nome que determinava o brasão, não havendo o costume de variações. O fato é que a linha principal de Sodré, na história portuguesa, passou a ser a dos Sodré Pereira, de Águas Belas.

Duarte Sodré assumiu o nome Sodré com muito gosto e honra. Mostra o nome Sodré como de muito valor, sem que se referira a seu avô ou ao bisavô dessa sobrenomeação, mas apenas a si, e nada diz sobre a origem inglesa. E nada cuida da prestigiosa linhagem Resende. É interessante que Duarte determina que a sua sobrenomeação “Sodré”, que escolheu em lugar de “Resende” ou outro nome avoengo, seja o apelido necessário a ser portado por quem o suceder: *“Mando e ordeno que ho que ouver d’aver e erdar ho dyto morgado se chame sempre da dyta alcumba de Sodre e se não se chamar que ho perqua e o soçeda loguo outro parente mais cbegado que se chamar”*. A tradição do apelido Sodré, a contar de Duarte Sodré para trás, é construída, como já disse, pelos descendentes dele que fazem referência a uma “Caza de Sodrea”, dos grandes da Inglaterra, na campa do seu sepulcro.

O caso de Duarte Sodré mostra que, em Portugal, a adoção de uma sobrenomeação por um indivíduo do século 15 é um ato dele; não é uma imposição ou decorrência da família, como sugere a noção de “nome de família”, no âmbito da cultura francesa e inglesa.

Há muitas perguntas a fazer na discussão sobre Duarte ter preferido “Sodré” a “de Resende”, ou seja, sobre por que poderia Duarte ter achado “Sodré” tão relevante. A hipótese, romanceada, mas possível, é a de que João Sodré (primeiro do nome) seria um filho bastardo de John de Sudeley, o 3º barão de Sudeley (n. em 1338; m. em 1367). E, por ser bastardo, não foi reconhecido como herdeiro pelo seu pai e/ou pelas rígidas normas régias inglesas de sucessão hereditária. Nesse caso, “Sodré” carregaria uma razoável relevância.

Pode ter ocorrido algo desse tipo, que combina com a vinda de João Sodré (primeiro do nome) a Portugal, na década de 1370. Mesmo assim, parece que apenas três presunções apostam em favor de uma herança bastarda “de Sudeley”: (i) o fato do 3º barão de Sudeley poder ter tido um filho bastardo que não o pôde suceder; (ii) a vinda de João Sodré (primeiro do nome) a Portugal, na década de 1370; e (iii) a dicção de “Sudeley” para um falante da língua portuguesa levar ao som “sodré”.

Em frontal oposição a essas três presunções, tem-se que os possíveis ancestrais de Duarte, por seu bisavô materno, seriam simplesmente “de Sudeley”, durante os meados do século 14, e não ainda “Boteler de



Sudeley”, como se nomeava o 4º barão de Sudeley, mas não o 3º barão. A rigor, na percepção inglesa, esse 4º barão seria o 1º barão de Sudeley, na contagem da segunda e nova criação do título pelo rei inglês.

A original sobrenomeação “de Sudeley” e o seu brasão se mantiveram como o do titular da honra inglesa até 11 de agosto de 1367, quando morre o 3º barão, já mencionado, ficando o título dormente (sem titular, no aguardo de nova criação, ou de um herdeiro que provasse sucessão). Em 1380, um Thomas Boteler assume o senhorio, em segunda criação régia do título nobiliárquico (*Wikipedia English*). Desse modo, o primeiro João Sodré, o bisavô de Duarte, fosse ele um de Sudeley vindo da casa inglesa, nada teria a ver com o “Boteler” a que se adicionou o toponímico “de Sudeley”, após se inaugurar a segunda criação. O fato é que o brasão portado por Duarte Sodré — que supostamente lhe teria vindo de seu avô e bisavô — não é similar ao da estirpe dos de Sudeley antigos, extintos em 1367, com a morte do 3º barão de Sudeley: duas faixas de vermelho sobre campo em ouro (“*or, two bends gules*”). É sim à semelhança do brasão de uma linhagem de nome Boteler: “*azure, a chevron between three covered cups; three mullets gules on the chevron*”, conforme Foster (1996, p. 27).

O que se conclui dessa discrepância? Concluo que se trata de uma construção malfeita do passado, no mínimo; ou até de uma invenção de passado. Duarte Sodré portou armas que não eram, em absoluto, possíveis heraldicamente ao bisavô João Sodré (primeiro do nome), que teria vindo a Portugal, na década de 1370; caso ele fosse um bastardo do 3º barão de Sudeley.

\*\*\*

De conformidade com Soveral e Mendonça (2008), a ligação de Duarte Sodré com a genealogia de Resende se dá por conta de seu quarto-avô Gil Vasques de Resende, referido na qualidade de “infância” (homem da nobreza superior), no início do Trezentos. Ele teria a posse das terras de Resende, que foram confirmadas, com outras terras, como honras de seus filhos Martim Vasques de Resende, trisavô de Duarte, e Fernão Vasques de Resende. Martim Vasques de Resende e uma mulher desconhecida, provavelmente de Santarém, tiveram Vasco Martins de

Resende, bisavô de Duarte. Esse teve um meio-irmão, cerca de trinta anos mais novo, com quem não deve ser confundido.

Vasco Martins de Resende nasceu por volta de 1376, provavelmente em Santarém, e faleceu cerca de 1460, tendo assim vivido por muito tempo. Foi tabelião na vila de Santarém e cobrador da portagem (pedágio) dessa vila e dos tributos sobre o pescado desde Penedo até Santarém. Todos esses cargos de nomeação régia foram passados, em vida, a seu genro Gil Pires (avô de Duarte), a não ser o de cobrador ou requeredor da portagem de Santarém, que foi passado a outra pessoa. O genro Gil Pires, marido de Ne Vasques (de Resende), morreu antes do sogro Vasco Martins de Resende.

Ne Vasques (de Resende), filha de Vasco Martins de Resende, nasceu cerca de 1397. Gil Pires nasceu cerca de 1385 e faleceu antes de 1454. Casaram-se cerca de 1411 e, por volta de 1413, tiveram Gil Pires de Resende, que veio a falecer em 1480.

Gil Pires de Resende (pai de Duarte Sodré), que adotou a sobrenomeação “de Resende”, foi agente régio, no lastro da tradição do pai e do avô materno. Foi contador e arrendador de direitos em Santarém e Abrantes, vedor das obras régias em Almeirim e escrivão dos tributos sobre pescados desde o litoral até a portagem de Santarém.

Ao que parece, Gil Pires de Resende, como antes seu pai Gil Pires, foram muito ligados a Vasco Martins de Resende, inclusive com a adoção da sua tradição nobre a preencher a ausência de fidalguia na sua patrilinearidade. Mostra disso é que Gil Pires de Resende instituiu uma capela na Igreja de Santa Cruz, em Santarém, onde se encontra um túmulo com as armas dos Resende, com duas cabras passantes. Trata-se, provavelmente, do sepulcro do avô Vasco Martins de Resende (Soveral e Mendonça, 2008).

Gil Pires de Resende casou-se, cerca de 1434, com Inês Sodré (mãe de Duarte), nascida cerca de 1414. Inês era filha de João Sodré (segundo do nome), referido como o cavaleiro de Ceuta, e de mãe que se desconhece. O casal teve treze filhos. Os cinco mais velhos — João, Antônio, Francisco, Pedro e Fernando — adotaram a sobrenomeação “de Resende”. Os mais novos — Antão, o nosso Duarte, Martim, Clara, Vasco e Ne — adotaram a sobrenomeação “Sodré”, ou “Gil”, como o fizeram Álvaro Gil e Vasco Gil.

Entre os seis filhos e filhas de Duarte Sodré, a filha Inês, no batismo, vai se chamar, quando adulta, Inês de Resende. Os demais vão se nomear “Sodré”: Leonor, João, Isabel, Francisco (meu antepassado) e Manuel.

Duarte Sodré, em seu testamento transcrito em Soveral e Mendonça (2008), refere-se somente a dois dos seus muitos irmãos: Clara Sodré e Antão Sodré. Solicita a Clara que acolha como freiras, em definitivo, as suas filhas Inês de Resende e Leonor Sodré, no convento de Santa Clara de Santarém; também manda que sua filha Isabel Sodré seja freira. Antão Sodré é nomeado testamenteiro.

### **Francisco Sodré e Manuel Sodré, na Índia**

Tal qual Vicente Sodré e Brás Sodré, os famosos tios de Dom Vasco da Gama, também dois filhos de Duarte Sodré estiveram na Índia, mesmo que em posições bem menos cimeiras que a do primo Vicente. Foram eles Francisco Sodré e Manuel Sodré; este último esteve por lá por muitos anos.

Em Garcia (2017, p. 294), consta a configuração da armada de Afonso de Albuquerque, como Governador da Índia, em 1511, tal como o mesmo a descreveu em carta de 20 de agosto de 1512, dirigida ao rei Dom Manuel.

Foram 18 embarcações. Francisco Sodré era o capitão da caravela redonda *Santo Espírito*, de porte médio. A armada era composta de “naus grossas” e “navios pequenos”. O *Espírito Santo* estava entre os dessa última categoria, mas não era uma caravela latina (Garcia, 2017, p. 182). Também em Garcia (2017, p. 469), está esclarecido que se trata de uma caravela redonda. Ou seja, era uma embarcação com velas de forma quadrada, que ao vento forte se faziam arredondadas como uma meia esfera. As caravelas de vela triangular (caravelas latinas) vinham-se tornando raras, cedendo lugar às redondas, mais afeitas às viagens interoceânicas dos portugueses.

Em 1511, Francisco Sodré, segundo filho e herdeiro principal do antigo alcaide-mor de Tomar e Seia, Duarte Sodré, e seu irmão inteiro Manuel Sodré, terceiro filho de Duarte, estavam na Índia. Teriam parti-

do para o Oriente em 1508. O pesquisador Sérgio Sodré de Castro conclui que o indivíduo referido em Garcia (2017) seria o nosso Francisco Sodré, porque é sabido que os dois irmãos serviram sob o comando de Afonso de Albuquerque. É muito provável que ambos tenham participado da conquista de Goa em 1510.

Em Garcia (2017, p. 367), é dito que Afonso de Albuquerque informou o rei sobre os capitães e navios que ficaram na  ndia e não foram a Malaca, com o que se confirma que Francisco Sodré ficou com o seu navio na  ndia, em 1511. Na ocasião, Francisco Sodré já era administrador do morgado instituído por seu pai nos arredores de Santarém. Como dito por Sérgio Sodré de Castro, em 24 de outubro de 1500, ele tinha sido nomeado alcaide-mor de Seia, em lugar do seu falecido pai, o que significa que era Cavaleiro da Ordem de Cristo, uma vez que a alcaidaria-mor de Seia era cargo de cavaleiro daquela Ordem; e ainda moço-fidalgo da Casa do rei Dom Manuel.

Em 9 de abril de 1508, partiu para a  ndia na armada de Jorge Aguiar, falecido na viagem, tendo os navios chegado ao destino sob o comando de Duarte de Lemos. Francisco Sodré esteve na constru o da fortaleza da ilha de Moçambique e serviu na guarni o da fortaleza da ilha de Socotor . Participou na segunda conquista de Goa, em 25 de novembro de 1510, sob o comando de Afonso de Albuquerque, Capitão-Geral e Governador da  ndia. Foi cavaleiro-fidalgo da Casa do rei Dom João III, com 1700 reis de renda. Casou com Violante Pereira, filha de João Pereira, 4  senhor de  guas Belas, em Ferreira do Zêzere. Morreu na  ndia, entre os anos de 1539 e 1544.

Manuel Sodré, irmão mais novo de Francisco, é a fonte para o que Sérgio Sodré de Castro informa em seu website sobre Francisco na  ndia. A fonte é a carta que Manuel Sodré escreveu ao rei Dom João III, em 2 de janeiro de 1544, relatando os seus feitos na  ndia e solicitando a capitania de Cochim, que lhe foi passada apenas durante quatro meses.

Manuel Sodré foi anadel-mor (capitão-comandante) dos besteiros e espingardeiros na  ndia, por mercê de Dom João III, a partir de 18 de fevereiro de 1528, e seu cavaleiro-fidalgo com 2000 reis de renda. Acompanhou o seu irmão Francisco na viagem para a  ndia; esteve na reconquista de Goa, ficando na guarni o, como capitão dos bes-

teiros e espingardeiros, e defendeu a fortaleza dos ataques das tropas do sultão de Bijapur, em vez de ir com Afonso de Albuquerque à conquista de Malaca. Com Afonso de Albuquerque, participou na tomada de Benastarim (1512) e esteve em outros feitos relatados na sua carta ao rei Dom João III, em que se destaca um combate naval no rio de Chale. Como em Soveral e Mendonça (2008, p. 122), em 1538, foi um dos capitães da armada que o vice-rei Dom Garcia de Noronha enviou para socorrer a guarnição de Diu.

### **A linhagem principal Sodré Pereira e de como sua tradição se perdeu**

O nosso Francisco Sodré Pereira, que se radicou no Rio de Janeiro, era secundão de seu pai Duarte Sodré Pereira, 10<sup>o</sup> senhor de Águas Belas, e de sua mãe Guiomar Ramires de Sousa. Sua vinda para a Guanabara foi consequência de ser conveniente a sua saída da casa de seu pai, ou seja, a Casa de Águas Belas; os secundões eram um estorvo para a estabilidade de uma casa fidalga.

A história dos Sodré Pereira da linhagem principal teve continuidade tranquila com a sucessão do já referido Duarte Sodré Pereira (10<sup>o</sup> senhor), por seu filho primogênito Fernão Sodré Pereira (11<sup>o</sup> senhor), que se casou com Brites Tibau. Esse casal gerou José Sodré Pereira (12<sup>o</sup> senhor), que se casou com Ana de Menezes. Também gerou Jerônimo Sodré Pereira, que, secundão, se mudou para a Bahia, e casou-se com Francisca de Aragão e com Maria de Azevedo, em segundas núpcias. Ela, que tomou o nome de sua mãe (Niskier, 2004), era irmã inteira do notável Padre Antônio Vieira.

José Sodré Pereira (12<sup>o</sup> senhor) manteve a Casa do pai, com sua mulher Ana de Menezes. Foi governador da Ilha de São Miguel, Açores. O casal gerou Duarte Sodré Pereira, que foi o 13<sup>o</sup> senhor de Águas Belas. Esse personagem tornou-se um homem muito rico com o comércio a grosso, ainda que fizesse persistir a tradição fidalga e fosse também homem da guerra. De rigor, essa mistura de mercador, com senhor de terras e militar é um padrão em meio à média nobreza portuguesa, repetido, a seu modo, pela nobreza da terra da América Portuguesa.

Duarte Sodré Pereira, 13<sup>o</sup> senhor de Águas Belas, casou-se com Maria de Almeida. Foi governador e capitão-general da Madeira, entre 1704 e 1712; governador de Mazagão (fundada em 1502 e mantida pelos portugueses até 1769), de 1719 a 1724; e governador de Pernambuco, de 1727 a 1737. É estudado detidamente em Silva (1992), de quem me aproprio dos dados. Grande mercador e rico fidalgo, aplicou seus lucros comerciais em boa parte na formação de bens de raiz, no Reino.

Duarte Sodré Pereira, conforme Silva (1992), comerciou e tinha agentes nas seguintes praças comerciais: Lisboa, Londres, Amsterdã, Hamburgo, Livorno, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Angola, Ilha de São Miguel, Ilha Terceira, Faial, Jamaica, Nova York, Filadélfia, Boston, Barbados e Curaçao. Seu comércio se operava com relação a todo tipo de mercadoria do tempo.

Os cargos na governação ultramarina davam compensação, mas eram mais importantes pelas possibilidades de ganho vultoso com o exercício paralelo do comércio. Frente a essas possibilidades, a nobreza, em particular a média e a pequena. Os fidalgos exerciam concorrência com os mercadores não nobres, com desvantagem para esses últimos. A nobreza podia comerciar livremente, sem que isso fosse visto pelo rei, pelas leis ou pelo povo como uma perda de fidalguia; a menos que comerciasse por retalho e pelo miúdo em lojas e tendas ou botequins.

Silva (1992, p. 32, em nota de rodapé) informa:

É evidente que os cargos ultramarinos favoreciam o exercício do comércio. Essa vantagem não era, geralmente, desprezada. Mas é, também, evidente, que daí advinham prejuízos, não só para comerciantes (outros), como até para a própria Coroa. Por esse motivo, e ‘para evitar os inconvenientes que se seguiam da permissão’, João V proíbe, por lei de setembro de 1720, o comércio feito pelos vice-reis, capitães, generais, governadores, ministros, e quaisquer oficiais com patente superior à de capitão, inclusive, ‘per si, nem per outrem em lojas abertas, nem nas suas casas, nem fora delas...’ Essa lei rogava a resolução de Novembro de 1709, pela qual se tinha dado ‘permissão... aos governadores das conquistas para comerciarem’. Mas, já o Marquês de Angeja, vice-rei e capitão general do Brasil, tinha comunicado ao Conselho Ultramarino, em 1714, os inconvenientes do comércio feito pelos go-

vernadores ‘sendo preferível até, dada diminuição da ‘utilidade’ que poderiam ter, aumentar-lhes os soldos’. Apesar de pesadas penas em que incorriam, se transgredissem a lei, os interesses no comércio eram tantos que nem sempre ela foi acatada. E um exemplo dessa desobediência é o próprio Duarte Sodré Pereira, que continuou a comerciar, como se deduz do seu testamento.

Ponto curioso. Os fidalgos-mercadores, como Duarte Sodré Pereira nos sugere, não se assumiam como comerciantes no Reino, no sentido da formação de um grupo integrado. Suas relações comerciais se dão com os outros fidalgos, os não-nobres, os judeus e os cristãos-novos, fora da metrópole. Os recursos que obtinham da atividade econômica eram, no entanto, levados para a obtenção de maior influência no Reino, com a aquisição de bens de raiz. Sendo assim, os fidalgos-mercadores não praticaram (isso é notável em Duarte Sodré Pereira, como descreve Silva, 1992) a capitalização dos seus lucros para novos e crescentes empreendimentos econômicos. Muito, ou a maior parte, ficava no velho jeito de se mostrar nobre: terras, solares, prédios.

Ao que tudo indica, Duarte Sodré Pereira, 13<sup>a</sup> Senhor de Águas Belas, pretendia elevar sua estirpe a um plano de nobreza mais alto. Casou-se com Maria de Almeida, neta pelo pai, de Dom Luís de Almeida, conde de Avintes. Como informa Genea Portugal, seu filho com Maria de Almeida, Antônio José Sodré Pereira (1708-1785), 14<sup>a</sup> senhor de Águas Belas, casou-se com Teresa Heliadora (Eleonora) de Menezes da Cunha (1710-1780), de muito antiga família, filha de Pedro Álvares da Cunha (18<sup>a</sup> senhor de Tábua — o qual sucedeu a Duarte Sodré Pereira como governador e capitão-general da Madeira) e de Maria Teresa de Vilhena. A união de Antônio José e Teresa Heliadora não resultou em um herdeiro homem.

Quem herdou o morgado e senhorio de Águas Belas, a tradição paterna e o nome Sodré Pereira foi Maria Antônia Xavier Sodré Pereira de Menezes (1735-1760), desfazendo-se assim o sonho de uma estirpe Sodré Pereira engrandecida, com um título de primeira nobreza, um condado seria o caso, o que se faria possível, ao tempo, apenas se houvesse um varão. Uma mulher seria só um aporte a uma outra casa nobre.

Pelos dados da Genea Portugal, Maria Antônia Xavier Sodré Pereira de Menezes, a seu direito, a 15ª senhora de Águas Belas, casou-se com seu tio materno, Dom José Vasques Álvares da Cunha (1734-1812), 2º conde da Cunha. Esse Dom José era tio de Maria Antônia, uma vez que irmão inteiro da mãe dessa, Teresa Heliodora. Dom José tinha sucedido a seu meio-irmão Dom Antonio Álvares da Cunha, 1º conde da Cunha, o qual foi vice-rei do Brasil, entre 1763 e 1767, e morrera sem filhos.

Por fim, tudo o que era Sodré Pereira passa a estar no patrimônio da Casa dos Condes da Cunha. Todavia, por um curto tempo. Ocorreu de o 3º conde, Dom Pedro Álvares da Cunha, sem filhos, ser sucedido por seu meio-irmão, já não do sangue Sodré Pereira. Observo que quando não existe relação de sucessão pelo sangue, os senhorios e os bens em geral perdem o sentido afetivo e simbólico. Passam a ser patrimônio comum, desvinculado, ou seja, não genealógico.

Como se conclui, o último Sodré Pereira do ramo principal, por linha masculina, foi Antônio José Sodré Pereira (1708-1785), 14º senhor de Águas Belas. O último Sodré Pereira do ramo, por sucessão pela mãe, foi o 3º conde da Cunha, Dom Pedro Álvares da Cunha (1762-1798).

\*\*\*

Duarte Sodré Pereira, o 13º senhor de Águas Belas, é emblemático de um tipo de nobre português do século 17, ainda que sua vida e atividade transbordem para o século 18. Os componentes básicos de tal sorte de aristocrata eram a ligação a um ou mais senhorios sobre terras, bem como mercês e bens de raiz em Portugal, que lhe proporcionasse renda fundamental, em primeiro plano. Mais a detenção de cargos na administração régia que lhe desse os meios de aumentar o patrimônio, em segundo plano. E, por fim, mas não menos importante, a prática da atividade mercantil mundo afora.

Silva (1992, p. 19-20) sugere que Duarte pode ter sido o último de sua categoria. No século 18, o fidalgo-mercador e funcionário do rei é substituído por uma nova composição de atores sociais. Ocorre de, no início do século 18, coincidentemente com o reinado de Dom João V, emergir, finalmente, uma classe de mercadores profissionais prepon-



derantemente burguesa e estrangeira, em especial, inglesa (e não mais fidalga de origem). Junto a isso, o ouro é descoberto no Brasil em grandes volumes, o que dota o rei Dom João V de meios bastantes para não mais depender da nobreza, a antiga e antes inafastável parceira dos reis, e, por tal, profissionalizar minimamente a governação metropolitana e ultramarina.

Ver quadro *Linhagem principal (Casa de Águas Belas) e os ramos brasileiros de Sodré Pereira* (página 187).

### **O cais do Sodré, em Lisboa**

Como nos informa Sucena (1994, p. 195-196), em termos restritos, o nome “Cais do Sodré”, um dos mais referidos pontos de Lisboa, remete simplesmente à rua que começa no Largo do Corpo Santo e finda na Praça Duque da Terceira. Todos em Lisboa, no entanto, chamam Cais do Sodré a uma área muito maior, assim definitivamente conhecida após o terremoto de 1755.

Hoje, em 2019, o Cais do Sodré é um sistema urbano limitado a leste por uma linha imaginária que vai do Largo do Corpo Santo à antiga estação dos *ferry-boats* (que data de 1904); a oeste por outra que vai da Praça de São Paulo à estação ferroviária (inaugurada em 1928); a norte pelas ruas do Corpo Santo e de São Paulo; e a sul pelo Tejo, entre a Estação Fluvial e a Ribeira Nova. O centro do Cais do Sodré, como região na atualidade, é a Praça do Duque da Terceira, antes Praça dos Remolares, antes ainda Cais do Sodré. No passado, as águas do Tejo chegavam até lá, formando uma praia, onde haveria um cais. O aterro, que empurrou o Tejo para onde ele agora corre, foi feito no final do século 19.

No início do século 21, o topônimo Cais do Sodré tende a mais se firmar na mente dos lisboetas e dos portugueses em geral, em vista do complexo multimodal lá instalado, onde se conjugam estações de transporte metroviário, ferroviário e fluvial, e mais ônibus, carros elétricos e táxis.

Conforme Castilho (1998), o nome Cais do Sodré, originalmente um *pier* mercantil, remete à família Sodré Pereira, cujos membros foram

proprietários de prédios naquela zona e os usavam para o comércio. Essa informação se dirige diretamente a Duarte Sodré Pereira, 13º senhor de Águas Belas, algumas vezes chamado Duarte Sodré Pereira Tibau. Narra Silva (1992) que Duarte Sodré Pereira adquiriu o morgado dos Tibau (ou Tibao) que pertencera à família de sua avó Brites Tibau, mulher de Fernão Sodré Pereira, 11º senhor de Águas Belas.

Duarte Sodré Pereira, além de fidalgo, foi mercador importante no século 18, no período anterior ao do terremoto. Outros historiadores de Lisboa, como Túlio (1860), remetem a personagens de nome Sodré mais antigos, os quais teriam edificado prédios e feito a obra de um cais. As duas posições são possíveis ao mesmo tempo. Silva (1992, p. 158) escreve que os Sodré Pereira, desde há muito, tinham prédios junto ao cais, mas que, com Duarte Sodré Pereira, nascido em 1666, o nome Cais do Sodré deve ter-se reconfirmado. Como já dito em outra parte deste livro, Duarte foi sobrinho de Jerônimo Sodré Pereira, da Bahia, e sobrinho-neto do nosso Francisco Sodré Pereira (avô de João de Abreu Sodré Pereira, primeiro do nome).

## **Rio de Janeiro: fundação, disputas e a ocupação sociopolítica da Guanabara (séculos 16 e 17)**

### **A Guanabara no contexto do Império Português**

É bom observar que a expressão indígena “Guanabara” é correspondente à baía e, por extensão, às suas franjas para o interior. Assim, o uso desse termo descarta dizer “baía da Guanabara”, mais ainda quando se visita os séculos 16 e 17. O extinto Estado da Guanabara, que existiu na federação brasileira por um tempo no século 20, projetava-se sobre menos da metade da orla do recôncavo. Por isso, de propósito,

vou usar simplesmente “Guanabara” para referir-me à baía, uma vez que ela se enquadra como uma região com o mesmo histórico nos séculos 16 e 17, ora em reflexão.

\*\*\*

É um caso interessante o da fundação, do nada, de uma cidade, como ocorreu à de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1º de março de 1565. A fundação se deu sem prévia carta régia de foral, o que era exigido para se ter uma cidade, e ainda sem que Martim Afonso de Sousa, o donatário da capitania de São Vicente, senhor da Guanabara e das suas terras nas beiras e ilhas, tivesse assentado por escrito algum entendimento com o rei português. O direito de fazer vilas, mas não cidades, seria dele, do donatário.

De rigor, como estuda Brandão (2015), a condição de São Sebastião do Rio de Janeiro, como cidade, foi sendo construída pelos atos da governação rotineira do rei Dom Sebastião e não, como ocorrera a Salvador, com atos constitutivos prévios. No normal dos fatos, o regime político-jurídico de cidade era reconhecido pelo rei em favor de uma vila próspera ou que se mostrasse importante, como se deu com a Vila de São Paulo de Piratininga, no ano de 1711. Antes de uma vila, haveria uma povoação ou uma aldeia, adjunta a uma vila ou para além de uma cidade. Era nas vilas e cidades onde existia a presença dos poderes centrais do rei e da Igreja.

Tudo leva a crer, como escreve Brandão (2015), que houve um reconhecimento rápido e crescente, entre 1665 e 1670, da importância estratégica da povoação de São Sebastião do Rio de Janeiro no contexto do império marítimo português. Essa relevância ia muito além da pontual expulsão dos franceses que se tinham alojado na Guanabara. A questão a mais era a da proteção do caminho de ida às Índias, por via da corrente marítima hoje conhecida como do Brasil, que passa e passava em frente à capitania de São Vicente.

Tudo se deu aos poucos e não às claras. Como escreve Brandão (2015), não se sabe se o núcleo urbano fundado por Estácio de Sá, no sopé do morro Cara de Cão, em 1º de março de 1565, foi uma vila ou já uma cidade. Não há documentação bastante para desvendar.

Por se terem os cronistas combinado entre eles, é tradicionalmente aceito que a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada quando Estácio de Sá mandou construir, em 1<sup>a</sup> de março de 1565, uma cerca ou paliçada em torno de um arraial, ou seja, de um acampamento de guerreiros. Isso leva à versão de que teria sido fundada uma “vila” (termo de organização política) consistente em um “arraial” (termo descritivo da linguagem comum). A identidade de “cidade” (também palavra do direito público de então) só se teria imposto com a transferência do povoado, ou da parte mais importante dele para efeito da governação, para o morro do Castelo, em 1567. O lugar de origem passou a ser conhecido como “Vila Velha”.

Os arraiais, povoações, aldeias ou povoados, seja lá como se chamem, podiam se formar sem a intervenção do poder régio. Surgiam por efeito de um elemento agregador — moinho, capela, parada ou pousada de tropeiros, acampamento etc. Não havia para esses agrupamentos qualquer normatividade jurídica prévia, ainda que tendessem a se organizar como freguesias e os moradores reclamassem a presença de um pároco. A intervenção régia direta, ou por delegação do rei a outrem (o senhor das terras onde vai estar a vila), ocorre quando é outorgada a condição de vila. A criação de uma cidade é ato apenas do rei, e não da iniciativa de um agente seu, como um governador.

Como informa Brandão (2015), para as vilas era necessário o estabelecimento de um prédio da Câmara, a eleição de vereadores (que compunham o Senado da Câmara), a ereção do pelourinho e a atividade de um prelado, alguém mais que um simples pároco. No caso de cidade, cabia uma sé episcopal, ou seja, um bispo com sua catedral. Esse modelo era tanto o do Reino, como o da América portuguesa; aqui era uma extensão de Portugal quanto à organização política. Contudo, por cá, o poder do rei foi delegado aos donatários de capitânicas; na ausência do donatário, o poder constituinte de vilas ficava com o seu representante legal, ou seja, com o capitão-mor ou governador.

A Câmara Municipal assumia o papel de organizadora do espaço socioeconômico urbano circunscrito à sua autoridade, conforme o que fosse dito na sua carta de foral. Correspondia ao que se chamava, no direito de então, de *república*, uma vez que do *povo*, composta de homens brancos, católicos, livres, casados e de posses, credenciados como “ho-

mens bons” (ou seja, aptos pelos critérios de então) para serem eleitores e possíveis eleitos para o Senado, de até seis vereadores. O *povo* era uma parte mínima da população. A imensa maioria era composta pelos sem qualidade, os mecânicos, os adventícios, a plebe, os pobres, os miúdos, os escravizados, os indígenas, as crianças e as mulheres em geral.

As Câmaras eram dependentes do senhor territorial que as tivessem constituído para a confirmação, por exemplo, de quem podia ser eleitor e eleito. No que se aplica à do Rio de Janeiro, como sede de uma capitania real, o senhor era o rei (ver Boxer, 2002, p. 286-298; Raminelli, 2017, entre muitos outros).

Junto à Câmara, em cidades como a do Rio de Janeiro, havia a Santa Casa da Misericórdia, com função de assistência à população em geral, composta por gente do *povo*, organizada como uma irmandade de benfeitores contáveis até as centenas (Boxer, 2002, p. 299-308). A Câmara e a Misericórdia eram organizações do *povo*; tinham atividade autônoma em relação às do governador da Capitania do Rio de Janeiro, sendo esse um representante do rei. Os governadores eram, de regra, trocados logo pelo monarca; não lançavam raízes na terra (Boxer, 2002, p. 286). A repetição dos Correia, no Rio de Janeiro, é uma exceção. Em suma, a identidade institucional da cidade do Rio de Janeiro, como a das demais inúmeras vilas e cidades da metrópole e do império português, cabia à Câmara. Inclusive, ela podia comunicar-se diretamente com o rei; não estava sujeita, no exercício de suas competências regimentais, ao governador, mas diretamente ao rei (Fragoso e Monreiro, 2017).

Os cargos camaristas, inclusive o de juiz, eram funções eletivas não remuneradas. As Câmaras também tinham poder tributário, cabendo-lhes o recolhimento de rendas, tributos e donativos; bem como a função militar de sediar um corpo da tropa de ordenanças, organização militar auxiliar.

A primeira vila a existir no Brasil, a de São Vicente, foi fundada em 1532, ou seja, antes do estabelecimento do regime de capitanias hereditárias. Martim Afonso de Sousa, seu fundador em nome do rei, obedecendo à legislação, providenciou o estabelecimento da Câmara e a ereção do pelourinho, dando ainda curso ao primeiro processo eletivo dos cargos municipais. Com a criação do sistema de capitanias, esta vila tornou-se a cabeça da capitania de São Vicente, em 1534.

Como ensina Brandão (2015), com a instituição do modelo de governos gerais na América portuguesa, o governador régio deveria estar estabelecido em uma cidade. Como o Brasil foi todo dividido em capitâncias hereditárias, seria preciso que o rei retomasse o poder sobre uma das capitâncias doadas. Isso foi possível com o falecimento do donatário da capitania da Bahia de Todos os Santos, Francisco Pereira Coutinho, quando a Coroa negociou e indenizou o herdeiro. Em 1549, Tomé de Sousa trazia em seu regimento — o documento régio em que constavam as competências e restrições do poder delegado ao agente do rei — instruções para o estabelecimento do governo geral e a fundação de uma cidade, a partir do nada ou de um vilarejo mínimo que estivesse no lugar, previamente. A cidade, logo fundada, teve por nome São Salvador. No ano de 1551, o papa Júlio III, criou para a cidade o primeiro bispado na América portuguesa, que veio a ser ocupado em 22 de junho de 1552 por Dom Pero Fernandes Sardinha.

\*\*\*

A invasão da Guanabara pelos franceses, iniciada em 1555, foi de pronto denunciada ao rei por Brás Cubas, capitão-mor em exercício da capitania de São Vicente. Sem condições para combater os franceses, Brás Cubas requisitou reforços ao governador-geral Duarte da Costa. Não foi ouvido. Só em 1560, o novo governador-geral, Mem de Sá, é incumbido da responsabilidade de expulsar os franceses da Guanabara.

Mem de Sá teve sucesso, mas logo deixou o recôncavo, dando oportunidade para a volta dos franceses que se tinham refugiado no sertão. Uma segunda força portuguesa, sob o comando de Estácio de Sá, aparentado de Mem, consegue instalar-se, em 1<sup>o</sup> março de 1565, na boca da Guanabara para o oceano, no local então conhecido como Praia de Fora, hoje Urca.

Como diz Brandão (2015), é aceitável considerar-se que Estácio de Sá tivesse a incumbência de estabelecer um povoado e não um mero arraial tático, como diríamos atualmente, para uma guerra pontual que começava e que acabaria logo. Contudo, Estácio de Sá, por não ser capitão-mor da capitania de São Vicente, já que não se tem conhecimento dessa sua patente, estaria impossibilitado de elevar esse povoado

à condição de vila. Talvez por Estácio ser intrépido e muito voluntarioso, passou a conceder cartas de sesmarias para a região do entorno da Guanabara, como se fosse (ou mesmo era, “*in pectore*”, quem sabe) capitão-mor da capitania de São Vicente. Somente de setembro de 1565 a novembro do ano seguinte foram concedidas 45 cartas de sesmarias nesta região.

Como está em Brandão (2015), nos tempos anteriores a Estácio de Sá, os capitães-mores ou governadores da capitania de São Vicente concediam terras de sesmaria nas bordas da Guanabara. Estas outorgas de sesmarias provam que o Rio de Janeiro era havido, para todos os efeitos, como território da doação régia a Martim Afonso de Sousa. Fato muito curioso, como afirma Brandão (2015), é que Salvador Correa de Sá e Benevides, quando governador do Rio de Janeiro em 1638, tenha concedido sesmarias na estranha condição de procurador da condessa de Vimieiro, donatária da capitania de São Vicente. Que poder teria Estácio de Sá para, em 1565, dar cartas de sesmarias na região guanabarina?

Ao recuperar o controle da Guanabara, Mem de Sá transfere a sede da administração municipal para o alto do morro do Castelo, em 1567, no atual centro urbano do Rio de Janeiro.

Como nos informa Brandão (2015), apesar de Mem de Sá usar distorcidamente seu regimento para categorizar como cidade o núcleo de pessoas estabelecido no alto do morro do Castelo, somente a partir da intervenção direta do rei Dom Sebastião, em 1570, o Rio de Janeiro pôde ser assim considerado. Isso aconteceu não por emissão de foral ou por qualquer ato formal de ratificação do feito fundacional de Estácio de Sá, em 1<sup>a</sup> de março de 1565. O rei apenas fez nomeações de cargos administrativos de sua competência, deixando claro que queria uma cidade.

A primeira nomeação conhecida é de 7 de março de 1570, quando Aires Fernandes Vitória assumiu o cargo de almoxarife “da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”. No ano seguinte, o rei nomeou Cristóvão de Barros, por quatro anos, “capitão e governador da capitania e cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro nas partes do Brasil”, referindo-se, assim, não somente à cidade, mas também à nova capitania real, como escreve Brandão (2015). Cristóvão de Barros substi-

tuiu Salvador Correa de Sá (chamado pelos historiadores de “o Velho”, em distinção de seu neto Salvador Correa de Sá e Benevides, filho de Martim Correa de Sá). Em 11 de maio de 1576, Dom Sebastião faz ainda diversas nomeações, inclusive a do tabelião das notas e judicial. Em agosto de 1577, nomeou Salvador Correa de Sá, o Velho, para novamente ocupar o cargo “de capitão e governador da dita capitania e cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro por tempo de três anos”.

Quanto a uma cidade dever ser sede de uma diocese, na época da transferência para o morro do Castelo, a cidade ainda não contava nem mesmo com um pároco. A primeira freguesia no Rio de Janeiro, a de São Sebastião, só veio a ser criada em 1569 por provisão régia datada de 20 de fevereiro, sendo o padre Mateus Nunes seu primeiro vigário. Em 1576, o Rio de Janeiro foi elevado à condição de prelazia. A segunda freguesia, a da Candelária, só veio a ser estabelecida em 1634. A prelazia só foi elevada a sé episcopal em 1676.

O comum seria, nos moldes do ocorrido com a vila de São Paulo de Piratininga, em 1711 — cento e quarenta e cinco anos depois do Rio de Janeiro —, a criação de uma cidade mediante a elevação de uma vila. Ou ainda o caso da vila de Olinda, em Pernambuco, que quando elevada a sé de bispado, em 1676, foi feita cidade.

Para concluir esta seção, resta dizer que a criação confusa e informal da cidade levou a que se estabelecesse uma autoproclamada classe de “homens bons”. Os homens principais da conquista da Guanabara tomam como seu o poder fundante; tornam-se os “homens bons”, para só eles serem os eleitores e os elegíveis para a Câmara Municipal; nada havia antes (ver Fragoso, 2007, p. 61-62).

Pode-se imaginar uma formidável concentração de tempo em que umas duas dezenas de homens principais da conquista da Guanabara aos franceses e índios adversos discutiram como se aproveitarem das oportunidades. O que durou centenas de anos no Reino, no lento processo de construção do poder burguês, durou uns poucos anos, com a prevalência ou mesmo exclusividade dos recém-chegados e novíssimos senhores de terras e de escravos indígenas e africanos.



## A ocupação da Guanabara

A região da Guanabara estabilizou-se em seguida à guerra vencedora dos portugueses e seus aliados índios termiminós contra os franceses e os seus tamoios.

As terras na Banda d'Além — a leste e além das águas da entrada da baía — foram outorgadas ao chefe termiminó Arariboia, que se passara a chamar, uma vez batizado, Martim Afonso de Sousa, tal qual seu padrinho, o donatário da capitania de São Vicente. A Banda d'Além era conhecida pelos índios como Niterói (“Nitheroy”, na transliteração antiga). Arariboia instalou-se formalmente em 22 de novembro de 1573, no amplo lugar que se chamou arraial e, depois, povoado de São Lourenço dos Índios, do qual surgiu o atual bairro niteroiense de São Lourenço. É curioso que, mesmo sendo o novo Martim Afonso de Sousa muito prestigiado pelos portugueses, não houve a fundação de nenhuma vila.

De algum modo, São Lourenço dos Índios não vingou como centro econômico nos quase 250 anos que se seguiram. Na Banda d'Além, outra experiência de ocupação territorial ocorreu e foi vencedora, desta vez por efeito, como cabia, da ação pessoal dos portugueses. Ocorreu de impor-se a povoação feita na Praia Grande, bem ao sul de São Lourenço, no lugar que se chamou de freguesia de São Domingos da Praia Grande, correspondente ao atual bairro niteroiense de São Domingos. Em 10 de maio de 1819, por alvará régio de Dom João VI, foi feita Vila Real da Praia Grande (Souza, 1993).

Em termos demográficos, o Recôncavo, com sua forma de balão, tem a oeste de sua boca, ou à esquerda, a sede municipal do Rio de Janeiro, e a leste, a Banda d'Além. Nas beiras e logo adentro das bandas oeste e leste do balão em direção ao norte, estão, nos séculos 16 e 17, engenhos de açúcar e plantações de cana, crescentemente dotados de africanos escravizados, e mínimos povoados informais junto à atividade econômica da indústria açucareira. As terras chamavam-se, segundo a tradição indígena, Inhaúma, Iguaçú, Irajá, Jacutinga, Maricá, Meriti, Pavuna, Piratininga e Sacopema.

A motivação inicial para a formação desse “colar” de engenhos foi o deslocamento do centro principal da produção açucareira do Brasil

meridional de São Vicente para a Guanabara. A indústria açucareira era uma forma de assentar gente em favor de dar-se concretude à ocupação lusa. Tratava-se de uma atividade para o comércio exterior, de interesse metropolitano, e não uma colonização autonomista, como a que houve na América do Norte. Por volta de 1630, havia 60 engenhos. Dez anos depois, 110, quando o Rio de Janeiro passou a fornecer açúcar a Lisboa em vista da tomada de Pernambuco pelos holandeses. No final do século 17, havia mais de 120 engenhos em operação. Fragoso e Florentino (2001, p. 65) reportam 130 “fábricas de açúcar” no grande entorno do Recôncavo, em 1680.

O cultivo do açúcar levou à obtenção da mão-de-obra africana escravizada. O ingresso de negros foi facilitado pela retomada de Angola em 1648. A massa populacional africana cresceu enormemente durante a segunda metade do século. Isso ocorreu tanto pela sua qualidade para a atividade laboral, como pelo fato de a escravidão dos indígenas se ter tornado difícil pela ação dos jesuítas e das autoridades eclesiásticas locais. A tese era a de que os índios não poderiam ser escravizados.

Como em Fragoso (2000 e 2003), os casais portugueses proprietários dos engenhos e plantações desenvolvem-se como bandos. São sistemas sociais de lealdades formadas e cobradas. Novos sistemas podem emergir pela insatisfação quanto aos retornos dos “investimentos” de lealdade. Os complexos familiares (em que se somam os dependentes e as clientelas) disputam entre si mercês régias novas ou a renovação das antigas, bem como a presença no Senado da Câmara e a investidura nos cargos camarários, e ainda como irmãos-membros principais da Santa Casa da Misericórdia (Boxer, 2002, p. 299-308).

Tais bandos eram redes sociais com componentes e lealdades pontuais diferentes conforme o que estivesse em jogo e contra quem se estivesse concorrendo. Dependiam, ainda, da negociação ou de deixar passarem oportunidades, com o fim de manter-se um certo equilíbrio na captura de proveitos.

O conjunto desses bandos devia formar, como se observa nas ciências sociais de hoje, um grande grupo de interesses, quando se tratasse de preservar o *status quo* do sistema geral de privilégios, que incluía, por certo, a auto-regulação pelos bandos das suas disputas por ganhos, cargos e direitos, bem como a exclusão de qualquer bando externo.

\*\*\*

Na lógica das relações dentro do sistema do Império português, os Correa do Rio de Janeiro são uma “dinastia” que serve na governação da cidade e da capitania do Rio de Janeiro como garantes da importância da povoação para a preservação de Angola e do Oriente. Tratam-se os Correa de gente de lealdade metropolitana e não de “conquistadores”.

A força dos Correa surge, como diz Coaracy (1944; p. 12), da figura de Mem de Sá, como “tio” e protetor de Salvador Correa de Sá, o Velho, e de Estácio de Sá, mesmo que não fossem sobrinhos, de rigor. Estácio de Sá foi sobrinho-neto, uma vez que neto de Guiomar de Sá, irmã de Mem, e de um Álvaro Pires. Salvador Correa de Sá, o Velho, foi filho do casamento de Gonçalo Correa da Costa com Filipa de Sá, filha de Martim de Sá Soutomaior, primo-irmão de Mem de Sá. Tais dados são os constantes do “Nobiliário” de Dom Antônio de Lima e Pereira, publicados por Carvalho Franco em “Os Correias de Sá na história das minas de São Paulo”, conforme Coaracy.

A “dinastia” dos governadores Correa é mostrada do seguinte modo: Salvador Correa de Sá, o Velho; Martim Correa de Sá, filho do Velho; Duarte Correa Vasqueanes, meio-irmão patrilíneo do Velho; Salvador Correa de Sá e Benevides, neto do Velho; João Correa de Sá, irmão inteiro do anterior e neto do Velho; Tomé Correa de Alvarenga, sobrinho-neto do Velho; e Martim Correa Vasqueanes, filho de Duarte Correa Vasqueanes e sobrinho do Velho.

Contra o bando dos Correa, vai-se formar sua oposição, com base no poder dos vereadores da Câmara Municipal e dos seus oficiais: os “conquistadores”, de modo que os Correa foram um grupo à parte.

Os ditos “conquistadores” e seus agregados estabeleceram outras referências com que se identificassem como grupos de interesses, que podiam ou não se aliar aos Correa. Tinham como tronco comum, como que um totem ancestral, as pessoas de Jordão Homem da Costa e de Aleixo Manuel Albernaz, “conquistadores” típicos que se fixaram de vez e espalharam descendentes (ver Fragoso, 2000 e 2003).

Em Fragoso (2001, p. 60), tem-se que o governador da capitania do Rio de Janeiro, entre 1644 e 1645, Francisco de Soutomaior, escreveu que “as eleições ao Senado da cidade eram dominadas por pessoas da facção

*dos Correias e as dos Manuéis que são dois bandos e parcialidades de que resultam tantas monstruosidades tão prejudiciais ao serviço de Deus e de Sua Majestadé*". No texto, informa ainda que só pôde tomar posse de seu cargo acompanhado de cem mosqueteiros.

Haveria três visões interligadas que validavam a autopercepção dos “conquistadores” como nobres da terra e assim “homens bons”, conforme se tem em Fragoso (2000, 2001 e 2003), Nizza da Silva (2009) e Carvalho (2017, p. 159-160):

- O entendimento muito conveniente para eles de que, no Novo Mundo, reproduzia-se o desenho de guerra em nome do rei e da Cruz, ocorrido na conquista das rotas e do comércio das Índias, no início do século 16. Por analogia, era justa a apropriação, pelos conquistadores do Novo Mundo, para si mesmos, suas famílias e agregados, dos bens, meios e recursos naturais como patrimônio que fosse do rei e deles, como seus agentes.
- Essa construção mental determinaria que os conquistadores do Novo Mundo devessem ter reservados para si e seus descendentes — que só se casariam entre si, para concentrar o teor fidalgo e sua inteira identidade portuguesa — os cargos da câmara municipal e da governação régia. Se fossem homens, sucederiam aos seus diretamente; se mulheres, seriam sucedidos por seus maridos e filhos. Os filhos e filhas que tivessem com as indígenas seriam bastardos, nunca legítimos ou legitimados.
- A existência da escravidão dos silvícolas e depois dos negros sinalizava que ser nobre era natural aos conquistadores, sendo típica a sujeição dos inferiores. Em um extremo da comunidade estavam os nobres, em contraste com o outro extremo, o dos escravizados. No entremeio, ficavam os burgueses incipientes e os homens livres sob dependência. A estrutura muito estável da indústria açucareira dava condições para que a estrutura social fosse afinada com os critérios do Antigo Regime europeu.

O pertencimento dos indivíduos à qualidade de nobreza da terra na região da Guanabara se confirmava por meio dos casamentos entre primos e mesmo entre tios e sobrinhas, ou ainda entre cunhados (vi-

úvos ou solteiros) e cunhadas (irmãs viúvas ou solteiras das falecidas). Na Guanabara, não se pertencia a “casas” claramente identificáveis, como ocorria na alta nobreza de Portugal do século 17. Por cá, nos séculos 16 e 17, tudo isso estava em formação ou se dirigia para tanto. Os “apelidos” (fora o “Correa”) eram incertos quanto a atestarem a origem de uma pessoa.

O que havia era uma trama de parentescos, ou seja, uma rede social em que alguém era avaliado pela carga relativa maior ou menor de sangue “conquistador” ou de algum berço fidalgo; o que fazia com que se buscasse o aumento da “dose”, ou no mínimo a sua preservação, nos filhos, nas filhas, nos netos e nas netas, desse valor social. Os portugueses poderosos da Guanabara, pode-se argumentar, eram um simulacro da pequena nobreza provinciana do Reino. Foram transplantados para um cenário no outro lado do mundo, longe e abaixo do Equador, com fauna, flora e habitantes do tempo da pedra. Assumiram o ônus de se autoconstruírem identitariamente e se apresentarem favoravelmente no âmbito império português e nas circunstâncias do Antigo Regime. A gente da Guanabara estava lá para ficar; eram imigrantes, na linguagem de hoje, que, no geral, só se passaram a conhecer, uns aos outros, na nova terra, vindos que foram de lugares diversos, como Barcelos, Madeira, Setúbal, Coimbra, a Terceira dos Açores. Tendiam à descensão social e à pobreza em seus lugares de origem.

Queriam-se fidalgos, à semelhança dos reinóis, e não gente comum que tivesse vindo para aventuras. Viam-se como “homens bons” capazes, com exclusividade, para o exercício do poder, uma vez que eram os titulares, por sucessão hereditária, do poder fundante do Rio de Janeiro. Não se confundiam, como modelo de elite (especialmente nos séculos 16 e 17) com os pioneiros da vila de São Paulo, no planalto vicentino. Aquela era uma comunidade de notável extroversão social, na forma da miscigenação dos brancos com os indígenas, na quase ausência do elemento negro escravizado e no intenso sertanismo como meio de vida, que deixava a vila vazia da gente que se embrenhava no mato, em bandeiras, por longos períodos (Bruno, 1984, p. 71-96).

E quanto aos adventícios chegados ao Recôncavo? Esses esbarram no aparato instalado (Fragoso, 2001). Os novos têm de lutar por ascensão sociopolítica e econômica, pelas beiradas. Os nobres da terra

consideram gente comum aqueles que não são tipicamente do seu meio; esses devem ter funções subalternas, como dependentes e artesãos em todas as artes. Fragoso (2001) nomeia “primeiros povoadores” aos que logo chegam, mas não satisfazem os critérios de inclusão dos que se autoidentificam como “homens bons”. Os novos tendem a não ter meios de reproduzir, nos filhos, o seu eventual sucesso, uma vez que a concorrência da rede dos antigos é muito ativa nas capturas de oportunidades e no bloqueio dos que vêm do Reino sem liames com os da classe senhorial em formação.

A referida nobreza da terra, ainda que se sustentasse, em parte, nos recursos das regalias e proventos das mercês, tinha no comércio do açúcar o lastro econômico principal. No entanto, o açúcar guanabarina era ruim, como tinha sido de má qualidade o vicentino, se comparado com o de Pernambuco e o da Bahia. Os comerciantes europeus não o queriam, a não ser por menor preço. Por que ir tão mais longe para ter um produto pior? Entretanto, o rei precisava dos “conquistadores” para seu domínio de Angola e como bastião militar e comercial para o caminho das Índias pela, hoje chamada, corrente marítima do Brasil. Assim, através de medidas protecionistas e compensatórias de toda a ordem, o açúcar fluminense é tornado lucrativo para dar apoio à gente da Guanabara.

A população do município, em meados do século 17, contava por volta de 10 mil pessoas, distribuída entre a cidade e as terras ao longo da Guanabara. Bem menos da metade era de elementos da raça branca; o resto, eram mestiços dependentes ou pobres (mamelucos, de regra), índios cativos e escravos negros. No início do século 18, a população, na mesma área, seria de cerca de 20 mil, metade na cidade, metade nas terras junto à baía (Gorenstein, 2005, p. 54).

### **A construção social do poder**

#### **Francisco da Fonseca Diniz (homônimo do avô paterno), a nossa referência**

Como já tanto dito, na região da Guanabara, os parentescos eram procurados como condição para o sucesso nos planos político e eco-

nômico e no plano da honra social. Para dar exemplo desse fenômeno, estabeleço como referência central o personagem seiscentista Francisco da Fonseca Diniz (homônimo de seu avô paterno). Outros pivôs (avôs, avós, tios, tias, irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas de Francisco) poderiam ser usados para descrever uma genealogia; mas a ele, Francisco, eu conheço de perto. Confirmei minha escolha dessa referência quando, ao começar a escrever este ensaio, compulsei Macedo Soares (1993) e cheguei ao nome “Fonseca”. Trata-se do bairro e da rua que remetia a Francisco da Fonseca Diniz.

Tanto aquela área como o caminho que a cortava tinham o nome “do Fonseca”. A terra, que se tornou bairro, manteve o nome, desde meados do século 17 até hoje. O caminho fez-se uma via pública, no ano de 1856, quando a denominação tradicional foi substituída em homenagem ao doador da área ao município, sucessor hereditário de Francisco, de nome Boaventura Ferreira Maciel, passando a se chamar Alameda São Boaventura. Atualmente, no século 21, restou o nome “Fonseca” para o bairro correspondente à parte menor das terras que foram de Francisco e, em seguida, de seu filho primogênito Baltazar de Abreu Cardoso.

Francisco da Fonseca Diniz, vindo da sede do município, adquiriu terras na Banda d’Além, em 1651. A aquisição foi feita aos padres da Companhia de Jesus, procuradores dos índios de São Lourenço. Tais índios são o povo do arraial que Arariboia estabeleceu, em 1573, na vasta área que tinha como centro o atual bairro niteroiense de São Lourenço. Os jesuítas se tornaram, desde o século anterior, o 16, grandes proprietários e intercessores de assuntos indígenas.

Francisco da Fonseca Diniz estudou medicina em Salamanca, na Espanha, (e não em Coimbra, como antes escrevi em Carvalho, 2008) formando-se em 1637 (Macedo Soares, 1993). Francisco da Fonseca Diniz não foi um médico nos termos que hoje conhecemos. Naqueles tempos, século 17, e nos logo seguintes, a maior parte do atendimento de doentes era feita por profissionais que, na tradição portuguesa, se chamavam cirurgiões-barbeiros, barbeiros e boticários, e por seus aprendizes (Herson, 1996, p. 20 e 24). Havia ainda os entendidos vindos da cultura ameríndia, com suas soluções exóticas. Francisco da Fonseca Diniz certamente não clinicou ou atendeu doentes pobres, como deter-

mina a ética médica a contar do século 19. A sua qualificação deve ter servido para cuidar de seus escravos negros e servos indígenas, mantê-los aptos, bem como para saber como escolher os africanos mais convenientes por ocasião da sua compra no porto do Rio de Janeiro.

Francisco da Fonseca Diniz e Isabel Rangel de Macedo (a segunda do nome) tiveram o mais velho Baltazar de Abreu Cardoso, e outros oito filhos. Três deles tornaram-se religiosos: o frei Manuel de São José; o frei Jorge da Apresentação, batizado em 11 de junho de 1645, prior do convento do Carmo no Rio de Janeiro; e o frei capuchinho Francisco da Cruz, batizado em 10 de março de 1655. Tiveram também: Isabel Rangel de Macedo, Beatriz Rangel de Macedo, Maria de Abreu Soutomaior, José da Fonseca Rangel e João de Abreu da Fonseca (Rheingantz, 1967, vol. II, p. 150-151; Macedo Soares, 1947, vol. II, p. 6 a 8).

Os apelidos usados por Francisco da Fonseca Diniz não foram assumidos por seu primogênito Baltazar de Abreu Cardoso. O sobrenome “Cardoso”, neste último caso, é possível que tenha sido por conta de um padrinho de apelido Cardoso, gente relevante no século 17 no Rio de Janeiro, com relações com os Azeredo Coutinho.

### **Jorge Fernandes de Fonseca e Beatriz da Costa Homem, genitores de Francisco**

Francisco da Fonseca Diniz era natural do Rio de Janeiro, nascido por volta de 1616, filho de Jorge Fernandes de Fonseca e de Beatriz da Costa Homem.

O doutor Jorge Fernandes de Fonseca, assim conhecido com o axiônimo “doutor”, foi um notável personagem colonial. Foi advogado licenciado pela Universidade de Coimbra. Na história da Capitania de São Vicente, foi governador (capitão-mor) nos anos de 1653 e 1660, o que pode ser encontrado nas crônicas vicentinas. Nasceu em Buarcos, perto de Coimbra, Portugal, por volta da 1585. Casou-se, em 1615, com Beatriz da Costa Homem (Rheingantz, 1967, II, p. 150); casamento possível, parece, pela condição de letrado apresentada por Jorge, que lhe dava qualidade pelos costumes reinóis para unir-se a uma mulher de pai e avô “conquistadores”, como se verá neste texto. Também foi



superada a condição de cristão-novo de Jorge, referida em Salvador, 1976, p. 35, 170 e 171, e negada em Bogaciovas, p. 297, que o tem como cristão-velho, que foi simplesmente um protegido de um rico cristão-novo. O consórcio com Beatriz da Costa Homem, com certeza, levou à aceitação de Jorge como um “conquistador” por adoção, ou foi consequência dessa aceitação prévia ao enlace.

No ano de 1660, Salvador Correa de Sá e Benevides era governador geral das chamadas Capitânicas do Sul, como se observa na seguinte transcrição, encontrada em Macedo Soares (1947, vol. II, apêndice, p. 89):

Jorge Fernandes da Fonseca, Capitão-mor de São Vicente. Em 1660, com autorização do Governador Salvador Correa de Sá e Benevides, elevou a vila a povoação de Paraty, a requerimento de Domingos Gonçalves, Capitão da dita povoação. – Milliet de St. Adolphe, vd. Paraty.

Ainda a comentar que o ano de “1660”, indicado na transcrição, parece avançado, uma vez que Jorge nascera por volta de 1585. No entanto, o mesmo dado está em Salvador (1976, p. 253-254), com indicação de outra fonte. Jorge teria perto de 75 anos. Não era estranho viver-se muito entre os “conquistadores”, ou entre os genros dessa gente, como o caso de Jorge. O sogro dele, Aleixo Manuel Albernaz, viveu por mais de 80 anos.

Jorge era filho de Francisco da Fonseca Diniz<sup>1</sup>, natural de Aveiro, e de Juliana Nunes, de Lisboa. Em 1612, estava no Rio de Janeiro exercendo alguma atividade profissional de jurista. É certo, portanto, que tenha sido um dos primeiros ou o primeiro advogado formado academicamente residente no Rio de Janeiro.

Por volta de 1615, Jorge casou-se com Beatriz da Costa Homem, filha de Aleixo Manuel Albernaz e de Francisca da Costa Homem. Beatriz da Costa Homem era irmã do reverendo padre Pedro Homem Albernaz, administrador da Repartição Sul (Capitânicas do Sul), em di-

---

1. Documento constante em Bogaciovas, 2015, p. 297, atribui esse nome inteiro a Francisco, em outros registros consta como “Francisco da Fonseca”.

versas interinidades, como citado em Rheingantz (1967, vol. II, p. 513).

O casal Jorge Fernandes da Fonseca e Beatriz da Costa Homem teve mais cinco filhos, além de Francisco da Fonseca Diniz que assumiu o nome completo do avô paterno: Gregório Nazianzeno da Fonseca; o padre Manuel da Fonseca Homem; outro Jorge Fernandes da Fonseca, capitão; e mais Antônio e Matias, de quem não há mais notícias. De quase todos há descendência que vem descrita em Rheingantz (1965 e 1967).

### **Jordão Homem da Costa e Apolônia Domingues, bisavós maternos de Francisco**

Francisca da Costa Homem foi filha de Jordão Homem da Costa e Apolônia Domingues (ou Rodrigues), nascida por volta de 1532. Rheingantz (1965, vol. I) informa que Jordão Homem da Costa nasceu por volta de 1522 e faleceu depois de 1573, no Rio de Janeiro. Jordão e Apolônia casaram-se, cerca de 1552, na ilha Terceira, Açores. Ambos eram naturais da Terceira. A filha do casal, Francisca, esposa de Aleixo Manuel, era a mais velha de três irmãs; também nasceu na Terceira, por volta de 1552 (Belchior, 1965, p. 33 e 134).

O pesquisador Marcelo Meira Amaral Bogaciovas (2005) identifica os seguintes filhos do casal Jordão Homem da Costa e Apolônia Domingues (ou Rodrigues): Francisca da Costa Homem (mulher de Aleixo Manuel Albernaz, o Velho), Ana da Costa (ou Rodrigues), Antônio da Costa e Margarida da Costa.

### **Aleixo Manuel Albernaz, o Velho, e Francisca da Costa Homem, avô e avó maternos de Francisco**

Aleixo Manuel Albernaz, dito o Velho pelos genealogistas, sogro do doutor Jorge Fernandes da Fonseca e avô materno de Francisco da Fonseca Diniz, foi figura importante no Rio de Janeiro. Encontrava-se vivo ainda em 1619, com 80 anos de idade, quando serviu de testemunha na inquirição procedida para a entrada do Mosteiro de São Bento, de Frei Plácido da Cruz (Belchior, 1965, p. 307, 308 e 360). Chamou-se Rua do Aleixo Manuel a atual Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro. Suas

terras iam até essa rua. Assim chamou-se “do Aleixo Manuel” por um século; até que lá residisse o primeiro Ouvidor (Gerson, 2000, p. 42).

De acordo com Belchior (1965, p. 307, 308 e 360):

MANUEL, Aleixo - Oficial da Câmara da Cidade do Rio de Janeiro, em 1584, 1587, 1588, 1592 e 1609, sendo que na vereação de 1588 saiu eleito juiz ordinário. Considerado um dos conquistadores do Rio de Janeiro, para a cidade teria vindo em companhia do Capitão-mor Estácio de Sá, ajudando-o a povoá-la. Aparentado com Manuel de Brito, dono de sesmaria na qual se erguia o atual morro de São Bento, obteve seu consentimento para nele construir uma ermida em louvor a Nossa Senhora da Conceição, o que realmente fez no ano de 1582. [...] Teve o posto de capitão de infantaria da cidade, em 1611, ano em que serviu de perito na demarcação da sesmaria doada por Manuel de Brito ao mosteiro de São Bento. Era descendente de família nobre, casado com Francisca da Costa Homem, ambos naturais da ilha Terceira, nos Açores.

Os filhos de Aleixo Manuel Albernaz, o Velho, e Francisca da Costa Homem foram muitos. Registram-se o padre Pedro Homem Albernaz; o capitão Aleixo Manuel, o Moço, que também aparece como Aleixo Manuel Albernaz; Francisco da Costa Homem; e ainda Beatriz da Costa Homem, Maria Albernaz e Inês da Costa Homem (ver Rheingantz, 1965, vol. I, p. 446; Bogaciovas, 2005). Foram irmãos inteiros de Aleixo Manuel Albernaz, o Velho: Bartolomeu Albernaz e Manuel Albernaz, ambos vindos ao Rio de Janeiro, e mais Isabel de Faria (Bogaciovas, 2005).

Marcelo Meira Amaral Bogaciovas (2005) identifica os seguintes filhos do capitão Jordão Homem da Costa e Apolônia Domingues (ou Rodrigues): Francisca da Costa Homem (mulher de Aleixo Manuel Albernaz, o Velho), Ana da Costa (ou Rodrigues), Antônio da Costa e Margarida da Costa.

Aleixo Manuel Albernaz, o Velho, e seus irmãos podem ter sido netos ou sobrinhos-netos de Afonso Albernaz, um escudeiro-fidalgo nascido por volta de 1470, na ilha do Faial (Bogaciovas, 2005). Bogaciovas (2005) confirma que não se sabe quem foram os pais de Aleixo Manuel

Albernaz, o Velho. Todavia, na sua percepção de genealogista, entende que a mãe de Aleixo (não identificada, mas supostamente de apelido “Faria”, a chamar-se de “Fulana” de Faria) teria, uma vez viúva (de alguém de apelido “Albernaz”, a chamar-se “Fuão” Albernaz), casado com Jordão Homem da Costa, que então era viúvo de Apolônia Domingues (ou Rodrigues).

Desse modo, como escreve Marcelo Meira Amaral Bogaciovas, Jordão Homem da Costa e “Fulana” de Faria, ambos viúvos, passaram a viver na Terceira ou no Faial, reunindo os filhos e as filhas de seus anteriores casamentos. Aleixo Manuel Albernaz, o Velho, e seu irmão inteiro Manuel Albernaz (ambos filhos de “Fuão” Albernaz e “Fulana” de Faria) casaram-se com duas filhas de Jordão Homem da Costa e Apolônia Domingues (ou Rodrigues), respectivamente: Francisca da Costa Homem e Margarida da Costa. Jordão Homem da Costa e “Fulana” de Faria teriam tido, juntos, Luís de Faria Homem, que também se radicou na região da Guanabara (Bogaciovas, 2005).

O valor da solução genealógica de Marcelo Meira Amaral Bogaciovas é que ela ajuda a entender a formação do congregado de bandos do Rio de Janeiro, em que se combinam, no topo, as origens Manuel (ou Albernaz) / Homem da Costa (ou Costa Homem); às quais se juntam interligadamente o composto Mariz / Rangel de Macedo.

### **Baltazar de Abreu e Isabel Rangel de Macedo (primeira do nome), sogros de Francisco**

Por volta de 1641, Francisco da Fonseca Diniz casou-se com Isabel Rangel de Macedo (segunda do nome), filha de Baltazar de Abreu (com o acréscimo de “de Soutomaior”, em alguns registros) e de Isabel Rangel de Macedo (primeira do nome), filha de Julião Rangel de Macedo e de Beatriz Sardinha.

Balthazar de Abreu seria descendente do galego Dom Pedro Alvarez — ou de Abreu — de Sotomaior, o “Pedro Madruga”. Não podia ser filho, conforme diz Rheingantz (1965, vol. I, p. 3), em vista da desarticulação temporal. Balthazar de Abreu foi possivelmente descendente, por algum caminho, de Dom Pedro e de sua segunda cônjuge, Francisca de Duque Estrada. Macedo Soares (1947, vol. I, p. 31-32)

transcreve o padre Antônio Carvalho da Costa, ao comentar o apelido “Duque Estrada”, em *Chorographia Portugueza, Província da Estremadura*, cap. 21, p. 607:

Dom Pedro Alvarez de Sotomaior, fidalgo galego, visconde de Tuy, passou a este reino seguindo o partido d’el Rei Afonso V, que o fez conde de Caminha. Casou com Dona Teresa de Távora, filha de Álvaro Pires de Távora, Senhor de Mogadouro. [...] Voltando para Castela viúvo, casou segunda vez com Dona Francisca de Estrada, filha de Henrique Duque Estrada, o qual era cavalheiro principal em Castela, filho de Álvaro Gonçalves Duque Estrada e de sua mulher Dona Úrsula Lopes de Mendonça, irmã de Diogo Furtado de Mendonça.

Baltazar de Abreu nasceu na Madeira, após 1583, e faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de julho 1659. Foi moço fidalgo da Casa Real (Macedo Soares, 1947, vol. II, p. 5, 6 e 7). Baltazar de Abreu era alguém bem visto. A prova disso está em que o seu apelido “Abreu” foi adotado por vários dos seus descendentes, como o caso do filho primogênito de Francisco da Fonseca Diniz e Isabel Rangel de Macedo (segunda do nome), que se chamou Baltazar de Abreu Cardoso.

**Julião Rangel de Macedo e Beatriz Sardinha, genitores de Isabel Rangel de Macedo (primeira do nome), e assim avós paternos da mulher de Francisco**

Do que se conclui de Soveral (2012, nota 62; e 2018, nota em e-mail), Julião Rangel de Macedo foi filho do abade Damião Dias Rangel, este nascido cerca de 1519 (prelado-titular de Santo Isidoro, marco de Canavezes, no ano de 1540), e de Violante Bernardes. Soveral (2012, nota 62) refere-se aos que seriam irmãos inteiros de Julião Rangel de Macedo: o doutor Cosme Rangel de Macedo, do Conselho da Fazenda e desembargador do Paço em 1583; e Jerônimo Rangel, que casou a 13 de janeiro de 1597, com certa Maria Teixeira; referido no assento de casamento como “*Jrmº Rangel, da freguesia de Santa Olaia, 1º se dizia de Damião Dias Rangel, abade de Santo Isidoro, já defunto, e de (espaço em branco) moça solteira*”.

Conforme Manuel Abranches de Soveral, o abade Damião Dias Rangel foi filho de Dom Diogo Dias Rangel, prior do Mosteiro de Santo Estevão de Vilela, nascido cerca de 1495. A mãe de Damião foi Catarina Anes Toscano, com quem Dom Diogo teve filhos entre 1518 e 1534.

Dom Diogo deve descender, possivelmente como neto, de Pedro Álvares Rangel e de Inês Sanches de Macedo. Neto desses Pedro e Inês, seja por via feminina ou masculina, sendo presumível que o seu pai, filho ou genro de Pedro e Inês, se tenha também chamado Diogo, daí seu nome inteiro: Diogo Dias (patronímico do nome de batismo Diogo) Rangel. Pedro Álvares Rangel foi fidalgo da Casa do rei Dom Afonso III. Também sobre Julião Rangel de Macedo se tem: Macedo Soares (1947, vol. II, p. 6, 7, 17, 40, 55, 56, 57 e 77); e Gomes (2017, p. 533).

Julião foi fidalgo da Casa do rei Dom Filipe I de Portugal. Passou à conquista do Rio de Janeiro e foi feito Juiz de Órfãos, nos fins do século 16. Em 1583, substituiu a Salvador Correa de Sá, o Velho (Macedo Soares, 1947, vol. II, apêndice, p. 3). Chegou ao Rio de Janeiro, em companhia do Governador-Geral Mem de Sá (Belchior, 1965, p. 385, 386 e 387).

### **Beatriz: a referência Sardinha**

Beatriz Sardinha é tida por diversos genealogistas como tendo sido irmã inteira do primeiro bispo do Brasil, Dom Pero Fernandes Sardinha, condição que eu vinha tomando como correta, como em Carvalho (2008). Esse parentesco está em Rheingantz (1965, vol. I, p. 139; 1967, vol. II, p. 196); e junto a outras considerações em Macedo Soares (1947, vol. I, p. 36, 41, 44-45, 58, 60-61, 73, 75, 83, 85-86, e 133-134; vol. II: p. 16-17, 40, 57, 59, 78, 80, 82 e 85; vol. I, apêndice, p. 7 e 12; vol. II, apêndice, p. 86). Parece que Rheingantz, sem atenção, simplesmente repetiu Macedo Soares.

No entanto, na revisão que fiz deste assunto, em 2017, observei, em debates no portal Genea Portugal, que Dom Pero Fernandes Sardinha, tendo nascido cerca de 1496, em Évora, no Reino, e morrido em 1556, não poderia, em absoluto, ter sido irmão de Beatriz

Sardinha, que era mulher jovem em meados do século 16, quando Dom Pero tinha perto de 60 anos de vivo. Pelo que depreendo das discussões, em especial do dito pelo respeitado genealogista fluminense Gilson Caldwell do Couto Nazareth, não se sabe quem foram os pais de Dom Pero, o que é sem dúvida curioso para quem viria a ser um prelado. Gilson Nazareth (falecido em 2016) presume que Beatriz Sardinha, mulher de Julião Rangel de Macedo, tenha sido filha de Gaspar Sardinha e Filipa Gomes. Gaspar teria nascido entre 1524 e 1527. No ano de 1557, Gaspar e Filipa tiveram um filho, em Porto Seguro, na Bahia, de nome João, que se chamaria, quando adulto, João Gomes Sardinha.

Neste quadro, Beatriz Sardinha foi irmã inteira, possivelmente mais nova, desse João Gomes Sardinha. Essa argumentação teria suporte, em parte ao menos, no processo de canonização do padre José de Anchieta. Em suma, Filipa Gomes teria sido, com Gaspar Sardinha, mãe de João Gomes Sardinha e de Beatriz Sardinha. Concluo das entrelinhas da manifestação de Nazareth (mas sem que ele o diga) que Dom Pero Fernandes Sardinha pode ter sido tio, seja materno ou paterno, de Gaspar Sardinha, ou mesmo pai de Gaspar, o que não era incomum no tempo, como foi o caso de Julião Rangel de Macedo, filho de abade e neto de prior, como se escreveu acima. O que se pode perceber é que Dom Pero Fernandes Sardinha foi parente de Gaspar Sardinha, sendo regular a vinda de parentelas para as áreas de conquista.

Sobre a investidura de Dom Pero se tem que, por bula papal de 12 de junho de 1514, foi criado o Bispado de Funchal, passando-se a ele a jurisdição sobre o Brasil. Por nova bula papal, de 25 de fevereiro de 1551, o Brasil foi desmembrado do Bispado de Funchal para constituir bispado à parte, sufragâneo do Arcebispado de Lisboa. O primeiro bispo foi Dom Pero Fernandes Sardinha que, em 22 de junho de 1552, chegou à Bahia. Dom Pero morreu tragicamente, em 1556, quando de viagem para o Reino.

Em 1613, o tio materno (e não avô materno, como se pensava antes) de Isabel Rangel de Macedo (primeira do nome), João Gomes Sardinha, andou barganhando terras com os índios na Banda d'Além (Macedo Soares, 1993).

**Julião e Beatriz também foram genitores de Paula Rangel de Macedo, mulher de Antônio de Mariz Loureiro; com as implicações a seguir**

Julião Rangel de Macedo e Beatriz Sardinha — genitores de Isabel Rangel de Macedo (primeira do nome) — foram também pais de Paula Rangel de Macedo. Esta casou-se com Diogo de Mariz Loureiro, filho do famoso Antônio de Mariz, e de Isabel Velho (ver ainda Gomes, 2017, p. 529-532; a grafia “Mariz” parece mais adequada; é lugar na região de Barcelos, em Portugal, onde Antônio nasceu).

Diogo foi oficial da Câmara do Rio de Janeiro, em 1599, e nomeado aos 31 de dezembro de 1606 para o cargo de Provedor da Fazenda Real da Alfândega do Rio de Janeiro, que seu pai já ocupara antes. Diogo de Mariz Loureiro e Paula Rangel de Macedo tiveram Maria de Mariz (segunda do nome). Esta Maria não deve ser confundida com sua tia, irmã inteira de seu pai Diogo, Maria de Mariz (primeira do nome), que se casou com Tomé de Alvarenga (Belchior, 1965, p. 315).

Vale a digressão: conforme Rheingantz (1965, vol. I, p. 44), Tomé de Alvarenga, nascido por volta de 1564, casou-se com Maria de Mariz (primeira do nome), em 1594. O casal Tomé e Maria teve, entre outros, Maria de Alvarenga, nascida por volta de 1595 e falecida em 1649. Ela casou-se, em 1615, com Manuel Correa, nascido por volta de 1585, morto em 1648. Manuel Correa e Maria de Alvarenga foram pais de Tomé Correa de Alvarenga, governador da Capitania em duas oportunidades. Manuel Correa foi filho de Gonçalo Correa da Costa (pai de Salvador Correa de Sá, o Velho) e de sua segunda esposa Maria Ramires (Rheingantz, 1965, vol. I, p. 370-371), sendo assim meio-irmão de Salvador Correa de Sá, o Velho, e irmão inteiro de Duarte Correa Vasqueanes, que também foi governador da Capitania (Rheingantz, 1965, p. 377).

**João Gomes de Silva e Maria de Mariz (segunda do nome):  
com as implicações a seguir**

Maria de Mariz (segunda do nome), filha de Diogo de Mariz Loureiro e de Paula Rangel de Macedo, e seu marido João Gomes da Silva tiveram Catarina da Silva Sandoval. O capitão João Gomes da



Silva nasceu em 1580 e morreu em 1640. Foi capitão da infantaria e das fortalezas de Santo Antônio da Barra na Bahia e de São João da Barra no Rio, Provedor da Fazenda Real e Juiz de Órfãos do Rio de Janeiro — ver na entrada de sua mulher Maria de Mariz, em Rheingantz (1965) e em Gomes (2017, p. 142).

Conforme Gomes (2017, p. 140-141 e 366), Carvalho (2008, p. 112) e entradas em Rheingantz (1965, vol. II), João Gomes da Silva foi filho de Braz Gomes de Sandoval e de Helena da Silva.

### **Francisco Sodré Pereira e Catarina da Silva Sandoval; com as implicações a seguir**

Catarina da Silva Sandoval e Francisco Sodré Pereira (fidalgo da Casa Real, segundogênito de Duarte Sodré Pereira, 10<sup>o</sup> Senhor de Águas Belas, em Ferreira do Zêzere, no Reino), e de Guiomar Ramires de Sousa (Carvalho, 2008, p. 28-31; Macedo Soares, 1947, II, p. 18-21 e 72, e Genea Portugal)) tiveram Isabel Sodré Pereira (ou “de Sousa”, como dizem alguns, por algum equívoco de leitura de “Sodré”).

Seguem-se as implicações, em que as irmãs Isabel Rangel de Macedo e Paula Rangel de Macedo, filhas de Julião Rangel de Macedo e Beatriz Sardinha, vão se reencontrar por via de seus descendentes.

### **Baltazar de Abreu Cardoso e sua prima Isabel Sodré Pereira**

Isabel Sodré Pereira casou com seu primo Baltazar de Abreu Cardoso, filho de Francisco da Fonseca Diniz e Isabel Rangel de Macedo (segunda do nome). Isabel Sodré Pereira foi trineta e Baltazar de Abreu Cardoso, bisneto de Julião Rangel de Macedo e Beatriz Sardinha.

Baltazar de Abreu Cardoso, esposo de Isabel Sodré Pereira, tornou-se personagem conhecido na crônica oitocentista do Rio de Janeiro, por conta de um erro de identificação. O ponto é que a tradição lhe atribui um feito que foi possivelmente de seu avô materno, seu homônimo, Baltazar de Abreu. É dito que Baltazar de Abreu Cardoso teria erguido uma pequena capela no cume de um morro situado em suas terras, em Irajá, então nos arredores do Rio de Janeiro, em 1635 (sem que se

lembre que cerca de doze anos antes de ele nascer). Essa ermida foi a origem da igreja de Nossa Senhora da Penha, que veio posteriormente a dar o nome ao bairro (Coaracy, 1944, p. 79). “Penha” é uma grande e alta massa de rocha. No cume da penha, em Irajá, construiu-se a capela que se tornou, especialmente ao longo do século 18, igreja de romaria. Conforme Coaracy (1944, p. 79), a ermida estava em terras de sesmaria passadas em 1613.

Neste quadro, o provável é que tenha sido o avô materno de Baltazar de Abreu Cardoso, o acima referido Baltazar de Abreu, quem verdadeiramente construiu a capelinha original em resposta devocional por um milagre mediante a intercessão de Nossa Senhora, como diz a tradição. O neto, possivelmente, foi um benfeitor quando das obras da edificação da primeira versão de templo católico mais amplo que veio a ocupar o espaço da ermida, estabelecendo-se assim a confusão.

Baltazar de Abreu Cardoso foi coronel do regimento pago do Rio de Janeiro e dono de dois grandes engenhos entre Irajá (a Penha de hoje) e Campo Grande. Baltazar de Abreu Cardoso também se vincula à Banda d’Além. Lá casou-se, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, com sua prima Isabel Sodré Pereira (Rheingantz, 1965, vol. I, p. 6-7; 1967, vol. II, p. 150). Baltazar de Abreu Cardoso herdou do pai, na Banda d’Além, as terras correspondentes ao atual bairro do Fonseca, mais uma grande parte do atual bairro do Cubango, até o Baldeador, e mais chão descendo pela várzea de Icarai (Macedo Soares, 1993).

O primogênito de Baltazar de Abreu Cardoso e de Isabel Sodré Pereira chamou-se João de Abreu Sodré Pereira. Os outros filhos foram: João de Abreu Pereira Sodré, José Pereira Sodré, Francisco Sodré Pereira e frei Baltazar; o mesmo Baltazar de Abreu Cardoso teve o filho ilegítimo Antônio da Fonseca de Abreu (Macedo Soares, 1947, vol. II, p. 8 e 9).

Muito curiosamente, o “Pereira”, que vinha de Dom Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Crato, e de um de seus filhos, Rodrigo Álvares Pereira, 1<sup>a</sup> Senhor de Águas Belas, em Ferreira do Zêzere, no Reino, some de uso em três gerações patrilineares daqueles que então adotaram o apelido “Abreu Sodré”. Foi, no entanto, mantido por outros ramos com tronco em Francisco Sodré Pereira, no Rio de Janeiro.

Até o início do século 20, seja em Portugal ou no Brasil, os apelidos eram escolhidos livremente pelas pessoas na idade adulta, dando-se preferência por aquelas sobrenomeações que sinalizassem mais prestígio no repertório dos antepassados ou mesmo fora dele (Carvalho, 2017, p. 207-226).

Na Bahia, em Pernambuco e no geral do Nordeste, há a descendência ilustre de um sobrinho de Francisco Sodré Pereira, de nome Jerônimo Sodré Pereira. Este foi o antepassado português de Francisco Pereira Sodré (1818-1882, que inverteu o sobrenome duplo), barão de Alagoinhas, e do seu filho, Francisco Maria Sodré Pereira (1836-1903), governador de Pernambuco e ministro da Justiça, no Império.

Um sobrinho-neto, Duarte Sodré Pereira, 13<sup>o</sup> Senhor de Águas Belas, foi governador de Pernambuco, entre 1727 a 1737, mas não deixou geração por lá; foi rigorosamente um reinol (ver Silva, 1992).

Ver quadro *Linhagem principal (Casa de Águas Belas) e os ramos brasileiros de Sodré Pereira* (página 187).

## Embates no Rio de Janeiro

Em Coaracy (1944, p. 170-171), no ano de 1666, Francisco da Fonseca Diniz, como vereador na cidade do Rio de Janeiro, em conjunto com Matias de Mendonça, Francisco Mendes e Lopes do Lago, todos do Senado da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, peticionaram ao rei a dizer de seu desgosto com a continuidade da prisão, em Lisboa, dos revoltosos do levante de 1660 contra o governador Salvador Correa de Sá e Benevides. Em 1660, tinha havido uma revolta que depusera Salvador Correa de Sá e Benevides.

Os rebeldes ficaram senhores da cidade durante vários meses, mas o detestado governador acabou por reverter a situação. Os cabeças foram presos, um deles enforcado e os demais remetidos para a prisão do Limoeiro, na capital do Reino, onde sobreviviam apenas dois em 1666: Diogo Lobo Pereira e Lucas da Silva. Em favor desses, seguiu para o Reino, a 2 de junho de 1666, petição assinada por Francisco da Fonseca Diniz e seus companheiros de Câmara, conclamando o rei a rever o processo que os havia injustamente penalizado.

O rei respondeu a 7 de fevereiro de 1667, a dizer que já determinara ao conde-regedor da Casa de Suplicação que abreviasse o processo de soltura. E a 2 de setembro do mesmo ano comunicava ao Senado do Rio de Janeiro a soltura dos dois, “*livres da calúnia com que o ódio e a paixão lhes haviam falsamente imposto o crime de inconfidência*” (Macedo Soares, 1993).

Em 1661, durante a revolta contra Salvador Correa de Sá e Benevides, Francisco Sodré Pereira (sogro de Baltazar de Abreu Cardoso), comandou as guarnições das fortalezas no entorno da Guanabara e as companhias de milícias de Jacarepaguá, São Gonçalo e Suruí para garantir a defesa do Rio de Janeiro e buscar a prisão de Salvador Correa de Sá e Benevides que viria de São Paulo com tropas (Coaracy, 1944, p. 160). Não se tem notícia de Francisco Sodré Pereira ter sido processado por esse ato; com certeza não foi levado a Lisboa.

\*\*\*

Durante o século 17, parte da classe senhorial e parcela, ou mesmo a maioria, dos vereadores da Câmara Municipal, opunham-se à autoridade incontida dos governadores da capitania real do Rio de Janeiro, em especial os Correa. Não só confrontaram os governadores régios, mas também a presença da Igreja. Ao que parece, não queriam outro mando que não fosse o seu próprio.

Quanto ao confronto com a Igreja, uso para escrever o texto abaixo as informações sobre a Igreja no Rio de Janeiro contidas em Coaracy (1944), das quais já me vali em Carvalho (2008, p. 51-52).

O Papa Gregório XIII, em 19 de julho de 1567, instituiu uma prela-zia para o Rio de Janeiro, com poderes semelhantes ao de uma diocese; tudo em linha com a existência de uma “cidade”, que deveria ter um bispo.

Durante todo o século 17, a classe senhorial e os demais do povo não aceitaram a autoridade eclesiástica. As questões eram a escravidão dos índios e a intromissão da Igreja, definindo o certo e o errado, na vida privada e nos negócios das pessoas. Sobre a escravidão dos indígenas, a indisposição com a Igreja ocorria quando a captura e a submissão dos índios eram feitas sem prévia autorização e sem o pagamento de emolumentos ao prelado.

No começo do século 17, quando o prelado era o padre João da Costa, houve problemas. Costa, querendo ser disciplinador, sofreu a revolta da comunidade, a qual o ameaçou fisicamente. Temeroso, escapou para a vila de São Paulo. A contrariedade da elite teve sucesso, uma vez que Costa foi destituído e substituído pelo padre Bartolomeu Lagarto. Este, por sua vez, amedrontado, não ocupou o cargo. Foi então nomeado o padre Mateus da Costa Aborim. Em 7 de fevereiro de 1629, Aborim morreu envenenado em sua morada.

Em seguida, o bispo da Bahia designou o abade do mosteiro de São Bento, frei Máximo Pereira, para assumir interinamente a função. Pereira não teve ânimo para enfrentar a permanente indisposição da comunidade em aceitar interferências no seu autogoverno. Logo o velho abade renunciou à sua abadia e à prelazia, retirando-se para o Reino.

De modo a que não se ficasse sem comando, o clero local elegeu como administrador eclesiástico interino o vigário-geral padre Pedro Homem Albernaz, irmão de Beatriz da Costa Homem, mulher do doutor Jorge Fernandes da Fonseca.

Em 9 de setembro de 1632, tomou posse como prelado, o sacerdote Lourenço de Mendonça, o qual tinha exercido funções de vigário-geral do Peru. De lá veio para o Rio. Os principais da terra novamente antipatizaram com a autoridade eclesiástica. Mendonça era intransigente quanto à questão indígena, bem como preocupado com os desvios de comportamento dos cristãos-novos, que existiam em boa parcela da classe senhorial. Logo, quatro dias depois de haver se empossado, era alvo do primeiro atentado.

Em 13 de setembro de 1632, à noite, indivíduos atiraram pela janela adentro do quarto onde Mendonça dormia um barril de pólvora com o estopim aceso. Mendonça fugiu para a rua, mas todos os bens móveis que possuía foram-se embora no incêndio que se seguiu à explosão. Noutra ocasião, em um segundo atentado, estando o prelado hospedado em um engenho, em visita pastoral, pessoas desconhecidas dispararam uma carga de arcabuzes contra o cômodo onde ele se achava e atearam fogo à choça de palha onde dormiam escravos negros de sua escolta. Ele escapou novamente. As ofensas contra ele eram inúmeras. Eram pregados cartazes insultuosos contra o administrador nas paredes

das igrejas. Ele próprio se queixou de lhe terem sujado de alto a baixo a porta de entrada de sua casa com fezes; tudo como consta em Coaracy (1944).

O povo deliberou desfazer-se dele. Quando Mendonça soube dos planos, fugiu em um navio que estava de partida para o Reino. Antes disso, transferiu interinamente a prelazia ao vigário-geral Pedro Homem Albernaz, já nosso conhecido. Em 1640, com a restauração portuguesa dos Bragança, Mendonça recolheu-se a Toledo, na Espanha.

Em 8 de junho de 1644, em lugar do padre Pedro Homem Albernaz, assumiu a administração eclesiástica o padre Antônio de Mariz Loureiro, filho de Diogo de Mariz Loureiro e de Paula Rangel de Macedo (Rheingantz, 1967, vol. II, p. 520; Gomes, 2017, p. 367-368). Antônio de Mariz Loureiro, sentindo-se inseguro no Rio de Janeiro, em vista de ameaças, evadiu-se para o Espírito Santo. Mesmo lá, os seus inimigos conseguiram envenená-lo na comida. Não chegou ao óbito, no entanto, enlouqueceu e se viu impedido de exercer as suas funções. Foi removido para Lisboa, nunca vindo a recuperar a plenitude das suas faculdades mentais. Tudo isso pode parecer fantasia ao leitor, mas é exatamente o que Vivaldo Coaracy nos narra sobre os acontecimentos no Seiscentos do Rio de Janeiro.

Em 1659, houve novos conflitos de jurisdição entre o prelado de então, o padre Manuel de Sousa Almada, e a Câmara Municipal. Na noite de 5 de março de 1659, os inimigos de Almada deram um tiro de peça de artilharia contra a sua casa. O prelado conseguiu escapar. Então, teve a ideia infeliz de mover uma devassa para punição dos responsáveis. No entanto, no processo, as testemunhas ouvidas disseram que tinha sido o próprio Almada o planejador do seu atentado: queria com isso incriminar os seus inimigos. Não resistindo a toda essa situação, Almada abandonou o posto e retirou-se para o Reino, transferindo o cargo ao vigário geral Francisco da Silveira Dias.

A gestão também tumultuada do padre Francisco da Silveira Dias durou até 1676, quando o Papa Inocêncio XI, ao mesmo tempo em que elevou a arcebispado a sede episcopal da Bahia, criou os bispados do Rio de Janeiro e de Pernambuco. O bispado do Rio de Janeiro abrangia todo o território português desde o Espírito Santo até o Rio da Prata. Elevando-se a prelazia do Rio de Janeiro à categoria episcopal, espera-

va-se que fosse dado um fim ao conflito permanente da Igreja com a sociedade, o que ainda não veio a ocorrer.

O primeiro bispo foi Dom Manuel Pereira, o qual acabou por não assumir, permanecendo em Lisboa. A administração do Rio de Janeiro continuou assim com o padre Francisco da Silveira Dias. Em 19 de agosto de 1680, foi feito bispo Dom José de Barros Alarcão. Esse só se apresentou para tomar posse em 1683. Alarcão era um homem acostumado ao luxo e à vida dissipada, tudo como consta em Coaracy (1944). Já em 1686, a Câmara do Rio de Janeiro representou contra Alarcão por ter abandonado a sede episcopal para residir na vila de São Paulo, onde também tinha jurisdição eclesiástica. Nessa vila, levava uma vida de pândega, sendo um jogador contumaz e mantenedor de duas amásias (Coaracy, 1944). Negociava com ouro e instituíra um tributo em benefício próprio sobre a captura de índios. Tantas fez Dom José de Barros Alarcão que foi chamado de volta ao Reino. Lá ficou até o ano de 1700, quando, inocentado de suas faltas, voltou ao Rio de Janeiro. Veio a falecer no mesmo ano, enfermo que estava. Foi enterrado na Igreja do Mosteiro de São Bento e, posteriormente, teve seus restos levados para Portugal.

Em 10 de dezembro de 1700, foi escolhido o sucessor de Alarcão, Dom Francisco de São Jerônimo. Esse veio a tomar posse em 1702. Dom Francisco de São Jerônimo, finalmente, impôs a autoridade da Igreja aos sempre rebeldes da Guanabara. Sua gestão durou vinte anos, sendo notável a ação do Santo Ofício da Inquisição durante esse tempo.

Ao que parece, pela leitura de Coaracy (1944), os prelados não tinham apoio firme dos governadores. Ficavam por conta própria e sujeitos à oposição de ao menos parte da classe senhorial e de homens livres, todos interessados em levar a vida como bem entendessem e em manter a servidão dos indígenas. Pode-se ainda inferir que prelados como Pedro Homem Albernaz e Antônio de Mariz Loureiro, dois homens da classe senhorial local, tinham seus compromissos e lealdade com a Igreja e não com os seus parentes e afinidades.

\*\*\*

Na região da Guanabara, observou-se, nos séculos 16 e 17, uma experiência muito interessante de ocupação portuguesa. Foi uma de-

cisão que hoje diríamos geopolítica: a de afastar a concorrência dos franceses na tomada da terra e, ao mesmo tempo, garantir a segurança do caminho das Índias na parte sul do mar-oceano e servir de sentinela para Angola.

A consequência disso foi a formação de uma classe de donos de fábricas de açúcar e de plantações que participavam do poder municipal e dos cargos do rei, bem como operavam como bandos na disputa por mais poder, cargos e favores, em lutas entre si ou frente à governação régia local. Casavam-se os primos entre si, na ação de preservar as posições e ganhos e criar a noção de uma nobreza da terra.

Só com o advento da mineração do ouro no finalzinho do século 17, por ação dos “vicentinos de Serra Acima” — os paulistas — vai haver a mudança dessas condições. O modelo da indústria açucareira e de uma classe senhorial para a ocupação deixam de ter sentido quando se precisa de um porto para o ouro e com o comércio crescente. O rei torna-se muito poderoso com o fim dos gastos com a guerra da Restauração e com suas receitas do ouro. A importância da Igreja, como parceira do rei, passa a ser notável, com a presença do bispo Dom Francisco de São Jerônimo, em 1700, que desbarata, como cabeça-ponte do Santo Ofício da Inquisição, as redes de poder dos senhores da Guanabara.

## **Antepassados próximos**

### **João de Abreu Sodré Pereira, o primeiro “Abreu Sodré”**

João de Abreu Sodré Pereira, filho de Balthazar de Abreu Cardoso e dona Isabel Pereira Sodré, é coronel de um regimento de ordenanças do Rio de Janeiro, e tendo servido com tanto zelo e satisfação ao General Gomes Freire que este o propôs à Sua Majestade para um dos regimentos pagos da mesma praça, em que não foi provido por falta



de exemplo. É senhor de engenho em o sítio a que chamam Tapacorá. (Macedo Soares, 1947, II, p. 9).

João é meu sétimo-avô. Publiquei um romance histórico (Carvalho, 2014) em que ele é o protagonista, sob o nome “João de Aveleda Soares Pereira”.

João de Abreu Sodré Pereira nasceu no Rio de Janeiro, por volta de 1678 e faleceu antes de 1745 (Rheingantz, 1965, I, p. 7). Casou-se em primeiras núpcias com sua prima Clara de Azeredo Coutinho, em 1703. Casou em segundas núpcias com outra prima, Escolástica Drummond, ou Dormundo (minha sétima-avó), por volta de 1725. Casou-se ainda uma terceira vez (Rheingantz, 1965, I, p. 539). Tal casamento se deu com uma outra prima: Isabel Rangel de Macedo (uma das muitas desse nome), filha de João Duque Estrada e Ignacia Isabel Rangel, filha do capitão Amador de Lemos Ferreira e de Isabel Rangel de Macedo; essa última, conforme Rheingantz (1965, II, p. 395) e Macedo Soares (1947, II, p. 7 e 8), filha de Francisco da Fonseca Diniz (avô paterno de João e meu nono-avô) e de Isabel Rangel de Macedo, (avó paterna de João e minha nona-avó). O mestre de campo Jorge de Lemos Parady, irmão de Isabel, a referida terceira esposa de João, casou-se com Isabel Maria de Sande, filha de João com Escolástica. Os casamentos entre primos eram inúmeros. Observo que o João Duque Estrada acima referido era filho de Simão Duque da Rosa e Agostinha Varela; neto de Henrique Duque Estrada e Teodósia da Rosa e Aguiar; bisneto de João Duque Estrada e Ana de Parady. O referido Simão era irmão inteiro da Ana Duque Estrada que consta a seguir neste ensaio.

Ver quadro *João de Abreu Sodré Pereira e o filho homônimo* (página 188)

### **João de Abreu Sodré Pereira, segundo do nome, e José de Abreu Sodré Pereira**

Segundo Macedo Soares (1947, II, p. 9):

João de Abreu Sodré Pereira, filho de Baltazar de Abreu Cardoso e dona Isabel Pereira Sodré, (...) teve a João de Abreu Sodré Pereira,

## ANTEPASSADOS

tenente de uma das companhias da guarnição do Rio de Janeiro em 1755. Solteiro em 1755.

João de Abreu Sodré Pereira (primeiro do nome) e sua segunda mulher Escolástica Drummond (ou Dormundo) tiveram, antes de João, as suas irmãs mais velhas: Isabel, Paula, Escolástica e Catarina.

A mãe desse novo João de Abreu Sodré Pereira (segundo do nome), Escolástica Drummond, foi a segunda esposa de João de Abreu Pereira Sodré (primeiro do nome), em seguida a Clara de Azeredo Coutinho (primeira esposa). Escolástica Drummond foi filha do sargento-mor, ou seja, major, na terminologia de hoje, Francisco Ferreira Drummond e de Maria Pereira Borges. João de Abreu Sodré Pereira (primeiro do nome) e Escolástica eram primos, não sei por qual meio. Parece que a mãe de Escolástica, Maria, foi prima de Isabel Sodré Pereira, mãe de João de Abreu Sodré Pereira (primeiro do nome).

O nome Drummond instalou-se no Rio de Janeiro com a vinda de São Vicente, de Manuel da Luz Escócio Drummond, acompanhado de seus três filhos homens e de seu genro João Pereira de Sousa Botafogo (que teve extensa sesmaria correspondente à área do hoje chamado bairro de Botafogo e mais terras contíguas), casado com sua filha Maria da Luz Escócio Drummond. João Escócio Drummond, avô de Manuel da Luz, passou, no início do século 15, de Portugal à Ilha da Madeira. Manuel da Luz, por sua vez, viera da Ilha Terceira, Açores, para o Brasil, com a mulher e seus filhos. Escolástica Ferreira Drummond foi descendente desses (Rheingantz, 1965, I, p. 7 e 533; Macedo Soares, 1947, II, p. 9 e 76; Belchior, 1965, p. 164 e 165). Drummond é de origem escocesa.

João de Abreu Sodré Pereira (segundo do nome) nasceu, por volta de 1740, em Itaboraí - RJ, (Rheingantz, 1965, I, p. 7), mais provavelmente em 1735, uma vez que, em Macedo Soares (1947, II, p. 9), estaria “solteiro” em 1755, o que condiz melhor com o fato de ter nascido bem antes de 1740. Foi o último filho de João de Abreu Sodré Pereira (primeiro do nome) com Escolástica Drummond. Assim, seu pai teria, a meu ver, cerca de 57 anos, ao seu nascimento. Sua mãe, uns 27 anos.

João, filho, casou-se com Teresa Joaquina Sodré Pereira, em 1770, na Capela de Nossa Senhora da Glória, no Rio de Janeiro (Rheingantz, 1965, I, p. 7). É interessante registrar que os homens da classe social

mais alta do Brasil contraíam matrimônio tarde e casavam de novo, quando viúvos. As noivas, de outro lado, eram, de regra, bem jovens, prontas a darem filhos por longo período. O caso de Escolástica, já madura, não era comum. Todavia, já era mãe de quatro filhas.

O então já sargento-mor, ou seja, major, João de Abreu Sodré Pereira (segundo do nome) era primo de Teresa Joaquina Sodré Pereira. Essa, filha de José Sodré Pereira e Teodora Maria de Oliveira (Rheingantz, 1965, I, p. 7; Macedo Soares, 1947, II, p. 9). Não encontrei mais nada sobre o referido José Sodré Pereira e Teodora Maria de Oliveira.

João de Abreu Sodré Pereira e Teresa Joaquina Sodré Pereira geram José de Abreu Sodré Pereira, capitão-mor. Sei pouco sobre o capitão-mor José de Abreu Sodré Pereira e sua esposa Paula Isabel dos Sanctos. José teve o nome de batismo de seu avo materno. José e Paula Isabel tiveram Baltazar de Abreu Cardoso Sodré (meu quarto-avô) e Paula Sanctos Sodré, que esposou Domingos Álvares de Azevedo, irmão pleno de Mariana de Azevedo, minha quarta-avó (Macedo Soares, 1947, I, p.86; II, p. 35).

### **Baltazar de Abreu Cardoso Sodré, meu quarto-avô, e Mariana de Azevedo, minha quarta-avó**

Ver quadro *Ascendência de Baltazar* (página 189)

O coronel Baltazar de Abreu Cardoso Sodré abandonou o “Pereira”, que o ligava a Rodrigo Álvares Pereira, seu 13º avô, irmão do grande Nun’Álvares Pereira. Baltazar retomou o apelido “Cardoso” de seu trisavô Baltazar de Abreu Cardoso. O coronel foi comendador da Ordem de Cristo, o que tinham tentado, sem êxito, o trisavô Baltazar de Abreu Cardoso e João de Abreu Sodré Pereira (primeiro do nome), o bisavô, por serem, supostamente, cristãos-novos (Salvador, 1976, p. 35). Baltazar de Abreu Cardoso Sodré casou-se com Mariana de Azevedo (minha quarta-avó), filha de Domingos Álvares de Azevedo e de Mariana Jacinta de Castro e Azevedo Lemos.

\*\*\*

## ANTEPASSADOS

Minha quarta-avó Mariana de Azevedo foi filha de Mariana Jacinta de Castro e Azevedo Lemos. Esta foi filha de Catarina Francisca de Lemos e Azevedo. Esta, filha de Alexandre Álvares Duarte de Azevedo por seu casamento com Helena Caetana de Lemos, o segundo dos três casamentos de Alexandre. O terceiro casamento de Alexandre foi com Ana Maria Joaquina de Lemos Duque Estrada, prima-irmã de Helena Caetana de Lemos.

A mencionada Ana Maria Joaquina de Lemos Duque Estrada foi mãe, com Alexandre, do major Domingos Álvares de Azevedo. Ana Maria Joaquina foi prima-irmã da acima referida Helena Caetana, por ser filha de Ana Josefa da Cruz Duque Estrada, irmã de Catarina de Lemos Duque Estrada, mãe de Helena Caetana. O Major Domingos Álvares de Azevedo e sua sobrinha Mariana Jacinta de Castro e Azevedo Lemos foram os pais de Mariana de Azevedo.

Mariana Jacinta de Castro e Azevedo Lemos teve as seguintes ascendentes em linha feminina direta:

- i) Catarina Francisca de Lemos e Azevedo, mãe, sendo pai Joaquim Mariano de Castro;
- ii) Helena Caetana de Lemos, avó, sendo avô Alexandre Álvares Duarte e Azevedo;
- iii) Catarina de Lemos e Duque Estrada, bisavó, sendo bisavô Manuel Antunes Ferreira;
- iv) Helena da Cruz e Lemos, trisavó, sendo trisavô Pedro Freire Ribeiro Duque Estrada;
- v) Jerônima de Lemos, quarta-avó, sendo quarto-avô Paulo da Matta;
- vi) Maria de Lemos, quinta-avó, sendo quinto-avô Roque Fernandes Barrocha.

É curioso como as mulheres retinham o apelido de suas mães, no caso, “Lemos”.

### **Pedro Freire Ribeiro Duque Estrada, trisavô e quarto-avô de Mariana**

Pedro foi filho de Pedro Freire Ribeiro e de Ana Duque Estrada. Ana foi filha de Henrique Duque Estrada e de Teodósia da Rosa e

Aguiar. Teodósia foi filha do Capitão-mor Nuno Fernandes de Aguiar, provedor da Fazenda Real, em Angola, e de Madalena da Rosa. Henrique Duque Estrada foi filho de João Duque Estrada e de Ana de Parady, que foi filha de Henrique Pires de Sousa, desembargador do Paço, e de Maria da Rosa (Macedo Soares, 1947, I, p. 37-38).

João Duque Estrada, sexto e sétimo-avô de Mariana, e seu irmão Abraão Duque Estrada vieram a Portugal no advento de Dom Filipe II de Castela como rei de Portugal, em 1580 (Macedo Soares, 1947, I, p. 36).

Pedro Freire Ribeiro foi filho de Francisco Freire Ribeiro e de Catarina de Freitas, filha de João Gomes Sardinha (irmão de Beatriz Sardinha, mulher de Julião Rangel de Macedo) e de Luisa Gomes de Barros. Luisa sobreviveu a João e casou-se novamente, tendo Catarina, em adulta, assumido o apelido de seu padraço, o novo marido de Luisa.

Transcreve-se de Macedo Soares (1947, I, p. 45):

Pedro Freire Ribeiro Duque Estrada, capitão, casou nesta Cidade do Rio de Janeiro com dona Helena da Cruz (nome este tomado por devoção) e Lemos, filha de Paulo da Matta e Jerônima de Lemos, filha de Roque Fernandes Barrocha e dona Maria de Lemos, todos nobres e como tais tratados (vindos de Portugal). Paulo da Matta era filho de Antonio Fernandes da Matta e de dona Isabel da Costa, todos abundantes e nobres por si e por seus pais, por servirem na Câmara desta Cidade e se tratarem como tais; assim como também foi Pedro Freire Ribeiro Duque Estrada, por servir na Câmara desta Cidade e na Vila de Santo Antonio de Sá. Senhor de engenho no mesmo continente em Tapacorá, e padroeiro da Capela de Nossa Senhora do Pilar, erigida por ele na sua mesma fazenda de Engenho Novo. Também foi senhor do 'Engenho dos Duques'.

### **Manuel Antunes Ferreira, trisavô de Mariana**

Dona Catarina de Lemos e Duque Estrada casou-se com Manuel Antunes Ferreira, Capitão do Forte de São Januário; cidadão desta Cidade do Rio de Janeiro por ter servido na comarca dela e na de Macacú, em cujo distrito de Tapacorá era senhor de engenho. Padroeiro

de Nossa Senhora do Bom Sucesso na freguesia de São João de Itaboraí, e pela grande despesa que ele teve, e sua mulher dona Catarina Lemos, depois de seu falecimento, em cooperar para se fazer a igreja matriz, não só em dinheiro, que não chegou o pouco que contribuíram os fregueses; mas contudo o mais preciso: madeira, pedra, carros, escravos, e mais com sua assistência, se lhe concedeu nela um altar, onde dona Catarina colocou Nossa Senhora do Bom Sucesso, feito totalmente à sua custa e com patrimônio para o seu culto. E junto ao mesmo alcançou ela sepultura para si, seus filhos e netos, e mais descendentes. (Macedo Soares, 1947, I, p. 52).

### **Ambrósio Dias Raposo, bisavô de Mariana**

Dona Ana Josefa da Cruz Duque Estrada casou na Vila de São João d'el Rei, capital da comarca do Rio das Mortes, com Ambrósio Dias Raposo, Sargento-mor da Vila de São José d'el Rei e seu termo, onde serviu como Juiz Ordinário na Câmara, assim como na Vila de São João d'el Rei que é da mesma comarca do Rio das Mortes. Serviu também a Sua Majestade em muitas diligências recomendadas a este pelo Exmo. e Ilmo. Senhor Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrada, Capitão-General do Continente do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e depois Vice-Rei do Estado do Brasil, e, em outras; dando prova de sua fidelidade e bondade, não quis receber adjutório da Fazenda Real, e as fez à sua custa, comprando armas, mantimentos e o mais preciso para a gente que acompanhava; e depois passando a esta cidade do Rio de Janeiro com sua família, foi nela cidadão por servir na Câmara da mesma cidade. Era filho de Portugal, de nobre e limpa geração. (Macedo Soares, 1947, I, p. 53 e 54).

### **Joaquim Mariano de Castro, avô de Mariana**

Dona Catarina Francisca de Lemos e Azevedo casou com o Dr. Joaquim Mariano de Castro, auditor do Regimento novo desta cidade do Rio de Janeiro (1764) e senhor de engenho na freguesia da Trindade, em Macacú. (Macedo Soares, 1947, I, p. 66).

### **Alexandre Álvares Duarte e Azevedo, avô e bisavô de Mariana**

Dona Helena Caetana de Lemos casou com Alexandre Álvares Duarte de Azevedo, então Sargento-mor das ordenanças da Vila de Santo Antonio de Sá, depois Mestre de Campo do batalhão de auxiliares da mesma vila, e hoje por falecimento de seu cunhado, o Mestre de Campo Manuel (Miguel) Antunes Ferreira, passou a Mestre de Campo do terço de Tapacorá, onde foi senhor de engenho. Cidadão do Rio de Janeiro, e familiar do Santo Ofício, serviu muitos anos a Sua Majestade em diligências, e entrou à sua custa ao sertão por ordem do Ilmo. e Exmo. Senhor Conde da Cunha, de cujos serviços requereu remuneração e deixou por seu falecimento a seus filhos para procurarem o despacho. Foi casado três vezes: a primeira, na família dos Gagos Machados, gente muito distinta, e teve três filhos ou quatro, que faleceram; a segunda com dona Helena, dita acima; a terceira, com dona Ana Maria Joaquina de Lemos Duque Estrada, prima-irmã da segunda consorte, por ser filha de Ambrósio Dias Raposo e de dona Ana Josefa da Cruz Duque Estrada, irmã de dona Catarina de Lemos e Duque Estrada, mãe da dita segunda consorte. Alexandre Álvares era muito nobre, como consta do seu brasão d'armas, concedido por Sua Majestade. (Macedo Soares, 1947, I, p. 58).

Foi uma de suas avós, dona Francisca de Magalhães, descendente de dona Teresa de Magalhães, irmã do grande navegador, casada com João da Silva Telles, senhores do Castelo da Pereira, em Sabrosa, Vila Real, em Trás-os-Montes. (...) Depois de terem estado no Brasil, no ano de 1519 a 1590, dona Teresa de Magalhães e seu marido João da Silva Telles (...) voltaram a Portugal (...) (De lá) Alexandre veio para o Rio de Janeiro, sendo nomeado Sargento-mor, na Vila de Macacú, e no tempo de Vice-Rei Conde da Cunha, promovido a Mestre de Campo. Alexandre Álvares Duarte e Azevedo, filho legítimo de Domingos Álvares de Azevedo e de dona Mariana Duarte, neto pela parte paterna de Leonardo Álvares e de dona Francisca de Magalhães, e pela materna de Gregório Duarte e de sua mulher dona Apolônia Borges de Azevedo e Amaral. Casado com dona Ana Maria Joaquina da Cruz Duque Estrada, filha legítima do Sargento-mor Ambrósio Dias Raposo

## ANTEPASSADOS

e de dona Ana Josefa da Cruz Duque Estrada. (Macedo Soares, 1947, I, apêndice, p. 5, 6, 7 e 8).

Alexandre, com a segunda mulher, Helena Caetana de Lemos, teve: Ana Mariana de Azevedo Lemos, Catarina Francisca de Lemos e Azevedo (avó de Mariana), Alexandre Álvares Duarte e Azevedo, Helena Caetana de Azevedo e Lemos, Francisca Paula de Azevedo Lemos, Mariana Jacinta de Azevedo Lemos e Manuel Álvares de Azevedo.

Alexandre, com a terceira mulher, Ana Maria Joaquina de Lemos Duque Estrada, teve: Domingos Álvares de Azevedo (pai de Mariana), José Antonio Álvares de Azevedo, Antônio Álvares de Azevedo, Luiz Álvares de Azevedo, Manuel Antônio Álvares de Azevedo, Maria Joaquina de Azevedo Lemos, Francisco Álvares de Azevedo, Leonardo Álvares de Azevedo, Alexandre Álvares de Azevedo, Miguel José Álvares de Azevedo, João Álvares de Azevedo e Joaquim Álvares de Azevedo.

Irmãos de Mariana: Joaquim Mariano Álvares de Castro, Alexandre Álvares de Azevedo, Domingos Álvares de Azevedo (marido de Paula Sanctos Sodré, filha de José de Abreu Sodré Pereira e Paula Isabel dos Sanctos), Ignácio Manuel Álvares de Azevedo e Maria Dulce de Azevedo.

Ver quadro *Ascendência de Mariana* (página 190)

## **Baltazar e Mariana: descendência**

### **Os dez filhos de Baltazar e Mariana**

*Baltazar*, o primogênito, casou com sua prima dobrada, ou genuína prima-irmã (filha do irmão do seu pai e da irmã de sua mãe) Mariana Dulce de Azevedo, filha de João de Abreu Sodré Pereira, irmão inteiro



de Baltazar de Abreu Cardoso Sodré, e de Maria Dulce de Azevedo, irmã inteira de Mariana de Azevedo (Macedo Soares, 1947, I, p. 86, 133 e apêndice:12). Maria Dulce de Azevedo — após ter-se casado com João de Abreu Sodré Pereira, e ter Maria Paula, mais velha, e Mariana Dulce — casou-se em segundas núpcias com Manuel Duarte Moreira. Baltazar (volto ao filho primogênito de Baltazar e Mariana) formou-se em Direito em São Paulo, na Faculdade do Largo de São Francisco, na turma de 1848. Foi juiz municipal e promotor público em Niterói. Foi deputado provincial fluminense.

*José Baltazar* casou com Joaquina Honória Godfroy. Formou-se em Direito em São Paulo, na Faculdade do Largo de São Francisco, em 1849. Foi Inspetor Geral da Instrução Pública da Província do Rio de Janeiro, deputado provincial fluminense, coletor de rendas em Resende - RJ, em sucessão ao seu irmão mais moço, Francisco de Paula Baltazar. Foi advogado em Niterói e Rio.

*Inácio Baltazar* foi senhor de engenho em Itaboraí, RJ. Não sei com quem casou.

*Manuel Baltazar* (meu trisavô) foi médico na Corte. Casou-se com Protázia Nunes Pires (minha trisavó), filha de Feliciano Nunes Pires, presidente da Província de Santa Catarina, de 6 de agosto de 1831 a 4 de novembro de 1835, durante a Regência Trina Permanente. E também Presidente da Província do Rio Grande do Sul, em 1837 (de 6 de junho a 3 de novembro), nomeado na Regência Feijó. Feliciano Nunes Pires nasceu em Desterro, atual Florianópolis - SC, em 21 de dezembro de 1786. Era filho de Antônio Nunes dos Ramos, filho, e de Maria Joaquina de Jesus Pires Ferreira. Foi inspetor da alfândega e representou o Rio Grande do Sul, de 1827 a 1828, como deputado suplente. Dedicou-se ainda ao magistério do latim e da língua inglesa, tendo sido autor de uma gramática dessa língua. Em 1831, por decreto imperial, foi nomeado presidente da Província de Santa Catarina. Permaneceu na administração até 04 de novembro de 1835. Presidiu a Província do Rio Grande do Sul, de 06 de junho de 1837 a 03 de novembro do mesmo ano. Foi casado com Rita de Cássia Jacques de Oeiras, com quem teve vários filhos, além de Protázia: Carlota, Lizária, Cesária, Nemésia, Anfilóquio, Praxedes e Filástriu. Faleceu no Rio de Janeiro em 02 de setembro de 1840 (sobre Feliciano Nunes Pires, ver:

*Encyclopedia e Dicionario Internacional*, vol XV: 8968; Cabral, s/d, p. 118 e 254; Piazza, 1985).

*Joaquim Mariano* foi funcionário público provincial fluminense. Não sei se casou.

*Francisco de Paula Baltazar* casou com Maria Firmina da Silva Veiga, filha de Firmino Ferreira da Silva e de Teresa Matilde da Veiga Barbudes. Foi oficial de gabinete do presidente da Província do Rio de Janeiro, coletor de rendas em Resende – RJ e deputado provincial fluminense.

*Paulo Baltazar* casou com moça da família Silveira Dutra. É também referido como “Paulino Baltazar”. Consta como testemunha do casamento de sua sobrinha Mariana, filha de Francisco de Paula Baltazar com Raymundo da Motta de Azevedo Corrêa Sobrinho, o poeta Raymundo Corrêa.

*Mariana* casou com Julião Bernardino Baptista Pereira, coletor de rendas em Santana de Macacú - RJ, filho do conselheiro e ministro do Império José Bernardino Baptista Pereira.

*Maria Catarina* casou com Joaquim Manuel de Macedo, médico, deputado provincial fluminense e deputado geral pela Província do Rio de Janeiro. Professor de História e Geografia do Colégio Pedro II. Foi mestre da Família Imperial. É o autor de *A Moreninha*.

*Paulina* casou com Manuel Odorico Mendes, filho de Manuel Odorico Mendes, deputado geral pela Província do Maranhão.

Desses tantos filhos de Baltazar e Mariana, só conheço com rigor as descendências de Manuel Baltazar (meu trisavô) e de Francisco de Paula Baltazar.

## **Filho único e netos de Manuel Baltazar, meu trisavô, e de Protázia Nunes Pires, minha trisavó**

### **Feliciano Pires de Abreu Sodré / Carolina Alves Moreira.**

Filhos: Feliciano, Protázia, Manuel, Diógenes, Joaquim, Vera, Esther e Elisa.

Desses oito filhos de Feliciano e Carolina, só tenho os dados de meu avô Feliciano Pires de Abreu Sodré (junior).

*Feliciano Pires de Abreu Sodré* (senior), meu bisavô, foi farmacêutico formado pela Faculdade de Medicina da Corte e fazendeiro em Santa Maria Madalena, então no município de São Francisco de Paula - RJ (hoje, Trajano de Moraes). Carolina Alves Moreira, minha bisavó, foi filha de Joaquim Alves Moreira, da cidade de Braga, em Portugal, que transmigrou, no início do século 19, e instalou-se em Rio das Ostras, no litoral da província do Rio de Janeiro. Lá foi dono de grande gleba. A mãe de Carolina, casada pelas leis da Igreja Católica com Joaquim, foi Josefa, uma indígena. Josefa adotou esse nome quando batizada na Igreja em Rio das Ostras - RJ. O casal Joaquim e Josefa teve, além de Carolina, vários filhos.

*Feliciano Pires de Abreu Sodré* (junior), meu avô, nasceu em 1881, em Santa Maria Madalena, hoje Trajano de Moraes – RJ, e morreu em 1945, no Rio de Janeiro. Foi engenheiro militar e artilheiro (autor dos projetos dos fortes de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, e de Macaé - RJ), deputado estadual fluminense, prefeito de Niterói, presidente do Estado do Rio de Janeiro (1924-1927), senador federal (1927-1930). Feliciano casou-se com sua prima, Maria Hortênciade Villanova Machado, minha avó, nascida em 1886, no Rio de Janeiro, e falecida em 1968, na mesma cidade. Filha do dr. Trajano Ignácio de Villanova Machado e de Maria Cândida da Gama, de Campos dos Goitacazes - RJ. Trajano Ignacio foi engenheiro-chefe das obras do saneamento da cidade de São Paulo, no final do século 19. A Rua Dr. Vilanova é lembrança de lá ele ter morado com a família, e não em memória de um português, conforme levemente declarado no fichário da Prefeitura Municipal de São Paulo. Ocorre que não houve atribuição governamental do nome “Dr. Vilanova” para a via, mas simples reconhecimento da nomeação popular: a “rua do dr. Villanova”, ou a “rua onde mora o dr. Villanova”. Trajano Ignacio foi filho de Gabriel Militão de Villanova Machado (1827-1890) e de Edwiges Nunezia Pires. Gabriel Militão foi um dos primeiros doutores em Matemática no Brasil, por efeito de tese defendida em setembro-outubro de 1855, na Escola Militar da Corte. Foi professor catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, por voluntariado, tenente-coronel de Artilharia, na Campanha do Paraguai. Projetou, como engenheiro calculista e metalúrgico, a cúpula da Igreja da Candelária, na cidade do Rio de Janeiro. A vinda do casal Trajano Ignacio de Villanova Machado

e Maria Cândida da Gama para a cidade de São Paulo se deu no final do anos 1880, ou no início dos 1890. Muito provavelmente, Trajano Ignacio foi chamado a mudar-se para São Paulo por seu cunhado, o engenheiro civil Luiz Cezar do Amaral Gama, irmão inteiro de Maria Cândida da Gama; ambos filhos do doutor Felicíssimo Antônio da Gama e de dona Balbina Rosa do Amaral, os dois de Campos dos Goitacazes - RJ. Luiz Cezar, meu tio-bisavô, nascido em 9 de agosto de 1848, em Campos - RJ, e falecido em São Paulo, em 12 de julho de 1921, foi personagem paulistano conhecido no final do século 19 e início do 20. Foi engenheiro civil muito atuante, o que se comprova por haver no bairro paulistano de Santana duas vias em sua memória: a Rua Dr. César e a Rua Amaral Gama (ver assentamentos da Arquidiocese de Niterói, no registro do casamento de Trajano Ignacio com Maria Cândida da Gama, no livro n. 03 (1872-1878), folhas 72 da Catedral de São João Batista; no site *MyHeritage*; e no site sobre ruas da cidade de São Paulo).

Meus avós, Feliciano e Maria Hortência, tiveram quatro filhos chegados à idade adulta: Dulce (mãe, com Ary Lindenberg Porto Rocha, de Therezina e Maria Cristina), Yolanda (mãe, com Mario de Oliveira Penna, de Geraldo César e Gilda Maria), Brenno (pai, com Zilah de Araújo, de Feliciano) e Lia (mãe, com Orival de Carvalho, de Gilberto, Maria Lúcia e Silvia Maria).

### **Filhos e netos de Francisco de Paula Baltazar e de Maria Firmina da Silva Veiga**

*Baltazar de Abreu Sodré*, farmacêutico e fazendeiro, casado com Mariana Úrsula Sodré, sua prima, os quais, por sua vez, tiveram os seguintes filhos, de que tenho conhecimento: (i) Heitor de Abreu Sodré, advogado, no Rio de Janeiro, formado em São Paulo, na Faculdade do Largo de São Francisco, que, com Amélia Werneck de Almeida, tiveram a Nelson Werneck Sodré, militar e historiador; (ii) Antônio Baltazar de Abreu Sodré, médico; (iii) Maria Dulce de Abreu Sodré; e (iv) Francisca de Abreu Sodré.

*Francisco de Paula de Abreu Sodré*, médico e fazendeiro, casado com Idalina Macedo da Costa, paulista, filha do senador Antônio da Costa

Júnior (constituente em 1891), os quais tiveram: Francisco de Assis, Antônio Carlos (deputado federal), Luiz Gonzaga, Maria Alice, Arnaldo, José, Maria Eugênia, Armando, Maria Sílvia, Reinaldo e Roberto (governador de São Paulo e ministro). Francisco de Paula, antes domiciliado em Resende - RJ, mudou-se, com sua esposa Idalina, para São Paulo, após a Abolição. Estabeleceu-se como médico e fazendeiro de café em Santa Cruz do Rio Pardo, onde foi político e prefeito.

*Mariana de Abreu Sodré*, casada com Raymundo da Motta de Azevedo Corrêa Sobrinho (o poeta Raymundo Corrêa).

*Maria Jandira de Abreu Sodré*, casada com Cesar Corrêa de Almeida. Cesar foi pai de Amélia Werneck de Almeida e, assim, avô materno do historiador Nelson Werneck Sodré (ver logo acima), tendo casado com Maria Jandira (tia-avó de Nelson) em segundas núpcias para ele.

## **Sobre os primos Azevedo Sodré**

Ao tratar de Baltazar e Mariana não se pode deixar de registrar, com ênfase, o robusto tronco dos Azevedo Sodré. Tal estirpe nasce do casamento de Domingos Álvares de Azevedo, irmão inteiro de Mariana, com Paula Sanctos Sodré, irmã inteira de Baltazar. Os descendentes do casal Domingos e Paula tomaram o apelido duplo Azevedo Sodré. Esses tantos têm sido gente muito digna e ilustre.



# CARVALHO

Ensaio sobre “Carvalho”, de Ribeira de Pena, século 17, na ocupação do Piauí, séculos 18 e 19, até a mim e minhas irmãs

Dedico esta parte “Carvalho” ao meu primo Edgardo Pires Ferreira, que me revelou, com sua obra, a genealogia do meu pai.





## Preâmbulo

Esta parte trata da história do sobrenome “Carvalho de Almeida” ou só “Carvalho”, no pregressamento genealógico do meu pai Orival de Carvalho. Os registros que faço são principalmente devidos ao que se tem na obra de Edgardo Pires Ferreira, *A mística do parentesco*, constante em Referências. Sem Edgardo, este trabalho nem ao menos seria imaginado por mim.

Não atingi as origens remotas do sobrenome, na nossa genealogia, para além do século 17 e, geograficamente, em lugar anterior ao seu surgimento em Ribeira de Pena. O apelido é toponímico e pode ser uma ramificação descendente, por homem ou mulher, daqueles da honra de Carvalho, terra com privilégios passados e reconhecidos pelo rei, em Celorico de Basto, lugar próximo a Ribeira de Pena, na mesma região do rio Tâmega. O primeiro adotante dessa sobrenomeação foi o cavaleiro Paio de Carvalho, no século 12.

\*\*\*

Observo que em Portugal, no Brasil e em todo o mundo existem inúmeras pessoas que podem ter os mesmos apelidos. No entanto, o “Carvalho” de meu pai e filhos Gilberto, Maria Lúcia e Sílvia Maria, é único. Seguiu até nós em longa jornada, como que em uma marcha de passagem de bastão, em que, ao mesmo tempo que o bastão é oferecido, ele é adotado pelo sucessor. Somos, todos, patrilinearmente, “Carvalho”, do lugar Ribeira de Pena, no Reino, no início do século 17.

Somos, ainda a dizer, uma história de gente republicana, ao menos a contar, penso, de Antônio Carvalho de Almeida, meu sexto-avô patrilinear que veio à Bahia e foi para o Piauí. Em nenhum momento da nossa narrativa “Carvalho” parece ter havido busca de ingresso na Ordem de Cristo ou em uma outra comenda, ou provança para a obtenção de brasão, seja no tempo do Reino ou no tempo do Império do Brasil. Digo que somos gente de orientação republicana em contraste

com o que seria uma orientação monarquista, ou monárquica, como dizem os portugueses. Fomos voltados para a terra do gado vacum e do algodão, para a produção da carne seca e o comércio a grosso. Fomos povo do sertão e das agruras da vida simples; muito católicos. Não fomos barões nem intelectuais, mas só fazendeiros.

Essa história é dos séculos 18 e 19. No século 20, há empobrecimento, pelo fato de meu bisavô José Carvalho de Almeida ter morrido cedo, com o que se perdeu a riqueza que poderia ser havida se tivesse tempo. No entanto, os traços de caráter se mantêm no republicanismo de meu avô Genésio e de meu pai Orival de Carvalho; ambos, pelo que soube do avô e observei em meu pai, briosos na conduta e gentis com alguma rudeza, que imagino vinda do sertão. A planta é replantada, mas guarda e reproduz suas características.

\*\*\*

Ao meu ver, a beleza da genealogia está nesta interação entre a tomada de uma tradição e a sinalização externa disso pela adoção do sobrenome, que a juízo do adotante apresenta a mesma tradição. Nesse sentido, o “Carvalho” — meu, de minhas irmãs e de meus primos — é só nosso. Corresponde a um fio que nos leva, energizado pelo nosso desejo, de volta a um passado remoto, sem interrupção, como que senha, código ou cartão de visita que será acatado nos encontros com cada um dos nossos ancestrais. Pode-se mesmo imaginar que esses antepassados nos possam visitar e reconhecerem-se em nós, ao menos na guarda persistente que fizemos do seu apelido, sem que nos desligássemos por uma só geração. Caso, no futuro, a ligação antroponímica se descontinue, mesmo assim, o nexos se manterá se reativarmos a magia do registro com sinceridade e emoção.

Este ensaio é uma introdução sobre esse assunto para os descendentes de Orival e de seus irmãos. A bibliografia pertinente, que toca diretamente ou dá contexto ao que apresento, com as retificações que aqui faço, está nos meus escritos e em Edgardo Pires Ferreira, Padre Cláudio Melo, Valdemir Miranda de Castro, Reginaldo Miranda, Antenor Rêgo Filho, Dílson Lages Monteiro e Elmar Carvalho. Os descendentes, interessados no tema, saberão no futuro encontrar essas

fontes com facilidade. O propósito que tive ao publicar, em meio aos meus, este livreto é o de servir como motivação para mais estudos por descendentes.

## Os Carvalho, de Ribeira de Pena

Em artigo de 2017, a que deu o título *De Ribeira de Pena ao Piauí: a trajetória da família Carvalho de Almeida nos séculos XVII e XVIII*, Reginaldo Miranda descreve as origens do grupo de homens de nome “Carvalho” que vieram ao Piauí na passagem do século 17 para o 18, e durante esse último.

Nesse artigo, Reginaldo, inicialmente, registra que o início da ocupação do Piauí ocorre na segunda metade do século 17, com paulistas capitaneados por Domingos Jorge Velho e Francisco Dias de Siqueira, que assentaram arraial na bacia do Poti, ano de 1661; e Domingos Afonso Sertão, Julião Afonso Serra, Francisco Dias d’Ávila e Bernardo Pereira Gago, da Casa da Torre, na Bahia, que conquistaram os vales dos rios Piauí, Canindé, Gurgueia, Itaueira e outros da região sul, cerca de 1672. Seguiu-se a concessão de sesmarias.

Como conta Reginaldo, os primeiros párocos foram os padres Miguel Carvalho de Almeida (vigário de Rodelas), Tomé de Carvalho e Silva (vigário da Mocha) e Inocêncio Carvalho de Almeida (vigário da Barra, com jurisdição no médio e alto Gurgueia e Curimatá, território que iria se constituir no antigo termo de Parnaguá), todas paróquias da jurisdição do bispado de Pernambuco. Algum tempo depois, a freguesia da Mocha recebe o território do médio e alto Gurgueia em permuta pelo território do São Francisco, que lhe pertencia. Essa ampla base territorial se vai transformar em capitania, depois província, hoje Estado do Piauí.

Contemporaneamente a esses três Carvalho, também chegava Bernardo de Carvalho, que iria ser mestre-de-campo do novo território,

plantaria fazendas e geraria descendência. Duas décadas depois, chegavam Manuel Carvalho de Almeida e Antônio Carvalho de Almeida (segundo do nome), ambos militares reinóis. Portanto, são seis portadores da sobrenomeação Carvalho, todos portugueses, três religiosos e três militares.

Muito havia de fantasia e erro quanto ao parentesco entre esses seis personagens históricos, no entanto, com o acesso a um inventário por iniciativa de Gustavo Conde Medeiros, em 2017, e a um processo de habilitação de um sobrinho à herança do tio vigário, no caso, o padre Tomé de Carvalho e Silva, muita coisa é desvendada. A esses dados se junta um estudo revelador publicado pelo medievalista português Manuel Abranches de Soveral, que traz a origem dessa gente no Reino (*Famílias de Ribeira de Pena: subsídios para a sua genealogia – séculos XV a XVIII*).

\*\*\*

Transcrevo resumidamente Reginaldo no que ele achou importante no ensaio de Manuel Abranches de Soveral, em que é dada a origem dos que se vão chamar “Carvalho de Almeida” ou “Carvalho”, na genealogia em estudo.

[...]

Camila Leitão (de Almeida), nascida cerca de 1550 - ?, sucessora na quinta do Buxeiro e capela de S. Pedro. Casou-se com João Fernandes de Almeida, sem menção de parentesco entre os dois. Filhos:

- i) José Leitão de Almeida. Nasceu cerca de 1571, em Ribeira de Pena; cavaleiro fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Santiago, serviu em Ceuta; familiar do Santo Ofício (22.5.1629); com geração;
- ii) Gervásio Leitão de Almeida. Instituiu a capela de Nossa Senhora do Amparo ou de Copacabana, Ribeira de Pena;
- iii) Maria Leitão de Almeida (segue abaixo).

Maria Leitão de Almeida (cerca 1580), foi casada com Antônio Gonçalves de Matos, provavelmente dos Matos da casa de Terças, em Santa Marinha de Ribeira de Pena. Filha:

- i) Catarina de Almeida, primeira do nome (segue abaixo).  
Catarina de Almeida (primeira do nome), nasceu cerca de 1608, lugar da Ribeira de Baixo, da freguesia do Salvador do concelho de Ribeira de Pena, casou-se com Domingos Carvalho, natural do lugar de Bragadas, moço da câmara da Casa Real, Juiz de Órfãos de Ribeira de Pena, senhor da quinta das Bragadas de Além-Tâmega, em Santo Aleixo, onde faleceu em 7 de julho de 1668, deixando herdeiro e dotado o filho Miguel Carvalho de Almeida, primeiro do nome. Filhos:
- ii) Miguel Carvalho de Almeida, primeiro do nome, capitão (abaixo);
- iii) Gaspar Carvalho de Almeida, residente em Santa Marinha, foi casado com Senhorinha Gonçalves, falecida em 30 de setembro de 1642, vítima de complicações no parto; filho: Domingos de Carvalho, nascido em 22 de setembro de 1642, em Santa Marinha, foi casado com Maria de Sousa Machado; com geração;
- iv) Catarina de Almeida (segunda do nome), teve dois filhos (que passaram ao Piauí) e um neto que se tornaram padres (ver abaixo).

Miguel Carvalho de Almeida (primeiro do nome). Nasceu cerca de 1630, capitão de infantaria dos Auxiliares de Ribeira de Pena, sucessor na quinta das Bragadas de Além-Tâmega, em Santo Aleixo, onde faleceu em 6 de abril de 1695, deixando como sucessor seu filho Domingos Carvalho. Casou-se com Helena Gonçalves de Matos, falecida em 15 de setembro de 1684, em Santo Aleixo, provavelmente sua parente, filha de Domingos Dias de Matos (possivelmente dos Matos, de Santa Marinha de Ribeira de Pena) e de sua mulher Senhorinha Gonçalves, ambos naturais da freguesia de Santo Aleixo. Filhos (quatro, sendo que, no final do século 17, três deles passaram a Pernambuco, sendo dois padres e um militar):

- i) Miguel Carvalho de Almeida (segundo do nome), padre. À luz em Ribeira de Pena, ordenado no Seminário de Braga, foi vigário da freguesia de Rodelas, no Bispado de Pernambuco, oportunidade

## ANTEPASSADOS

em que visitou o Piauí por duas vezes, fundando a freguesia de Nossa Senhora da Vitória, que deu origem à vila da Mocha, hoje cidade de Oeiras, primeira capital do Piauí, depois retornando para a terra natal, onde foi abade;

- ii) Domingos Carvalho de Almeida, herdou as tradições patrimonial e simbólica do pai, na sucessão de seu irmão Miguel (acima), que seguiu a carreira religiosa; familiar do Santo Ofício. Com geração (ver abaixo);
- iii) Antônio Carvalho de Almeida, (o primeiro desse nome), capitão, natural da freguesia de Santo Aleixo da Ribeira de Pena. Capitão-mor da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, em 1701. Cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício, e moço da câmara da Casa Real. Foi casado com Maria Teresa Pereira Rebello Leite; com geração;
- iv) Inocêncio Carvalho de Almeida, padre. Nasceu em Ribeira de Pena, vigário da freguesia de São Francisco da Barra do Rio Grande, hoje cidade de Barra, na Bahia.

Domingos Carvalho de Almeida, casou-se com Maria Gonçalves de Carvalho, filha de Tomé de Carvalho e sua mulher Maria Gonçalves, ambos naturais da sobredita freguesia de Santo Aleixo; neta paterna de Tomé Francisco e sua mulher Senhorinha de Carvalho, ambos naturais do lugar de Bragadas, freguesia de Santo Aleixo. Filhos:

- i) Maria de Almeida, que foi casada com Baltazar Pacheco de Andrade, de Santa Marinha de Ribeira de Pena;
- ii) Helena de Almeida, residente em Fontes, onde constituiu família;
- iii) Luiza (batizada em 11 de fevereiro de 1703, em Santo Aleixo;
- iv) Miguel de Carvalho e Almeida, padre (terceiro do nome), batizado em 03 de agosto de 1704;
- v) Rosa, batizada em 25 de setembro de 1707;
- vi) Domingos, batizado em 21 de dezembro de 1710;
- vii) Francisco, batizado em 25 de março de 1714.

Catarina de Almeida (segunda do nome). Nasceu em Santo Aleixo, cerca de 1640, falecida em 17 de outubro de 1703. Casou-se com José

da Silva Carvalho, provavelmente seu primo, morador em Bragadas, onde faleceu em 21 de novembro de 1687. Filhos:

- i) Cristóvão da Silva, herdeiro do casal;
- ii) Domingas Carvalho;
- iii) Antônia;
- iv) Tomé de Carvalho e Silva, padre (batismo em 23 de janeiro de 1673, padrinho Tomé Carvalho e madrinha sua irmã Domingas Carvalho);
- v) Miguel de Carvalho e Silva, padre (quarto do nome); paroquiava no Piauí, ao tempo do testamento do seu irmão, padre Tomé de Carvalho e Silva;
- vi) Catarina de Almeida (terceira do nome), moradora na freguesia de Gondiaães, Portugal; com geração;
- vii) Maria de Almeida, com geração, ao menos teve a filha Ângela de Almeida, que era residente em Ribeira de Pena e foi casada com certo Manuel Sanches, tendo o filho Antônio Sanches, nascido em 5 de maio de 1709, batizado em 10 de maio de 1709, em São João de Cabés (padrinhos: Antônio Gonçalves de Carvalho, de Bragadas, da freguesia de Santo Aleixo, e Antônia, filha de Sebastião Sanches, do lugar de Aroza); Antônio Sanches veio a morar na vila da Mocha, hoje cidade de Oeiras, no Piauí, em companhia do tio-avô, o padre Tomé de Carvalho e Silva, sendo um dos agraciados em seu testamento;
- viii) Isabel de Almeida (ver abaixo).

Isabel de Almeida, residente no lugar Aroza, São João de Cabés, arcebispado de Braga. Casou-se com Domingos Dias da Silva, natural do lugar Aroza, freguesia de São João de Cabés, comarca de Braga, batizado em 28 de abril de 1655 (tendo por padrinho Sebastião, irmão da mulher de Francisco Dias, e por madrinha a mulher de Lucas Francisco, todos do lugar da Aroza), filho de Francisco Dias, de Aroza, e sua mulher Maria Pacheco. Francisco Dias, por sua vez, é filho de Domingos Dias e sua mulher Maria Gonçalves, do lugar de Bragadas, freguesia de Santo Aleixo, e casou-se em 7 de janeiro de 1655, na freguesia de São João de Cabés, com Maria Pacheco, filha de Agostinho Sanches. Filhos:

## ANTEPASSADOS

- i) Antônio Carvalho de Almeida (segundo do nome), capitão, nasceu em 1703, no lugar de Aroza, já referido. Batizado em 25 de março de 1703, sendo padrinhos Antônio Sanches e Maria, solteira, filha de Luiz Antunes, todos do mesmo lugar. Capitão-mor do Piauí, para onde foi em companhia do irmão Manuel Carvalho da Silva e Almeida, e sob proteção do tio padre Tomé de Carvalho e Silva. Foi rico fazendeiro. Casou-se com Maria Eugênia de Mesquita Castelo Branco, natural do Piauí. Esse é meu sexto-avô por linha patrilínea contínua;
- ii) Dr. Manuel Carvalho da Silva e Almeida, nasceu a 18 de dezembro de 1710, no lugar de Aroza, freguesia de São João de Cabés, parte do concelho de Ribeira de Pena. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra; morou parte da infância e juventude na vila da Mocha (Oeiras), no Piauí, em companhia do tio padre Tomé de Carvalho, depois passando à Bahia e, por fim, a Coimbra, onde estudou e se formou às expensas do tio Tomé de Carvalho e Silva, não mais retornando ao Brasil; foi casado com Tereza Maria de Almeida (de quem não se sabe a origem do “de Almeida”) e muito lutou para receber uma herança que lhe deixou o referido tio e protetor (fato que proporcionou parte dos dados do apanhado do artigo de Reginaldo Miranda);
- iii) Miguel de Carvalho (quinto do nome), padre;
- iv) Manuel de Almeida;
- v) Antônio Sanches de Carvalho.

\*\*\*

Fica elucidado o parentesco existente entre os três padres que chegaram ao bispado de Pernambuco, no final do século 17, sendo o padre Miguel Carvalho de Almeida – o famoso padre Miguel de Carvalho - irmão do padre Inocêncio Carvalho de Almeida, e ambos primos do padre Tomé de Carvalho e Silva.

Também, o parentesco destes com o capitão-mor Antônio Carvalho de Almeida (segundo do nome), que colonizou o norte do Piauí e deixou grande parentela Carvalho e de apelido Castelo Branco. Ele era sobrinho, protegido e herdeiro do padre Tomé de Carvalho e



Silva. Teve um homônimo, Antônio Carvalho de Almeida (primeiro do nome) que foi capitão-mor do Rio Grande do Norte. Esse Antônio, mais velho, foi irmão dos padres Miguel e Inocência.

Da mesma forma, fica esclarecido que a família Carvalho teve ao menos três padres com o nome de Miguel, em homenagem a um ancestral comum, sendo que dois destes se vincularam ao Piauí.

Reginaldo Miranda anota no final de seu artigo que ainda não foi esclarecido o parentesco deste núcleo com dois outros colonizadores do Piauí: Bernardo de Carvalho e Aguiar (natural de Vila Pouca de Aguiar, contígua a Ribeira de Pena) e Manuel Carvalho de Almeida, este último casado com Clara da Cunha e Silva Castelo Branco. Não sabemos por quem ficou representada a descendência de Antônio Sanches de Carvalho, filho de Isabel de Almeida e Domingos Dias da Silva, e sobrinho e herdeiro do Pe. Tomé, que também se fixou no Piauí. No testamento do padre Tomé de Carvalho e Silva, observa-se que o padre André da Silva, coadjutor em Oeiras, era seu sobrinho-neto, por algum caminho.

### **Quadro-resumo**

DOMINGOS CARVALHO e CATARINA DE ALMEIDA.

Pais de:

Miguel Carvalho de Almeida (segue abaixo)

Gaspar Carvalho de Almeida

Catarina de Almeida, segunda do nome (segue abaixo)

MIGUEL CARVALHO DE ALMEIDA c/c

HELENA GONÇALVES DE MATOS. Pais de:

Pe. Miguel Carvalho de Almeida

Domingos Carvalho de Almeida (segue abaixo)

Antônio Carvalho de Almeida – governador do Rio Grande do Norte,

Inocência Carvalho de Almeida

## ANTEPASSADOS

DOMINGOS CARVALHO DE ALMEIDA c/c  
MARIA GONÇALVES DE CARVALHO. Pais de:

Maria de Almeida  
Helena de Almeida  
Luísa  
Miguel de Carvalho e Almeida  
Rosa  
Domingos  
Francisco

CATARINA DE ALMEIDA (segunda do nome) c/c  
JOSÉ DA SILVA CARVALHO. Pais de:

Isabel de Almeida (segue abaixo)  
Pe. Tomé de Carvalho e Silva  
Maria de Almeida  
Catarina de Almeida  
Pe. Miguel de Carvalho e Silva  
Antônia de Almeida

ISABEL DE ALMEIDA c/c  
DOMINGOS DIAS DA SILVA. Pais de:

Pe. Miguel de Carvalho  
Manuel de Carvalho e Silva e Almeida  
Antônio Carvalho de Almeida (sexto-avô patrilinear)  
Manuel de Almeida  
Antônio Sanches de Carvalho

## **Por que Manuel, um dos patriarcas do Piauí, adotou o apelido “Carvalho de Almeida”**

Revisão do meu primeiro artigo deste mesmo título, desta vez com a alternativa estabelecida por Manuel Abranches de Soveral.

O ponto cativante dos estudos históricos e genealógicos é que a recuperação do passado pode se dar, tanto pelo surgimento de um novo documento que contradiga o que esteja estabelecido, como por uma interpretação dos fatos, feita por especialista, que traga elementos de análise que ponham em dúvida uma visão “miope” que alguém tenha tido.

No caso, a “visão miope” foi a minha ao entender que não havia outra explicação para Manuel Carvalho de Almeida ter tomado o apelido “Carvalho de Almeida” que não fosse por adoção sem causa na sua própria tradição antroponímico-genealógica. Quando escrevi há meses o artigo que ora republico (desta vez com uma segunda opinião do notável genealogista Manuel Abranches de Soveral), assumi que se tinha superado a minha anterior hipótese de Manuel Carvalho de Almeida ter sido filho do padre Miguel Carvalho de Almeida. Entendi que simplesmente Manuel tivesse adotado o apelido “Carvalho de Almeida” por gosto e busca de prestígio. Manuel seria um personagem desentroncado de todo.

No entanto, uma vez eu tendo encaminhado o artigo para a leitura de Soveral, este me volta com alternativa nova que estabelece outra versão em suporte de o Comissário Geral da Cavalaria Manuel Carvalho de Almeida, vivente entre os séculos 17 e 18, poder ser filho do padre Miguel; com nascimento no Reino, o padre ainda muito novo; e entregue ao casal Belchior Gomes da Cunha (um pai oficial emprestado) e Isabel Rodrigues (mantida ainda como a verdadeira mãe).

A fundamentação de Soveral está em que não seria possível a um popular, como imaginei Manuel ter sido, obter a patente regular do Exército de “comissário geral da cavalaria”, uma condição análoga à de major ou mesmo de tenente-coronel, nos tempos de hoje. A minha

“miopia” estava em não ter dado a importância devida a esse elemento de análise e suposto que um homem vindo do povo comum, sem origem conhecida, pudesse ser um oficial superior nas forças pagas do rei.

De conformidade com Soveral, respeitabilíssimo genealogista português, seria improvável que alguém, sem alguma origem nobre, pudesse ser um oficial superior do Exército, no período dado. Daí, Soveral propõe que Manuel foi filho do padre Miguel, possivelmente com a referida Isabel Rodrigues. Belchior teria servido como pai emprestado. O fato de o padre Miguel ser religioso, nobre que era no sentido praticado no século 17 português e antes, não prejudicaria em nada a passagem de nobreza para um filho seu, nascido antes ou após ser consagrado sacerdote. A doutrina da nobreza entendia deste modo.

Isto posto, republico o meu recente artigo, dando-lhe uma nova estrutura. Mostro, primeiro, a minha versão que não há de ser inteiramente afastada, mas torna-se agora fraca. Ela oferece o quadro de fundo e fatos que servem também para a versão de Soveral. Em seguida, apresento a argumentação vitoriosa do estudioso português.

### **Texto do artigo original (sem alterações)**

As novidades documentais dos últimos meses de 2016, e as do ano de 2017, desautorizaram frontalmente o que escrevi dando o padre Miguel Carvalho de Almeida como o possível pai do Comissário Geral de Cavalaria Manuel Carvalho de Almeida, vivente entre os séculos 17 e 18 no Piauí.<sup>2</sup>

Na verdade, Manuel Carvalho de Almeida, a quem passo a chamar de “Manuel”, para simplificar, não foi nem filho do padre Miguel Carvalho de Almeida nem irmão de Antônio Carvalho de Almeida (segundo desse nome completo), que foi seu contemporâneo no Piauí setecentista. De rigor, ao que se sabe hoje, Manuel, muito importante junto a Bernardo Carvalho de Aguiar na conquista definitiva do sertão

---

2. Revista da ASBRAP – Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia, número 23, ano 2016. O texto original teve o título de “O Abade Miguel Carvalho de Almeida, ancestral dos Carvalho de Almeida e dos Castelo Branco do Piauí”.

aos índios, nada tem do sangue próximo dos Carvalho ou Carvalho de Almeida de Ribeira de Pena que estiveram no Nordeste da América Portuguesa no final do século 17 e início do 18.

A hipótese que hoje tenho é imensamente mais simples e mais lógica que a novelesca paternidade sacrílega do padre Miguel que engendrei. Minha hipótese é a de que Manuel, na sua adolescência, assumiu o apelido Carvalho de Almeida por adoção a seu gosto, e não por qualquer tipo de indução vinda de ambiente familiar ou tradição familiar ou de menção filial ao padre Miguel Carvalho de Almeida.

O argumento é o seguinte.

As pessoas, desde antes e no tempo de Manuel, e até o início do século 20, tanto em Portugal como no Brasil (aqui, até a primeira Lei dos Registros Públicos, decreto 4.857, de 09.11.39), só eram nomeadas, no Batismo ou no Registro Civil, por seus prenomes, ao nascerem. Apenas quando adultas, por vezes no Crisma, assumiam-se com a sobrenomeação que livremente escolhessem. Repito para não deixar dúvida: o prenome vinha solteiro no assentamento do nascido; só quando a pessoa praticava o seu primeiro ato da vida das relações jurídicas é que assumia um apelido de sua escolha.

Ocorreu de Manuel ter escolhido sobrenomear-se “Carvalho de Almeida”, ao instalar-se no Piauí, por volta de 1695, abandonando um outro apelido que tenha tido até então. O qual talvez nunca saberemos qual tenha sido. Pode ter sido “Cunha”, “Rodrigues”, “Gomes”, ou outro da tradição de seus avós ou bisavós e colaterais, ou adotado pelo gosto do jovem Manuel. Observe-se que as sobrenomeações (apelidos) eram de adoção livre assim como de troca; sendo ainda comum o uso de formas alternativas, como com ou sem um elemento de uma sobrenomeação dupla, ou com ou sem um “e” ou um “de”, ou com uma ou outra grafia.

O que está errado é que Manuel, que se casou com Clara da Cunha e Silva Castelo Branco (filha mais velha de Dom Francisco de Castelo Branco), foi da mesma estirpe dos Carvalho de Ribeira de Pena, vindos ao Piauí, no final do século 17, início do 18 até seus meados.

Todavia, fica a pergunta: por que o moço Manuel teria tomado o sobrenome “Carvalho de Almeida”? A razão óbvia é que isso lhe fez bem, ou lhe seria adequado no Piauí, e comum àqueles tempos e aos antigos e seguintes tempos da história da antroponímia portuguesa.

Em suma, era costume que as pessoas adotassem sobrenomes que as sinalizassem positivamente no meio social e não os dos pais, se estes não os ajudassem naquele propósito. O repertório para escolhas era bilinear, seja pela tradição antroponímica da mãe ou do pai, a remeter para os laterais em qualquer plano de ancestralidade e indo a padrinhos e madrinhas. Ou seja, a avocabilidade de apelidos era amplíssima. No entanto, se nessas tradições não se encontrasse nada de muito bom, a alternativa a isso era a adoção por gosto do que servisse a uma adequada inserção social. No caso de Manuel, a busca seria na camada superior reduzidíssima da comunidade livre piauiense do final do século 17 e começo do 18.

\*\*\*

De conformidade com as pesquisas publicadas de Reginaldo Miranda e de Valdemir Miranda de Castro, com base em dados do testamento do padre Tomé de Carvalho e Silva, o padre Miguel Carvalho de Almeida (mais conhecido como padre Miguel de Carvalho), cronista do Piauí no final do século 17, foi natural de Ribeira de Pena (freguesia de Santo Aleixo de Além-Tâmega), em Portugal, e teve pais conhecidos, conforme achado de junho de 2015, por Castro (2015).

Esta descoberta substitui a ideia antiga, corrente na genealogia piauiense, de que o padre Miguel e os demais Carvalho do Piauí tenham sido naturais da freguesia de Videmonte, no antigo concelho de Linhares, na região da Guarda, bem como todas as suposições constantes em Melo (1991) e nos que o repetiram. O erro inicial foi exatamente o de se supor que Manuel era um parente de sangue dos Carvalho e Carvalho de Almeida. Ora, se Manuel era de Videmonte, todos os outros deviam ser de lá.

Com a descoberta, cinco dos Carvalho dos primórdios do Piauí, a saber, o padre Miguel Carvalho de Almeida, o padre Inocêncio Carvalho de Almeida e mais o padre Tomé Carvalho e Silva, o padre Miguel

de Carvalho e Silva<sup>3</sup> e Antônio Carvalho de Almeida (segundo desse nome completo) têm desvendadas as suas origens. Manuel não se liga a esta parentela, por manter sua origem documentada em Videmonte, Linhares, região da Guarda, e genitores nas pessoas de Belchior Gomes da Cunha e Isabel Rodrigues, gente sem entroncamento conhecido com os Carvalho de Ribeira de Pena.

O padre Miguel e o padre Inocência foram irmãos. Ambos foram primos do padre Tomé de Carvalho e Silva e do padre Miguel de Carvalho e Silva. Estes filhos da tia paterna de Miguel e Inocência, dona Catarina de Almeida (segunda desse nome completo)<sup>4</sup>, com José da Silva Carvalho. O padre Miguel e o padre Inocência foram ainda primos segundos de Antônio Carvalho de Almeida (o segundo deste nome completo), o qual foi sobrinho dos padres Tomé e Miguel de Carvalho e Silva, uma vez que filho de Isabel de Almeida, irmã inteira dos dois padres referidos, e de Domingos Dias da Silva. Antônio foi neto do casal Catarina de Almeida (segunda desse nome completo) e José da Silva Carvalho<sup>5</sup>.

---

3. O padre Miguel de Carvalho e Silva foi prelado importante no Piauí, em substituição de seu irmão o padre Tomé de Carvalho e Silva, por volta do ano de 1724. Ele teria vindo à América Portuguesa, em 1715, para ajudar o seu irmão Tomé, com certeza a pedido desse. Em Melo (1991), página 32, tem-se o seguinte: “Por razões que ignoramos, mas talvez por motivo da idade do pároco, o bispo de Pernambuco nomeou Vigário de Vara, não o padre Tomé, mas o padre Miguel de Carvalho e Silva que o cura de Mocha trouxera para ajudá-lo, em 1715. O padre Miguel era irmão do padre Tomé”.

4. Esta Catarina de Almeida tem o mesmo nome completo de sua mãe, que se casara com Domingos Carvalho. Observa-se o costume de as mulheres adotarem preferencialmente o sobrenome da mãe.

5. Por ação de Valdemir Miranda de Castro e Gustavo Conde Medeiros, descobriu-se no Arquivo da Torre do Tombo a execução testamentária do padre Tomé de Carvalho e Silva, morto em 1735, em Oeiras, Piauí. Ocorreu de um sobrinho do padre Tomé, de nome completo Manuel de Carvalho e Silva e Almeida, ter pleiteado uma terça parte da herança do padre. Este Manuel de Carvalho e Silva e Almeida era filho de Isabel de Almeida (irmã inteira do padre Tomé de Carvalho e Silva e do padre Miguel de Carvalho e Silva), e de Domingos Dias da Silva. O casal Catarina de Almeida (tia paterna do padre Miguel) e José da Silva Carvalho teve os seguintes filhos: Isabel de Almeida (antes referida), o padre Tomé Carvalho e Silva, Maria de Almeida, Catarina de Almeida, o padre Miguel de Carvalho e Silva e Antônia de Almeida. O casal Isabel de Almeida e Domingos Dias da Silva teve os seguintes filhos: padre Miguel de Carvalho (homônimo do nosso padre Miguel), Manuel de Carvalho e Silva e Almeida (o peticionante da terça da herança do tio padre Tomé), Antônio Carvalho de Almeida (o nosso Antônio, do Piauí), Manuel de Almeida e Antônio Sanches de Carvalho.

Outra descoberta importante em decorrência do achado do testamento referido na nota de rodapé 5, foi a de um Antônio Carvalho de Almeida anterior ao já mencionado, o qual também esteve no Nordeste da América Portuguesa. Ele foi irmão inteiro do padre Miguel Carvalho de Almeida e do padre Inocêncio Carvalho de Almeida. Assim, além da identificação já feita dos cinco Carvalhos, há ainda alguém importante para se fazer a inserção genealógica: Antônio Carvalho de Almeida (primeiro desse nome completo), capitão-mor do Rio Grande do Norte<sup>6</sup>, entre 1701 e 1705, na ponta nordestina da América Portuguesa.

Observe-se que esses agora seis homens estavam no Nordeste no mesmo tempo histórico.

\*\*\*

Um filho de Manuel, de nome completo Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco, omitiu os nomes de seus avós paternos (os pais de Manuel) em sua justificação de nobreza de 1765 (aos seus 49 anos), feita em Campo Maior, na capitania do Piauí<sup>7</sup>. A única referência aos avós paternos de Francisco era de serem de Videmonte, Linhares. Por que Francisco teria omitido os seus nomes? Podia ser que esses Belchior e Isabel não fossem de qualidade nobre, e o neto Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco quisesse esconder tal fato. Ou porque não quisesse dar pista à descoberta de que nada tinham a ver com os Carvalhos de Ribeira de Pena, como hoje o sabemos. Acresça-se que Francisco casou-se com a filha mais velha de Antônio Carvalho de Almeida (segundo desse nome completo) e de Maria Eugênia Mesquita Castelo Branco (neta de Dom Francisco de Castelo Branco), de nome Ana Rosa Pereira Teresa do Lago. Francisco, por via de

---

6. Capitão-mor do Rio Grande do Norte significa o mesmo que governador do Rio Grande do Norte, com poderes para organizar a guerra ofensiva e a defesa militar. A simples expressão “capitão-mor” foi-se transformando durante o tempo. No entanto, quando ela se segue da indicação de um território tem esse significado. A concepção de “capitania” inclui o protagonismo de um capitão-mor.

7. É curioso que esse documento, datado de 1765, tenha sido apresentado em Castelo Branco (1980), p. 217-238. A curiosidade está em que, no contexto do livro de Renato Castelo Branco, ele pretendia indicar, ou mesmo comprovar, a condição incontroversa de nobreza por parte de Francisco. Talvez, Renato nunca pudesse admitir que o documento fosse usado para sugerir que Francisco não sabia sobre seus avós paternos.



sua mulher, tinha acesso a toda memória dos Carvalho de Ribeira de Pena. Curioso o nome completo de Ana Rosa, que não sabemos as razões para o ter adotado quando moça. Sei apenas, como um frágil esboço de palpite, que a mulher de Antônio Carvalho de Almeida (primeiro desse nome completo) se fez chamar Maria Teresa Pereira Rebelo Leite.

A este ponto desta minha escrita, aproveito para comentar o fato de tanto Francisco quanto Ana Rosa (primos entre si, em segundo grau) terem tido muitos irmãos e irmãs inteiras que muito se multiplicaram. Toda essa gente gerou uma enorme abundância antroponímica de Carvalho e Castelo Branco no Piauí e no Brasil, nos últimos três séculos.

Voltemos a Francisco, marido de Ana Rosa.

Ainda que Francisco não tenha nomeado os pais de Manuel em 1765, indicou-os, conforme descoberta de Valdemir Miranda de Castro, de novembro de 2015, em uma petição, datada de 1787, dirigida à rainha de Portugal, Dona Maria I, na qual pedia o início dos procedimentos para a obtenção do hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo.

Em 1787, Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco tinha 71 anos de vivo. No requerimento, de 1787, ele declara, como pais de Manuel, Belchior Gomes da Cunha e Isabel Rodrigues. O fato de Francisco não ter querido dizer os nomes de seus avós paternos (os genitores de Manuel) na justificação de 1765, foi superado pelo fato de os ter finalmente identificado na petição à rainha Dona Maria I, em 1787. Miguel de Sousa Borges Leal de Castelo Branco, em livro de 1879<sup>8</sup>, que se deve ter baseado na petição de Francisco à Rainha, de 1787, fala em Belchior e Isabel como os pais legítimos de Manuel.

A hesitação de Francisco ou, no mínimo, a sua falta de assertividade e de detalhes sobre os genitores de seu pai Manuel, levaram-me à solução de que o pai seria o padre Miguel Carvalho de Almeida (o famoso cronista do Piauí do século 17). Cometi um erro, do qual peço desculpas aos descendentes, como eu o sou, de Manuel a quem eu tenha magoado com uma origem sacrílega<sup>9</sup>.

---

8. Castelo Branco (2012).

9. Eu mesmo sou descendente de Manuel, várias vezes. Meu sobrenome Carvalho, no entanto, vem, patrilinearmente e sem interrupção, de Antônio Carvalho de Almeida (segundo desse nome completo), que não é irmão nem parente documentado de Manuel, como se tem neste corrente ensaio.

Todavia, algo bem mais simples e mais evidente deve ter ocorrido. Nada de estranho, na tradição antroponímica portuguesa, que alguém, no caso Manuel, tenha assumido sobrenome diferente dos do pai e da mãe, e mesmo dos avós e bisavós. Isso era comum. Mais ainda faz sentido quando o composto “Carvalho de Almeida” tinha muito prestígio no nordeste colonial do final do século 17 e início do 18, por conta dos seis Carvalho oriundos de Ribeira de Pena a que se pode talvez somar Bernardo Carvalho de Aguiar, um sétimo Carvalho.

\*\*\*

Como já mencionei, o pesquisador Valdemir Miranda de Castro, em junho de 2015, descobriu que o padre Miguel de Carvalho, também conhecido como padre Miguel de Carvalho e Almeida, e ainda como padre Miguel Carvalho de Almeida<sup>10</sup>, nasceu em 1664, em Ribeira de Pena, no antigo arcebispado de Braga, no norte do Reino.

Hoje, em 2019, o lugar Santo Aleixo, onde nasceu, é a freguesia de Salvador e Santo Aleixo de Além-Tâmega. Está no concelho de Ribeira de Pena, agora no distrito de Vila Real. Nessa mesma região, no século 12, no tempo de Dom Afonso Henriques, teve origem o sobrenome “Carvalho”, na sua versão nobiliárquica, nas pessoas de Paio de Carvalho e de seu filho Mem Pais de Carvalho. Tais personagens foram senhores da terra e honra de Carvalho, em Celorico de Basto, logo a oeste de Ribeira de Pena<sup>11</sup>.

Como já escreveu o historiador Reginaldo Miranda, o padre Miguel Carvalho de Almeida possivelmente morreu em Lisboa, tendo passado um longo tempo, quando jovem (entre 1693-1698), na então circunscrição do bispado de Olinda, também referido como bispado de Pernambuco, na América Portuguesa.

Com a informação de quem era o padre Miguel Carvalho de

---

10. Os apelidos da mesma pessoa podiam variar com as circunstâncias, como já se tratou no corpo do ensaio.

11. Não tenho comprovação da ascendência do sobrenome “Carvalho de Almeida” a “Carvalho” de Celorico de Basto, do século 12. Todavia, esta hipótese faz sentido. É de se afastar, no entanto, sucessão por efeito de “apelido de estirpe”. Deve ter ocorrido uma continuidade por avocação e adoção por linhagem colateral. Hoje, no Brasil e em Portugal, os de sobrenome Carvalho são muitíssimos, muito menos eles foram, no século 16.

Almeida e do seu local de nascimento, fiz minha investigação sobre as famílias do concelho de Ribeira de Pena, buscando dados para iluminar mais o assunto. Encontrei, com alegria, um estudo do respeitado genealogista português Manuel Abranches de Soveral, em que o padre Miguel Carvalho de Almeida, ou abade Miguel Carvalho de Almeida, aparecia como alguém bem-posto estamentalmente, vindo de gente fidalga provinciana<sup>12</sup>.

Pelos dados de Soveral<sup>13</sup>, o padre Miguel foi abade de Ribeira de Pena, capelão-fidalgo da Casa Real, sacerdote do hábito de São Pedro. Instituiu o vínculo e capela de Nossa Senhora da Assunção, junto à casa de Senra de Cima. Foi vigário da vara e cura da freguesia de Rodelas, no bispado de Olinda, ou de Pernambuco, como alguns se referem à unidade eclesiástica. Ordenou-se em Braga, com inquirições “*de genere*” de 27 de julho de 1689. Ele esteve no Brasil, por anos, como vigário da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó de Olinda e padre visitador, como investigador do Santo Ofício da Inquisição, mas não como membro do mesmo Santo Ofício, tendo, por se ter apresentado como membro do Santo Ofício, sofrido reprimenda<sup>14</sup>. Os cargos mais importantes que teve, como abade e a titulação como capelão-fidalgo da Casa Real, devem, a meu ver, ter sido posteriores a sua estada no Nordeste da América Portuguesa.

Ele nasceu em 1664. Terá morrido cerca de 1737. Adentrou o sertão profundo do Nordeste da América Portuguesa, onde recomendou a instalação de duas freguesias, e sua moção foi acatada com o estabelecimento da freguesia de São Francisco, na região de Rodelas, e de Nossa Senhora da Vitória, no Piauí<sup>15</sup>. Foi, também, ele quem escreveu o relatório “Descrição do sertão do Piauí”, finalizado em 1697, o primeiro sobre a região e a gente piauienses<sup>16</sup>.

---

12. Conforme Soveral, em [www.soveral.info/RibeiradePena.htm](http://www.soveral.info/RibeiradePena.htm)

13. Ratificados em 24 de novembro de 2016, por Manuel Abranches de Soveral, conforme manifestação escrita a mim, de 24 novembro de 2016. Várias informações sobre datas foram feitas e confirmações de outras.

14. ANTT – Tribunal da Inquisição, processo 1000.16.

15. Ver sobre esse assunto, ver Castro (2015).

16. A obra foi reeditada pela Academia Piauiense de Letras, em 2009, na versão de que constam comentários e notas do Padre Cláudio Melo, historiador. Ver Carvalho (2009), em Referências, ao final.

Segundo Manuel Abranches de Soveral, em seu “Famílias de Ribeira de Pena”, o padre Miguel foi filho de Miguel Carvalho de Almeida (sênior) — nascido em cerca de 1630, capitão de infantaria dos auxiliares de Ribeira de Pena, senhor da Quinta de Bragadas de Além-Tâmega, em Santo Aleixo, onde faleceu em 6 de abril de 1695 — e de Helena Gonçalves de Matos, falecida em 15 de setembro de 1684, em Santo Aleixo, provavelmente sua prima, uma vez que filha de Domingos Dias de Matos, esse sendo dos Matos, de Santa Marinha de Ribeira de Pena, e de sua mulher Senhorinha Gonçalves.

Conforme Soveral, Miguel Carvalho de Almeida (sênior) foi filho de Domingos Carvalho (ou de Carvalho), moço da câmara da Casa Real, juiz de órfãos de Ribeira da Pena e senhor da Quinta de Bragadas de Além-Tâmega, em Santo Aleixo, onde faleceu em 7 de julho de 1668, e de Catarina de Almeida (primeira desse nome completo), nascida cerca de 1608. Essa Catarina foi filha de Antônio Gonçalves de Matos e de Maria Leitão de Almeida, nascida em Santa Marinha de Ribeira de Pena. Esse Antônio Gonçalves de Matos seria parente de Domingos Dias de Matos, acima referido, uma vez que se confirme serem os dois de Matos, de Santa Marinha de Ribeira de Pena. Catarina de Almeida (primeira desse nome completo), mulher de Domingos Carvalho (ou de Carvalho), usou como sobrenome o de sua mãe Maria Leitão de Almeida.

Em “Famílias de Ribeira de Pena”, tem-se que o padre Miguel Carvalho de Almeida, primogênito, teve três irmãos inteiros:

*Domingos Carvalho de Almeida*<sup>17</sup> — moço da câmara da Casa Real (12 de janeiro de 1699), cavaleiro da Ordem de Cristo (9 de março de 1699), capitão-mor de Ribeira de Pena, familiar do Santo Ofício (16 de setembro de 1700), senhor da Quinta de Bragadas, em Além-Tâmega, Santo Aleixo, e da Quinta de Senra de Cima, em Salvador, Ribeira de Pena. Teve, em 4 de outubro de 1710, carta de cota-de-arms para “Carvalho” e “Almeida”. A Quinta de Senra de Cima foi armoriada de escudo partido de “Carvalho” e “Almeida”.

*Antônio Carvalho de Almeida* — moço da câmara da Casa Real (12 de janeiro de 1699), cavaleiro da Ordem de Cristo (9 de março de 1699), capitão de infantaria, mestre de campo dos auxiliares de Chaves, capi-

---

17. Que podia variar para Domingos de Carvalho e Almeida.

tão-mor de Natal, no Rio Grande do Norte, familiar do Santo Ofício (8 de março de 1702), escrivão proprietário do cartório do concelho de Cabeceiras de Basto e dos coutos de Refoios e Abadim (16 de maio de 1745). Casou-se com Maria Teresa Pereira Rebello Leite.

*Inocência Carvalho de Almeida* — capelão-fidalgo da Casa Real (12 de dezembro de 1699).

Domingos Carvalho e Catarina de Almeida (primeira desse nome completo), além de Miguel Carvalho de Almeida (sênior), tiveram Gaspar Carvalho de Almeida e Catarina de Almeida (segunda desse nome completo).

Este Antônio, irmão do padre Miguel e do padre Inocência (e também de Domingos, que não nos importa aqui), é referido como tendo substituído a Bernardo Vieira de Melo e tendo sido sucedido por Sebastião Nunes Colares, como capitão-mor do Rio Grande do Norte. Sua designação para esse posto ocorreu quando a capitania foi passada da Bahia para Pernambuco<sup>18</sup>. Sobre Antônio Carvalho de Almeida (ou de Carvalho e Almeida), o capitão-mor, conforme consta dos assentamentos da Torre do Tombo, ele foi feito moço de Câmara, pelo rei Dom Pedro II, em 1699, tal qual tinha sido seu avô Domingos Carvalho ou de Carvalho, o qual é dito como tendo sido, a seu tempo, moço da Câmara<sup>19</sup>:

El Rei faço saber a vós Dom Pedro Luiz de Menezes, Marquês de Marialva, gentil homem de minha Câmara e meu Mordomo-mor que Eu hei por bem e me prove fazer mercê a Antônio Carvalho de Almeida, natural da vila de Ribeira de Pena, comarca de Guimarães, filho de Miguel de Carvalho e neto de Domingos de Carvalho, que foi meu moço de Câmara e filho de Miguel Carvalho, de o tomar no mesmo foro de meu moço de Câmara, com quatrocentos e seis réis de moradia por mês e três quartos de cevada por dia, paga segundo ordenança e é o foro e moradia que, pelo dito seu avô, lhe pertence

---

18. Rosas (1999).

19. Conforme constante do verbete “Antônio de Carvalho e Almeida”, no sítio da Fundação José Augusto – Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine - CEPEJUL: fjacepejul.nr.gov.br, em outubro de 2016.

porquanto seu pai o não teve em meus livros. Mando-vos que o façais assentar no livro de matrícula dos moradores de minha Casa, no título dos moços da Câmara com moradia e cevada que não vencerá até ser do numaro<sup>20</sup>. Manuel Calheiros o fez em Lisboa a doze de Janeiro de seiscentos e noventa e nove. Belchior de Andrade Leitão o fez escrever.

Observa-se que este Antônio Carvalho de Almeida (primeiro desse nome completo) foi primo segundo do outro Antônio. O Antônio Carvalho de Almeida (segundo desse nome completo) teria morrido em 1775 e ingressou na América Portuguesa pela Bahia, tendo como lugar de sua primeira residência, Jacobina, onde foi capitão de ordenanças<sup>21</sup>. O outro Antônio Carvalho de Almeida (primeiro desse nome completo) seria alguém já maduro no ano de 1701, quando foi diretamente para o Rio Grande do Norte. O padre Miguel é referido como missionário naquela capitania<sup>22</sup>. Pode ser que o padre Miguel tenha ido ao Rio Grande do Norte, vindo do Piauí.

Em suma, os irmãos Miguel, Antônio e Inocêncio, filhos de Miguel Carvalho de Almeida (sênior) e de Helena Gonçalves de Matos, estiveram juntos no Nordeste, no mesmo período ou aproximado, entre o final do século 17 e início do século 18.

Domingos Carvalho de Almeida, o irmão segundo que sucedeu ao pai, ficou em Ribeira de Pena, como senhor de solar, esquivando-se de aventuras no Novo Mundo. De rigor, conforme os costumes, o sucessor da tradição não se movia da sua sede.

O padre Tomé de Carvalho e Silva, o padre Miguel de Carvalho e Silva e o sobrinho desses dois, Antônio Carvalho de Almeida (segundo desse nome completo), seguiram na segunda leva da parentela Carvalho de Almeida. Este Antônio era, como já dito, filho de uma irmã inteira dos dois padres, de nome Isabel de Almeida, com Domingos Dias da Silva.

---

20. “Numaro” é o mesmo que “numário” ou “numerário”, dinheiro. Ao que parece, o texto curiosamente diz que o vencimento só se dará quando houver dinheiro para pagar o que se prometeu.

21. Dados sobre o Antônio, sobrinho, constantes de Pires Ferreira (2013) e de Castro (2014).

22. Verbete “Antônio de Carvalho e Almeida”, no site da Fundação José Augusto – Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine - CEPEJUL: [fjacepejul.nr.gov.br](http://fjacepejul.nr.gov.br), em outubro de 2016.

\*\*\*

Manuel Abranches de Soveral, em e-mail lido por mim em 24 de novembro de 2016, disse ainda o seguinte sobre uma dúvida posta por um outro genealogista português quanto à condição de “lavrador das próprias terras”. Diz Soveral:

(...) Em Ribeira de Pena, naquela cronologia, ser lavrador que vive da sua fazenda era o melhor que se podia dizer de um habitante. Porque “lavrador” era então significado de proprietário agrícola. Todo o resto, em Ribeira de Pena, derivava disso, inclusive os cargos. E, é claro, Domingos de Carvalho teria, como proprietário agrícola, pelo menos 20 vezes mais rendimento do que o rendimento acumulado de moço da câmara e juiz dos órfãos.

O que parece certo é que os da gente Carvalho de Almeida de Ribeira de Pena, em todas as suas variações, estavam, no curso do século 17, em processo de sua identificação social como nobres, no âmbito mais geral do reino de Portugal.

\*\*\*

Quem foi Manuel, lugar-tenente e sucessor de Bernardo Carvalho de Aguiar na conquista do Piauí? Não foi da parentela dos Carvalho de Ribeira de Pena. Manuel nascera longe de lá e era filho de pessoas não entroncáveis com os seis Carvalho viventes no Nordeste da América Portuguesa no final do século 17 e início até primeira metade do 18. Se fosse, o seu neto Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco o teria dito com letras maiúsculas, tanto na sua justificação de nobreza de 1765, como na sua petição à rainha Dona Maria I, de 1787. Assim, resta uma só possibilidade: Manuel adotou o apelido Carvalho de Almeida por achá-lo útil socialmente.

Vamos a essa discussão.

Conforme a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva (2009, p. 28-29), os filhos do casal paulista Pedro Taques de Almeida (1714-1777), o famoso genealogista, e Ângela de Siqueira assumiram, ao

## ANTEPASSADOS

chegar à idade adulta, e foram, em geral, conhecidos pelos seguintes nomes completos:

- José de Góis e Moraes;
- Apolônia de Araújo;
- Branca de Almeida Taques;
- Maria de Araújo;
- Leonor de Siqueira Pais;
- Teresa de Araújo;
- Catarina de Siqueira Taques; e
- Ângela de Siqueira Taques.

Como diz Nizza da Silva, no seu texto, é difícil descobrirem-se as regras que levaram às composições dos nomes completos dos oito irmãos inteiros. Não se pode, por falta de documentação, reproduzir a provável discussão intrafamiliar sobre que sobrenomes cada um devesse tomar. Qual teria sido a influência dos pais, dos tios, das tias, dos avós, dos irmãos mais velhos? O que dizer, no caso do nosso Manuel, que estava, ao que se sabe, sozinho no Piauí, sem irmãos e irmãs, com os pais e tios à distância ou falecidos.

O historiador e genealogista português Guilherme Maia de Loureiro descreve os modos principais de adoção de apelidos em Portugal<sup>23</sup>:

O sistema de adoção de nomes no Antigo Regime<sup>24</sup> permitia que um determinado indivíduo pudesse assumir, ao longo da sua vida, não só composições diferentes dos seus apelidos, mas até nomes próprios distintos. A escolha do nome próprio ocorria no momento do Batismo e cabia naturalmente aos pais das crianças ou a outrem que por elas fosse responsável, como acontecia, por exemplo, nos casos dos padres que batizavam expostos<sup>25</sup>. No entanto, a Igreja previa a possibilidade

---

23. Loureiro (2015), páginas 335-341.

24. Guilherme Maia de Loureiro restringe o Antigo Regime em Portugal ao período da história portuguesa entre 1640 (com a restauração da autonomia do reino em favor de uma dinastia portuguesa, a Casa da Bragança) e 1820 (quando o rei dom João VI deixa de reinar como soberano com poderes absolutos).

25. Crianças enjeitadas pelos pais ao nascerem e deixadas sem identificação para serem cuidadas por alguém que as quisessem.



de mudança de nome no momento da confirmação do Batismo na idade adulta, isto é, por ocasião do sacramento da Crisma. [...] Uma terceira situação possível era a simples adoção de apelidos de famílias com as quais não havia qualquer tipo de relação de parentesco, fosse de consanguinidade, afinidade ou espiritual. Esta era uma prática descrita nas Ordenações Filipinas<sup>26</sup> e para a qual se previam penas severas. [...] No entanto, não é difícil encontrar casos que a exemplifiquem, nem sequer determinar um padrão em termos da identificação dos apelidos adotados. De fato, e sem surpresa, estes apelidos eram, por norma, aqueles que mais facilmente permitiam uma fácil associação a um patrimônio histórico altamente valorizado ao nível nacional ou apenas local. Tratava-se, sem dúvida, de uma tentativa de apropriação do prestígio associado ao apelido com o intuito de favorecer uma mobilidade social ascendente. [...]

As migrações facilitavam claramente a adoção de novos apelidos e a construção de uma nova identidade social. [...] Noutros casos, arriscava-se a adoção de novos apelidos sem que houvesse qualquer migração, o que teoricamente diminuiria a possibilidade de se converter essa mudança de nome num qualquer benefício em termos de status. Podemos apontar, como exemplos, o caso de Bernardo José Rodrigues, capitão de ordenanças de Lordosa e Calde, em Viseu, que adotou o prestigiado apelido de Loureiro; ou o de Antônio José de Mesquita, que adotou o apelido Quintela ao casar com uma senhora natural de Vila Franca de Xira, onde uma família deste mesmo apelido era grande proprietária.

Ao que parece, Manuel adotou o apelido duplo “Carvalho de Almeida” por achá-lo útil ao seu processo de ascensão social, a que conjugou seu casamento com Clara da Cunha e Silva Castelo Branco, filha mais velha de Dom Francisco de Castelo Branco e Maria Eugênia de Mesquita. A isso também se pode ter juntado a afeição a Bernardo Carvalho de Aguiar (talvez um aparentado dos Carvalho de Ribeira de Pena).

---

26. Trata-se das regras de direito gerais do reino de Portugal, feitas ao tempo dos reis da Casa de Habsburgo (1580 a 1640), também chamados de reis filipinos, porque todos eles chamavam-se Filipe.

Pode ainda de ter havido, como justificativa, uma aproximação filial com o padre Miguel Carvalho de Almeida e/ou com o padre Inocêncio Carvalho de Almeida. Isto justificaria perfeitamente o ocorrido, pelos costumes da época. Temos, nesta mesma linha de especulação, o exemplo dos irmãos Bartolomeu e Alexandre de Gusmão, que tomaram o sobrenome “de Gusmão” de um padrinho, com quem não tinham qualquer vínculo de sangue.

Refiro-me aos dois irmãos nascidos na América Portuguesa e muito conhecidos no Reino: Bartolomeu de Gusmão, o famoso inventor, chamado de “Padre Voador”, e Alexandre de Gusmão, o muito influente secretário do rei Dom João V, entre 1730 e 1750, ano em que o rei morre<sup>27</sup>.

Bartolomeu e Alexandre foram filhos de Francisco Lourenço Rodrigues e de Maria Álvares, residentes em Santos, então na capitania de São Vicente. Bartolomeu era o quarto filho e foi batizado como Bartolomeu Lourenço, um nome duplo (uma vez que no Batismo não se atribuía sobrenome), em 1685, na mesma vila de Santos. Alexandre foi o nono filho do casal.

Alexandre foi batizado como Alexandre Lourenço, nome duplo, em 1695, também em Santos. Em 1718, os dois irmãos adotaram o sobrenome do sacerdote jesuíta Alexandre de Gusmão, nascido em 1629 e falecido em 1724, que teve enorme influência na vida do santista Bartolomeu.

É de se observar que o pai dos dois irmãos Gusmão, Francisco Lourenço Rodrigues, tinha posto nos dois filhos o nome adicional de “Lourenço”, como que a sugerir que os filhos fizessem uso dele como sobrenome. Todavia, combinados, Bartolomeu, aos 33 anos, e Alexandre, aos seus 23, adotaram o “de Gusmão”.

---

27. Alexandre foi importantíssimo na formação histórico-geográfica do que veio a ser o Brasil, uma vez que foi o autor da concepção e da argumentação em favor do reconhecimento formal, pela Espanha, da ocupação portuguesa da enorme área a oeste da linha imposta pelo tratado de Tordesilhas. Sua ação diplomática magnífica foi concluída com a assinatura do tratado de Madrid, em 15 de janeiro de 1750. Os tratados seguintes com a Espanha, o de El Pardo, em 1761, e o de Santo Ildefonso, em 1777, rediscutiram e reafirmaram, respectivamente, a teoria de Alexandre de Gusmão sobre o valor jurídico da posse efetiva de terras e não mais a posse formal. Alexandre é o “pré-brasileiro” mais ilustre que tivemos, em termos das consequências de sua ação diplomática.

O fato mostra como essa tomada era possível bem como que pudesse assim como podia ser feita em idade para além de adulta, aos 33 e 23 anos. Os dois, até então, devem ter usado o nome “Lourenço”, ou talvez “Rodrigues”, como apelido.

\*\*\*

O prestígio do apelido “Carvalho” ou “Carvalho de Almeida” ou “Carvalho e Almeida”, de Ribeira de Pena, estava se formando durante o século 17 português. No início do século 18, no nordeste da América Portuguesa, seis varões de uma gente nominável como Carvalho de Almeida tiveram importância notável, em especial no Piauí, onde a camada cimeira do poder não devia ir além de duas dezenas de homens.

Pode-se ainda trazer para esse rol de personagens, o provável parente, o valoroso Bernardo Carvalho de Aguiar, de quem Manuel foi homem de confiança. Esse, não por coincidência inexplicável, era de Vila Pouca de Aguiar, concelho que em sua formação territorial originária continha o povoado da Ribeira de Pena<sup>28</sup>.

Com Bernardo, somam sete os personagens da parentela dos Carvalho. Eram quatro padres, em tempo em que a Igreja Católica era o braço forte da ocupação portuguesa, e três homens da guerra. Nada mal como referências para a avocação e a adoção prazerosa do apelido Carvalho ou Carvalho de Almeida, por Manuel, filho de Belchior Gomes da Cunha e Isabel Rodrigues.

Independentemente de toda esta questão, o que se pode afirmar é que Manuel Carvalho de Almeida foi, como guerreiro, um herói colonial português, merecedor de todo o apreço pelos seus descendentes, entre os quais eu me incluo, com muito orgulho.

---

28. Conforme Marques (1993), o concelho de Ribeira de Pena foi criado pelo rei Dom Afonso IV, em 1331, por pedido de seus moradores. Até então, Ribeira de Pena era parte do concelho de Aguiar de Pena, depois dita Vila Pouca de Aguiar. Muito tempo transcorreu até o final do século 17, no entanto, a região é a mesma.

## Contradita de Manuel Abranches de Soveral

Logo que publiquei o artigo na forma que consta acima, eu o enviei a Manuel Abranches de Soveral. A sua resposta estabelece uma conclusão diferente daquela de Manuel ser um homem de origem popular, desentroncado dos Carvalho viventes no Piauí, na passagem do século 17 para o 18.

Escreveu Soveral, em e-mails a mim, de 29 e 30 de agosto de 2017:

Toda a interpretação histórica que nestes casos se possa fazer é difícil e sobretudo falível. Na verdade, não há factos irrecusáveis e os argumentos, bem avaliados, podem indicar num sentido e no seu contrário.

É certo que Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco, na mais significativa circunstância, omite o nome dos pais de Manuel Carvalho de Almeida. E que noutras circunstâncias o diz natural de Videmonte, Linhares, e filho de Belchior Gomes da Cunha e Isabel Rodrigues.

Como interpretar esta discrepância? Tendo em conta que a omissão é posterior às restantes declarações, pode desde logo especular-se que Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco teve, entre as primeiras e essa derradeira declaração, informações novas sobre a verdadeira filiação de Manuel Carvalho de Almeida.

Embora nessa época não houvesse, minimamente, o preconceito social que mais tarde existiria sobre ser filho de padre, a verdade é que existiam leis e penas para os sacerdotes que tinham filhos (e para as mães), pelo que estes tendiam a esconder o facto. Era comum, por exemplo, a mãe grávida, ou já com a criança, casar depois, sendo a criança adoptada pelo padrasto. E, muitas vezes, em geral, a criança passava por filha do casal.

Poderia ter sido este o caso de Manuel Carvalho de Almeida? Poderia ele ter sabido mais tarde quem era o verdadeiro pai? Nomeadamente quando esse verdadeiro pai o levou para o Brasil? [...]

De qualquer forma, se o caso foi esse, teríamos uma dupla circunstância: uns pais “oficiais” e um pai verdadeiro, sendo que a mãe seria sempre Isabel Rodrigues. Esta hipótese justificava também que Manuel Carvalho de Almeida tivesse nascido em Videmonte, Linhares, terra onde viveria Isabel Rodrigues, podendo na juventude ter-se chamado

Manuel da Cunha, usando, portanto, o nome do padraсто ou pai oficial.

Não digo que isto se tenha passado. Apenas que é mais provável do que a hipótese de Manuel Carvalho de Almeida ter adoptado estes nomes, sem qualquer justificação. Tanto mais que nesta hipótese fica por explicar não só a ida de Manuel Carvalho de Almeida para o Brasil, mas sobretudo o sucesso que aí teve, coisa que na outra hipótese se explica bem. Na verdade, nessa época, não seria provável que um pobre desamparado, sem filiação apresentável, chegasse onde chegou Manuel Carvalho de Almeida. Desde logo, para ser oficial era preciso ter nobreza. O que teria, se fosse filho do padre.

Na verdade, várias das principais famílias da fidalguia portuguesa (e por arrasto da brasileira) descendem de clérigos. A começar logo pelos Bragança. Com efeito, o 1º duque de Bragança era filho bastardo de D. João I, havido quando este ainda era clérigo (freire e mestre da Ordem de Avis). Para já não falar que o próprio D. João I já era bastardo... Todos os Lencastre descendem de Frei D. Jorge, mestre da Ordem de Santiago. Muitos dos Sousa, nomeadamente os marqueses de Arronches e duques de Lafões, descendem de Dom Frei Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo. Boa parte dos Noronha, nomeadamente os condes dos Arcos e os marqueses de Angeja, descendem de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa. etc., etc., etc.

Há ainda uma questão a explorar, que tem a ver com a cronologia. Consoante a provável data de nascimento de Manuel Carvalho de Almeida, é possível considerar a hipótese de seu (provável) pai o ter tido antes de se ordenar. Neste caso, as restantes considerações mantêm-se e até se podem agravar, na medida em que esse filho podia colocar problemas à ordenação, pelo que convinha mantê-lo escondido. Para já não falar que, além do mais, a diferença de estatuto entre o futuro padre e Isabel Rodrigues nunca permitiria o casamento entre eles. Sendo portanto aconselhável que para ela fosse arranjado um marido.

Na verdade, a questão do estatuto é fundamental. Para entrar no Exército como oficial, ainda para mais na Arma de Cavalaria, Manuel Carvalho de Almeida teve de fazer habilitações da sua nobreza.

\*\*\*

Soveral, em outro comunicado, sugeriu que se tentasse encontrar a habilitação militar de Manuel. E que, no caso de não surgirem novidades, eu reescrevesse o artigo (o que ora faço), pondo em confronto as duas hipóteses: a de um Manuel, homem simples e desentroncado, e a de outro Manuel, filho biológico do padre Miguel.

Vamos aguardar que pesquisadores, como o piauiense Valdemir Miranda de Castro, consigam a habilitação militar de Manuel. Penso, porém, ser provável que Manuel permaneça como filho do casal Belchior Gomes da Cunha e Isabel Rodrigues, e tenha obtido, de fora, o apoio do pai padre, seu pai biológico, de quem tomou o apelido.

A questão da habilitação militar de Manuel promete ser um bom assunto. O que se sabe é que Manuel foi feito “comissário geral da cavalaria”, ou promovido a tanto vindo provavelmente de “capitão de cavalos”, em 1713, por ato do governador-geral do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Cristóvão da Costa Freire (Pires Ferreira, 2013, p. 141), em substituição do Meste-de-Campo Antônio da Cunha Soutomayor, que morrera (Castelo Branco, 1980, p. 100). O Estado do Maranhão e Grão-Pará, em distinção do Estado do Brasil, ao sul, teve essa designação entre 1654 e 1751; em seguida teve o nome trocado para “do Grão-Pará e Maranhão”. O capitão-general Cristóvão da Costa Freire era fidalgo que se ligava ao senhorio de Pancas, no Reino.

Curiosamente, no ano de 1713, a patente de “comissário geral da cavalaria” já não existia; fora abolida pela reforma militar do ano de 1707, sendo substituída pelas patentes de coronel, tenente-coronel e sargento-mor (Loureiro, 2015, p. 269 e 270). Neste quadro, pode ser que o uso da expressão “comissário geral da cavalaria” tenha sido feito por ser mais significativa pela tradição, ou porque era constante na carta régia que definia os poderes do governador-geral, passada antes de 1707. Cristóvão da Costa Freire governou o Estado do Maranhão e Grão-Pará de janeiro de 1707 a junho de 1718.

Ver quadro *Parentela Carvalho de Almeida – séculos 17 e 18. De Portugal para o Brasil* (página 191)

## Patrilinearidade Carvalho

Escrevo com base em Edgardo Pires Ferreira (2013) e em Reginaldo Miranda (artigos na Internet: *Padre Miguel de Carvalho e Almeida, fundador de paróquias e missionário do sertão*; *Padre Tomé de Carvalho e Silva, primeiro vigário do Piauí*; e *De Ribeira de Pena ao Piauí: a trajetória da família Carvalho de Almeida nos séculos XVII e XVIII*). E ainda me vali de Valdemir Miranda de Castro: *Padre Miguel de Carvalho e sua Ascendência*; e *Carvalho de Almeida e a colonização do Piauí*, também publicados na Internet, no portal Entretextos.

### Antônio Carvalho de Almeida, meu sexto-avô patrilinear

No final do século 17, o ouro achado onde hoje está a cidade de Jacobina (conhecida também como Jacobina do Norte ou Jacobina Velha), na Bahia, atraiu os bandeirantes paulistas. No início do século 18, a exploração ainda era clandestina, mas, a partir de 1722, a mineração passou a ser controlada pela governação régia. Em 1726, por provisão do Conselho Ultramarino, foi construída uma casa de fundição. A arrecadação passou em pouco tempo a cerca de 3.841 libras de ouro.

Antônio Carvalho de Almeida veio do Reino para a Bahia para servir como capitão da guarnição de Jacobina. Antônio, meu sexto-avô patrilinear, marido de Maria Eugênia de Mesquita Castelo Branco, minha sexta-avó, nasceu em Santo Aleixo de Além-Tâmega, Ribeira de Pena, Arcebispado de Braga, em Portugal. Faleceu depois de 1768, ano do casamento de seu filho Antônio Carvalho de Almeida (meu quinto-avô patrilinear), e antes de 1778, quando do casamento de sua filha Ana Maria, na fazenda Taboca, no atual município de Esperantina. Segundo Castelo Branco (2013), Antônio Carvalho de Almeida e sua esposa foram os primeiros habitantes do lugar Batalha. Conforme pesquisas recentes de Valdemir Miranda de Castro (comunicação pessoal a Edgardo Pires Ferreira, de agosto de 2014), o lugar Batalha surgiu a partir da carta de data da sesmaria Caraíbas, concedida, a 18 de julho de

1737, ao casal Antônio e Maria Eugênia, pelo governador do Maranhão e Grão-Pará, João de Abreu Castelo Branco. Nessas terras, Antônio Carvalho de Almeida fundou uma fazenda situada na margem direita do rio Longá.

O padre Tomé de Carvalho e Silva, tio de Antônio Carvalho de Almeida, que havia sido o vigário da Mocha, atual Oeiras, era proprietário de terras na freguesia do Longá, tendo fundado ali as fazendas Victoria e Tranqueira, ao longo do rio Longá, do lado direito do rio.

\*\*\*

Antônio Carvalho de Almeida e o seu tio, o padre Tomé de Carvalho e Silva pleitearam e receberam cartas de data de sesmaria em 1739, nos seus nomes e nos nomes dos três filhos de Antônio. Sustentaram o pleito no fato de ali terem fundado fazendas de gado vacum havia mais de 33 anos, ao longo do rio Longá, do lado direito, rio acima, entre a atual divisa com o município e a antiga freguesia de Piracuruca, no estreito do rio dos Matos (antigo Mato Grosso), onde começava a fazenda da Victoria, até a fazenda Boa Esperança, passando pela fazenda da Tranqueira, até lindar com a antiga fazenda Taguary, na confluência do riacho Taguary.

Antônio Carvalho de Almeida casou-se cerca de 1726, em Parnaíba, com Maria Eugênia de Mesquita Castelo Branco, nascida cerca de 1710, em Parnaíba, falecida provavelmente no lugar Batalha, onde hoje se encontra a cidade de Batalha. Ela era filha de João Gomes do Rego Barra e Ana Castelo Branco de Mesquita.

Antônio Carvalho de Almeida, depois de casado, retornou com a mulher ao seu posto na guarnição de Jacobina Velha, na Bahia, onde nasceram seus filhos. O casal se transferiu definitivamente para a fazenda Victoria, situada em terras do atual município de Esperantina, poucos anos antes de receber as cartas de data de sesmarias, em 1739, visto que as fazendas Boa Esperança, Tranqueira e Victoria estavam até então nas mãos do padre Tomé de Carvalho e Silva, tio de Antônio. Antônio Carvalho de Almeida e Maria Eugênia Mesquita Castelo Branco construíram sua casa-grande no sítio (local) da fazenda da Victoria e lhe deram nome de Taboca. A casa-grande foi edificada na margem es-



querda da confluência do riacho Tabocas com o rio Longá, no antigo município de Parnaíba, depois Barras, atual Esperantina.

**Antônio Carvalho de Almeida, filho,  
meu quinto-avô patrilinear**

Antônio Carvalho de Almeida, filho, nasceu cerca de 1728, em Jacobina (também chamada Jacobina do Norte ou Jacobina Velha), na Bahia. Faleceu em Barras, Piauí. Conforme Pires Ferreira (2013), foi abastado fazendeiro em Barras, na pecuária de gados vacum e na plantação de algodão. Antônio recebeu, pelos feitos de seu pai, o capitão-mor Antônio Carvalho de Almeida, e de seu tio-avô, o padre Tomé de Carvalho e Silva, uma carta de sesmaria, de 13 de julho de 1739, no lugar Victoria. Pai e tio-avô pleitearam a concessão com base no fato de terem fundado, havia mais de 33 anos, uma fazenda de gado vacum conhecida como Victoria. Esta fazenda começava em Piracuruca e se estendia até lindar com a fazenda Tranqueira, ao longo do rio Longá, do lado direito do rio acima, medindo três léguas de terra comprida (19,8 km) por uma de largo (6,6 km). Nesse lugar, foi construída a casa-grande da Taboca.

É interessante comentar que, naquele tempo, era comum que se pedissem mercês ao rei com base em feitos do pai ou de um tio. As mercês régias, como a outorga de terras, não eram um ato gratuito de todo, mas sim uma recompensa por feitos na guerra ou no serviço geral ao rei.

Antônio Carvalho de Almeida casou-se com Ana Maria da Conceição Rodrigues de Carvalho, nascida em Barras, atualmente Batalha, também falecida no local. Castro (2014, p. 449) sugere que Ana Maria da Conceição Rodrigues de Carvalho (quinta-avó e esposa de Antônio Carvalho de Almeida, filho, quinto-avô patrilinear) seria irmã ou prima de José Rodrigues de Carvalho, este pai de Clarinda Maria de Jesus Rodrigues de Carvalho e de Lina Carlota de Jesus Rodrigues de Carvalho, esposas de João de Deus Pires Ferreira e Antônio Pires Ferreira, respectivamente (Castro, 2014, p. 450).

Ana Maria e José seriam descendentes do capitão de infantaria Francisco Rodrigues de Carvalho, com patente desse posto passada em

1674; e/ou do irmão do último, o sargento-mor (“major” na linguagem de hoje) Domingos Rodrigues de Carvalho, comandante da companhia que integrava as forças de Francisco Dias d’Ávila em suas incursões nos sertões do Piauí.

O “Carvalho”, desses personagens, não tem relação conhecida com o nosso “Carvalho de Almeida” ou “Carvalho”. Veja APORTE PIRES FERREIRA, em *João de Deus Pires Ferreira, quarto-avô* (página 175).

Antônio e Ana Maria foram pais de José Carvalho de Almeida (meu quarto-avô patrilíneo).

### **José Carvalho de Almeida, meu quarto-avô patrilíneo**

Tomei de diversas fontes coincidentes para o seguinte apanhado, inclusive dos registros de meu primo Dílson Lages Monteiro, da Academia Piauiense de Letras. A primeira versão deste texto foi publicada em um jornal de Barras do Marataoã, em 2016. O artigo é aqui transcrito com retificações de fundo. Valho-me ainda, como sempre, da obra de Edgardo Pires Ferreira (no portal *parentesco.com.br*).

\*\*\*

José Carvalho de Almeida, meu quarto-avô, ou seja, avô de meu bisavô do mesmo nome inteiro, em linha masculina contínua, nasceu, em 1770, no sítio chamado Fazenda do Meio, no então vastíssimo município do Campo Maior do Surubim, na capitania do Piauí, chão que seria tempos depois do município de Barras do Marataoã. Barras era um povoado. José morreu lá, em 16 de julho de 1869, com noventa e nove anos.

O pai de José chamava-se Antônio Carvalho de Almeida; sua mãe, Ana Maria da Conceição Rodrigues de Carvalho. Antônio, pai de José, era filho de Antônio Carvalho de Almeida, o velho, e de Maria Eugênia de Mesquita Castelo Branco. Antônio, esse último, foi dos grandes proprietários e homens de poder, no final do século 17 e início do 18, na região que passaria a ser a capitania do Piauí, em especial na bacia do rio Longá.

José, aos 23 anos, alistou-se na Infantaria de Milícias. Era ainda o tempo da colônia, ano de 1793. Esteve em ação de campo por várias vezes, na consolidação da dominação colonial portuguesa. Em 1815, foi feito oficial e, em 1824, capitão. Por muitos anos, foi coronel da Guarda Nacional, no tempo do Império do Brasil. Foi ainda deputado provincial e presidente da Câmara Municipal de Campo Maior. Como homem de posses do seu tempo, foi, é o que parece, protetor dos costumes e da submissão à Igreja e a seus preceitos.

Era primo do notável Leonardo da Nossa Senhora das Dores Castelo Branco, uma vez que os dois foram netos patrilíneares (Carvalho) de Antônio Carvalho de Almeida, o velho.

Cabe cuidar da formação histórica do município de Barras do Marataoã. Importa fazê-lo para mostrar como José Carvalho de Almeida tem a ver com o assunto.

Em meados do século 18, o coronel Miguel Carvalho de Aguiar, filho de famoso Bernardo Carvalho de Aguiar, e assim possivelmente parente do nosso José (ainda que eu não saiba como) começou a construir uma capela em louvor de Nossa Senhora da Conceição, nas terras da sua fazenda Buritizinho, em meio à povoação nascente chamada “das Barras”.

Em 1759, sendo então terminada a capela em louvor de Nossa Senhora da Conceição, a fazenda Buritizinho passa a ser propriedade de Manuel da Cunha Carvalho, que se casara com Isabel da Cunha e Silva Castelo Branco, filha de Manuel Carvalho de Almeida, nosso conhecido, e Clara da Cunha e Silva Castelo Branco. Manuel da Cunha Carvalho não é referido por Pires Ferreira (2013) como parente próximo ou remoto de sua mulher Isabel. O que há de coincidência é que ele veio de Celorico de Basto, região de Braga, no norte de Portugal, ou seja, da área em que há uma concentração do apelido “Carvalho”. Conforme Pires Ferreira (2013), Manuel da Cunha Carvalho estabeleceu-se ao norte de Santo Antônio do Surubim de Campo Maior, onde implantou várias fazendas de criação de gado: Buritizinho (onde hoje está Barras do Marataoã), Alagoas (na margem do rio Parnaíba), São João (Carris Novos), Estanhadinho (hoje município de União), Riachão de Dentro, Cabeceiras, Conceição, Corredeiras (na margem do riacho de Dentro), Calção Redondo (ou Poço Redondo), São Domingos e Campo Largo.

Em 1776, quando das mortes de Manuel da Cunha Carvalho e de sua esposa Isabel da Cunha e Silva Castelo Branco, sem filhos, a fazenda Buritizinho e as demais terras e escravos passaram ao sobrinho de Manuel, de nome Manuel José da Cunha, que tinha vindo do Reino a chamado do tio. Manuel José foi filho de Antônio da Cunha e Perpétua da Cunha (conforme Castelo Branco, 2012, p. 35).

Para mais emaranhar a história, Manuel José da Cunha era casado com Ignacia Teresa Pereira Castelo Branco, filha de Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco (filho de Manuel Carvalho de Almeida) e de Ana Rosa Pereira Teresa do Lago (filha de Antônio Carvalho de Almeida, o velho). Ou seja, Ignacia era filha de pai e mãe que eram primos primeiros, e prima do nosso José Carvalho de Almeida, neto de Antônio Carvalho de Almeida, o velho.

Manuel José e Ignacia também não tiveram filhos. Ignacia morreu em 1802 e Manuel José em 1804, quando estava para casar-se com Matilde Nonata Angélica da Silva, filha do capitão Manuel Antônio da Silva Henriques, de Parnaíba (Castelo Branco, 2012, p. 35). Por testamento e atos paralelos, estando doente, logo antes de sua morte, Manuel José da Cunha nomeou procurador e administrador de seus bens o seu parente Francisco Borges Leal Castelo Branco. Esse era filho de João Borges Leal e Clara da Cunha e Silva Castelo Branco, irmã de Isabel da Cunha e Silva Castelo Branco, mulher de Manuel da Cunha Carvalho.

Entende-se que a titularidade formal do domínio sobre a fazenda Buritizinho e o resto foi passada, após a morte de Manuel José da Cunha, à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, com o encargo de a administração dos bens ser de Francisco Borges Leal Castelo Branco.

Fato é que Francisco Borges Leal Castelo Branco e Ana Rosa do Lago (de quem ainda não sabemos quem foram os pais, conforme Pires Ferreira, 2013) têm uma filha, a quem chamam Francisca, que vai assumir, em documentos, o nome inteiro Francisca Castelo Branco. Ela se casa com o nosso José Carvalho de Almeida. Como era de se esperar, José Carvalho de Almeida, por efeito de ser casado com Francisca, torna-se administrador da fazenda Buritizinho e demais bens. Pelo que se sabe, apega-se à Igreja, como devoto. Isso tudo ocorre por volta de 1819.

Em 1831, José inicia a construção de uma nova igreja para ser a matriz de Barras, em lugar da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. O novo templo é chamado do Santíssimo Sacramento.

José morre em 1869. Embora tivesse deixado instruções para ser sepultado no interior da igreja do Santíssimo Sacramento, a qual construiu, uma nova legislação proibiu que igrejas servissem como cemitérios. Assim, o corpo de José Carvalho de Almeida é enterrado no cemitério municipal até que, por interpretação feita de que José já tinha direitos adquiridos antes da nova lei, os seus restos são levados para a igreja do Santíssimo Sacramento e postos sob uma lápide com as inscrições devidas.

A velha igreja do Santíssimo Sacramento é demolida, noventa e quatro anos depois da morte de José. É substituída por uma nova construção consagrada. Quando da demolição, no entanto, os restos de José e a lápide não foram devidamente recolhidos. Perderam-se, de algum modo e para sempre.

Em 1941, por ocasião do centenário do município de Barras do Marataoã, a Câmara Municipal proclamou José Carvalho de Almeida “Patrono da Cidade”.

\*\*\*

José Carvalho de Almeida é trisavô patrilíneo de Humberto de Alencar Castelo Branco, que foi presidente da República; o primeiro do Período Militar (1964-1985). Humberto foi filho de Cândido Borges Castelo Branco (1861-1934), que foi filho de Francisco Borges de Carvalho, que foi filho de Francisco Borges de Carvalho e Almeida, que foi filho de José Carvalho de Almeida e de Francisca Castelo Branco (Pires Ferreira, portal *parentesco.com.br*)

O apelido “Castelo Branco”, que de início ocorre por conta da trisavó Francisca Castelo Branco (filha de Francisco Borges Leal Castelo Branco; vide APORTE BORGES LEAL, página 177), vai-se repetindo do lado das mães, de tal forma, que parece ter sido irresistível a tomada do antroponímico “Castelo Branco” a contar de Cândido, pai de Humberto, uma vez que o seu avô patrilíneo ainda era “Carvalho”. Cândido Borges Castelo Branco nasceu em Campo Maior, Piauí, vindo

a casar-se no Ceará, onde nasceu Humberto. Sobre o assunto da mudança de sobrenomes, ver FAMÍLIA E SOBRENOME (página 17).

### **João Francisco Carvalho de Almeida, meu trisavô patrilinear**

João Francisco Carvalho de Almeida (meu trisavô patrilinear) foi filho de José Carvalho de Almeida (quarto-avô patrilinear e também quinto-avô, pelo APORTE BORGES LEAL, a seguir) e de Francisca Castelo Branco (minha quarta-avó, com José, e também quinta-avó pelo lado Borges Leal, a seguir). Como consta de Pires Ferreira (1993), João Francisco Carvalho de Almeida nasceu na fazenda do Meio, então no município de Barras, hoje município de Luzilândia. João Francisco e Ana de Deus Pires Ferreira foram proprietários de grande número de escravizados negros, o que era, então, mais indicativo de poder econômico que as terras simplesmente.

Essa gente e agregados chamavam Ana de Deus como “Sinhá Grande”. João Francisco foi irmão inteiro de Maria Joaquina de Jesus Carvalho de Almeida, que se casou com José Pires Ferreira, neto. Este foi filho de Luiz de Sousa Fortes Bustamante de Sá Menezes e de Maria da Assunção Pires Ferreira, filha de José Pires Ferreira, meu quinto-avô, e Mariana de Deus Castro Diniz, minha quinta-avó, como em Pires Ferreira (1992).

João Francisco Carvalho de Almeida e Ana de Deus Pires Ferreira foram pais de Carolina de Deus, João Francisco, Alexandre, José Carvalho de Almeida (meu bisavô patrilinear), Liduína, Clarindo de Deus, Raimundo Vitorino, Antônio, Mariana, Rosa, Fernando, Valdivino Francisco e Lina.

### **José Carvalho de Almeida, meu bisavô patrilinear**

Meu bisavô nasceu em 01 de janeiro de 1855, na fazenda Cabeceiras, em Luzilândia, Piauí. Foi fazendeiro em Luzilândia. Casou-se em 22 de janeiro de 1877, no município de Barras, com sua prima Philomena

Rosa Borges Leal, nascida em Barras, falecida em Luzilândia. Foram testemunhas de casamento: Alexandre de Carvalho e Almeida, irmão do noivo, e Custódio Lopes Duarte. Philomena Rosa era irmã de Joaquina Clara Borges Leal, casada com Alexandre de Carvalho e Almeida. Philomena Rosa e Joaquina Clara eram filhas do Coronel Francisco Borges Leal e de Francisca Vitalina Castello Branco, e netas maternas de José Carvalho de Almeida e de Francisca Castello Branco. Ou seja, as quatro pessoas (dois irmãos e duas irmãs) tinham como avós paternos e avós maternos, respectivamente, José Carvalho de Almeida e Francisca Castello Branco.

José e Philomena Rosa foram pai de Genésio (meu avô paterno), de Antônio e de Maria Amélia.

### **Genésio de Carvalho, meu avô paterno**

Genésio nasceu em 29 de maio de 1884, em Luzilândia, Piauí, onde o pai tinha fazenda. Morreu em 23 de abril de 1919, em Barras, quando de visita ao Piauí. Foi alferes (antigo posto militar, correspondente a Tenente), na Força Pública do Estado do Paraná. Casou-se em Curitiba, Paraná, com Rosália de Avelleda Freitas (Stela), nascida em 27 de maio de 1891, em Curitiba; falecida em 27 de julho de 1972, em São Paulo. Filha do coronel do Exército Anastácio de Freitas, nascido no Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1873, e de Maria da Glória Avelleda, do Paraná. O casamento de Genésio com Rosália, filha de um oficial superior do Exército, mostra que Genésio era mais ou menos bem avaliado socialmente, ainda que forasteiro e simples alferes da Força Pública. Registre-se ainda que minha avó era uma moça muito bonita; os retratos o atestam.

Genésio foi o primeiro Carvalho de Almeida, na minha patrilinearidade, que adotou o simples apelido “Carvalho”. Isso pode parecer um rompimento com o seu passado genealógico. No entanto, tal fato me sugere que meu avô o tenha querido esconder na sua vida nova no sul do país; ao menos, imagino, enquanto não ascendesse no novo cenário social como devia muito querer. O sobrenome “Carvalho de Almeida”, penso, seria uma responsabilidade pesada demais e, ao mesmo tempo,

sem reconhecimento em Curitiba. O apelido “Carvalho de Almeida” só teria valor nas circunstâncias e espaço piauienses, não valeria no Paraná.

A história da vida de meu avô é de difícil reconstituição por falta de dados. Sei que migrou do Piauí para o Paraná antes dos seus vinte e cinco anos, em vista de alguma disputa com seu pai. Por quê? Não sei. Era o filho mais velho de José Carvalho de Almeida, e sabe-se que os filhos mais velhos ou são cordatos ou são rebeldes. Por que o Paraná? Por que não o Rio ou São Paulo? Por que um lugar tão distante?

Penso que tenha ido para Curitiba, Paraná, por lá ser então um espaço inteiramente rural, sendo nisso semelhante ao Piauí. O Rio e São Paulo já eram, na passagem do século 19 para o 20, centros em transformação. Outro motivo para a escolha do Paraná, pode ter sido alguma recomendação de alguém influente. Como assim?

Edgardo Pires Ferreira, em recente conversa comigo, remeteu à possibilidade da intercessão do marechal Firmino Pires Ferreira (nascido em Barras, PI, em 1848; falecido, no Rio de Janeiro, em 1930). Firmino, militar brilhante, foi um dos mais notáveis personagens do Congresso Nacional, onde esteve por mais de trinta anos como senador, no tempo em que o Rio de Janeiro era a capital federal.

Como Edgardo pondera, o Marechal poderia ter levado Genésio a essa definição e o ter ajudado inclusive para seu casamento com uma filha de um oficial do Exército. O Marechal era homem generoso e permanentemente atento aos seus parentes, correligionários e apoiadores no Piauí; dava auxílio a todos que o procurassem.

No caso de Genésio, a intercessão seria ainda mais esperada, pelo fato de Firmino e Genésio serem parentes próximos. Meu avô era bisneto de José Carvalho de Almeida e Francisca Castelo Branco; Firmino era neto do mesmo casal, uma vez que sua mãe Maria Joaquina de Jesus Carvalho de Almeida (sendo pai José Pires Ferreira, neto) era irmã de João Francisco Carvalho de Almeida, avô paterno de Genésio. Genésio também era do sangue Pires Ferreira; neto que era de Ana de Deus Pires Ferreira (mulher de João Francisco, seu avô). Ana de Deus, por via do pai João de Deus Pires Ferreira, era neta de José Pires Ferreira, o velho, bisavô de Firmino. Para ainda mais aproximar: Firmino era casado com sua prima Lina Pires Ferreira, sobrinha do referido João de Deus Pires Ferreira, bisavô de



Genésio (site *parentesco.com.br*, com retificações a Pires Ferreira, 1992, p. 18, 195 e 196).

O fato é que Genésio voltou ao Piauí em visita, em 1919, com a mulher Rosália e cinco filhos menores de sete anos: Oswaldo, Ondina, meu pai Orival, Odilon e Genésio. A viagem foi, ao que tudo indica, para que Genésio mostrasse aos seus o seu sucesso material e social no Sul; de algum jeito que eu desconheço, as coisas vinham dando certo.

No entanto, em alguns dias de chegados à casa paterna, Genésio morreu de algum tipo de complicação com a comida, é o que ouvi falar. Em seguida à morte do marido, minha avó Rosália voltou a Curitiba, Paraná, com os cinco filhos. Voltou irritada com os fatos, e nunca deu uma palavra sobre Genésio e sobre a tradição piauiense que os filhos teriam como legado genealógico. O que Genésio vinha construindo desapareceu por desconhecimento e falta de cuidado da jovem viúva. Rosália, inclusive, desinteressou-se pela sucessão econômica do que poderia haver no Piauí. Os filhos foram criados em internato religioso até a adolescência.

Houve um corte com o Piauí e com tudo que ele pudesse ser narrativa do passado intergeracional dos cinco filhos. A memória do Piauí, da vida e das origens dos Carvalho foi reconstruída por meu pai e seus irmãos por contatos com seu tio paterno Antônio e cartas com os parentes. O marco principal dessa memória refeita foi o avô José Carvalho de Almeida e o bisavô João Francisco Carvalho de Almeida e, atingiu, sem nitidez, ao pai desse último, José Carvalho de Almeida, como uma espécie de patriarca, mas sem que nada se soubesse com clareza.

A dita memória eram, como eu pude perceber em conversas com meu pai e meus tios Oswaldo e Odilon, *flashes* rapidíssimos, sem nenhuma consistência, como se lhes bastassem saber que, de algum modo, vinham de gente importante de uma região sem prestígio no Sul e no Sudeste. A relevância social das pessoas em Curitiba, no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde viveram meu pai e seus irmãos era certamente medida pelas referências locais e nacionais, e não as do Piauí. Soaria estranho que alguém se quisesse promover por conta de uma genealogia de fazendeiros e produtores de carne seca do pobre Piauí. É o que imagino.

## Orival de Carvalho, meu pai

Meu pai nasceu em Ponta Grossa, Paraná, em 5 de outubro de 1914; faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de julho de 2001. Casou-se em 15 de agosto de 1944 com minha mãe Lia de Abreu Sodré, nascida em 2 de dezembro no Rio de Janeiro; falecida em 10 de outubro de 2004, também no Rio de Janeiro; professora do ensino primário municipal e artista plástica. Lia era filha de Feliciano Pires de Abreu Sodré e de Maria Hortência de Villanova Machado, ambos do estado do Rio de Janeiro.

Meu pai gostava da sua origem piauiense e da gente de lá. Conversávamos sobre isso. Foi, por certo, meu pai quem me trouxe interesse pelo assunto. Ainda que Orival mostrasse gosto por suas origens no Norte do Piauí, a sua herança genealógica vinda de lá era de pouco ou nenhum peso no Rio de Janeiro, onde passou a residir. Isso ainda mais ocorria por não lhe ter sido passada pelo pai Genésio, que morrera quando Orival tinha quatro anos, e muito menos pela mãe Rosália. Era uma memória construída pelo seu desejo de passado. Quando meu pai casou com minha mãe, a força local, refiro-me ao Rio de Janeiro, da tradição de sua mulher obscureceu, como eu pude presenciar, o nordestino que estava escondido nele. Meu pai, homem afetuoso, admirava-se das conversas com minha avó Maria Hortência e dos casos do seu marido Feliciano, meu avô, e dos demais seus próximos. Eram assuntos que tinham lastro nos lugares e nas narrativas em geral do Rio de Janeiro e no plano nacional. Minha avó era muito amiga de meu pai e ele, um filho para ela. Dona Maria Hortência vivia conosco (ou nós com ela) desde sempre, sendo minha mãe a sua filha caçula. O casamento de meus pais coincidiu com a morte de meu avô Feliciano.

Por todas essas circunstâncias, o “Sodré” se impôs como fio genealógico principal, em detrimento do desconhecido “Carvalho”.

Ver quadro *Ascendência patrilinear de José Carvalho de Almeida, meu bisavô, pai de meu avô Genésio de Carvalho* (página 192)

## **Aportes ao Carvalho patrilinear**

Quando falo em “aportes ao Carvalho patrilinear”, quero mostrar, a seguir, que a cada casamento de um Carvalho, ao menos até o final do século 19, houve um reforço de posicionamento social ou de busca para ascender, um pouco que fosse, nos planos do econômico, do mando e da imanência. São alianças entre famílias proprietárias, de muito mando e prestígio social; tudo em dada hierarquia social: a da sociedade do norte do Piauí.

Em contraponto, circunstâncias novas, como a de passar a viver, sem qualquer proteção, em uma outra hierarquia que não a do norte do Piauí, como a do Paraná e do Rio de Janeiro, como ocorreu ao meu avô Genésio e a meu pai, fizeram com que houvesse transformações severas.

O nosso sobrenome “Carvalho” todo tempo se manteve, durante os séculos 18 e 19, mesmo que as pessoas devam ter sido tentadas a se chamarem “Castelo Branco”, como muitos primos o fizeram, sabendo-se que Castelo Branco era tido, com verdade ou não, como uma marca de fidalguia. Isso indica que os pesos econômico, de mando e da imanência da minha patrilinearidade foram suficientemente significativos para preservar o “Carvalho”. Só no século 20, quando meu pai já estava despido de qualquer poder econômico, de mando e simbólico vindo da herança Carvalho, já cortada por seu pai Genésio, a poderosa herança matrilinear “Sodré” ou “Abreu Sodré” se impõe. Lia e Orival estavam no Rio de Janeiro, e seus filhos Gilberto, Maria Lúcia e Sílvia Maria nasceram e cresceram lá.

### **Aporte Rêgo Barra - Castelo Branco**

Dentro dos critérios que estabeleci para contar a história do “Carvalho” específico que me interessa, a importância da tradição “Castelo Branco” está moldada, ou existe, na feição que chamo de “Rêgo Barra”. Ou seja, não haveria o aporte Castelo Branco se João

Gomes do Rêgo Barra (meu sétimo-avô) não se tivesse unido a uma filha de Dom Francisco de Castelo Branco (meu sétimo, oitavo e nono-avô por diversos caminhos ascendentes). Desse modo, o primeiro antepassado que trago para esta seção é João Gomes do Rêgo Barra. Como se verá adiante, no corpo do texto, o possível conteúdo da tradição Castelo Branco estava frágil em Dom Francisco de Castelo Branco; e mais ainda abstrato no repasse desse pouco por suas filhas.

### **João Gomes do Rêgo Barra, meu sétimo avô**

Valho-me dos achados de Reginaldo Miranda, e, em especial do seu artigo, de 2017, *Capitão-mor João Gomes do Rêgo Barra*, publicado no portal Entretextos. O fato é que Reginaldo me deu esse antepassado. Ocorria de, antes das suas descobertas, os autores assumirem em seu lugar um “João Gomes do Rêgo Barros” que seria oriundo da gente ilustre pernambucana.

João Gomes do Rêgo Barra foi um dos principais personagens da fundação da Parnaíba. Foi português, e seu nome “Barra” parece ser uma alcunha, talvez por ter tido domicílio na barra do rio Parnaíba. É provável que, de início, se tenha chamado “da Barra”, a dizer o João Gomes “da barra do rio Parnaíba”.

João Gomes do Rêgo Barra foi procurador do abastado Pedro Barbosa Leal, morador na cidade da Bahia e sócio da Casa da Torre. Chega ao Piauí, em 1711, sob ordens de Pedro Barbosa Leal, funda fazendas e uma povoação com o nome de Nossa Senhora de Monserrate, depois conhecida como Vila da Parnaíba ou Vila Velha do João Gomes. Ali instala oficinas de charque e couro. Explora, por certo, a extração de sal para a salga das suas carnes. Antecedeu a João Paulo Diniz e José Pires Ferreira na grande pecuária do gado vacum e na indústria da carne seca.

Em 1711, Pedro Barbosa Leal, o representado de João Gomes do Rêgo Barra, solicita à Cúria de São Luís do Maranhão licença para construir uma capela sob a invocação de Nossa Senhora de Monserrate, no novo povoado desse mesmo nome, obtendo resposta favorável em 11 de julho do mesmo ano.

Em 16 de dezembro desse ano de 1711, João Gomes do Rêgo Barra é nomeado para exercer por três anos a patente de capitão-mor

da assim chamada Vila de Nossa Senhora de Monserrate, na foz do rio Parnaíba. Foi feito fidalgo da Casa Real. Essa nomeação foi de suma importância para a conservação das fazendas e consolidação da povoação, porque estava tendo início o levante geral dos indígenas que sacudiria os sertões do Piauí e do Maranhão.

Durante a levante geral dos índios (1712-1717), João Gomes lutou ao lado do mestre-de-campo Antônio da Cunha Souto Maior, combatendo os indígenas no norte do Piauí. Em face do grande êxito dos seus atos na guerra, em 14 de julho de 1725, recebeu do governador-geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão uma sesmaria na área antes ocupada pelos índios vencidos, com duas léguas de comprido e duas de largo, que abrangiam a ilha Grande (depois ilha Grande de Santa Isabel), entre o rio Igarauçu e a chamada barra do rio Parnaíba. Pediu também sesmaria de terras junto ao riacho Pirangi, que nasce na serra da Ibiapaba e entra no rio Parnaíba. Nesses vales, João Gomes já criava, havia mais de dez anos, um rebanho de cerca de duas mil cabeças de gado vacum. Estranhamente, não obteve a outorga, mas continuou na posse da área.

Independentemente do como tudo ocorreu, ao morrer, deixou muitos bens, em terras e escravos.

\*\*\*

João Gomes do Rêgo Barra nasceu em 1676, na freguesia de São Lourenço de Sande, termo de Guimarães, arcebispado de Braga, no norte de Portugal. Foi batizado na igreja matriz, em 12 de abril daquele ano, pelo vigário Antônio Pereira. Foram seus pais: Francisco Dias de Carvalho (observe-se que o apelido “Carvalho” era comum entre a gente do território do arcebispado de Braga) e sua mulher Maria Francisca do Rêgo. A mãe Maria Francisca era filha do frei Jerônimo Rodrigues, abade do pequeno e muito antigo convento beneditino de Mazarefes, freguesia junto ao mar, em Viana do Castelo, à margem esquerda do rio Lima. Os padrinhos foram Antônio Rodrigues de Carvalho, de Mazarefes, e Páscoa Francisca (sua tia materna), também de Mazarefes.

João Gomes passou a infância e a adolescência em Mazarefes, na companhia e sob a orientação do seu avô materno, o abade Jerônimo Rodrigues. De lá mudou-se para Lisboa e, depois, para a cidade da

Bahia. Chegou à Bahia por volta de 1696, e foi viver em companhia de dois jesuítas: o seu irmão Francisco Gomes, que ministrava aulas de Gramática e o seu primo Domingos Gomes. Esse último, Domingos Gomes, foi administrador das fazendas da Companhia de Jesus, no Piauí. Escreveu um relatório denominado *Notícias do Piauí*, que foi copiado, interpretado e publicado por Reginaldo Miranda, em 2011.

João Gomes parece ter sido pessoa com boa instrução, o que se conclui por ter estado sob a orientação de seu avô, o abade frei Jerônimo Rodrigues, e por ter dois irmãos jesuítas.

O capitão-mor João Gomes do Rêgo Barra, convolveu núpcias em 1711 ou 1712, em São Luís do Maranhão, com Ana Castelo Branco de Mesquita, natural de Lisboa, filha de Dom Francisco de Castelo Branco e de Maria Eugênia de Mesquita. Foram filhos desse casamento, sem discussão, apenas dois: Maria Eugênia de Mesquita Castelo Branco (que se casa com Antônio Carvalho de Almeida, meu sexto-avô patrilíneo) e João do Rêgo Castelo Branco, famoso na guerra aos índios, em que por certo excedeu o seu pai.

João Gomes, viúvo de Ana, casa-se com a irmã da falecida, Maria do Monserrate Castelo Branco. Filhas: Francisca do Monserrate Castelo Branco, Ana do Monserrate Castelo Branco, Florência do Monserrate Castelo Branco e talvez uma quinta filha, de quem não se sabe o nome.

João Gomes de Rêgo Barra morreu depois de 1725, em Parnaíba.

**Dom Francisco de Castelo Branco,  
meu sétimo, oitavo e nono avô, por vários caminhos**

O aporte “Castelo Branco” a “Carvalho de Almeida” e a “Carvalho” (especificamente o Carvalho que aqui se examina) se dá por via de duas das três filhas de Dom Francisco de Castelo Branco — Ana Castelo Branco de Mesquita e Clara da Cunha e Silva Castelo Branco — que se casaram com João Gomes do Rêgo Barra e com Manuel Carvalho de Almeida, respectivamente. As descendências desses se imbricam com o que chamo da tradição patrilíneo Carvalho, que aqui estudamos, como aportes por via das mulheres. A terceira filha de Dom Francisco e Maria Eugênia de Mesquita, de nome Maria do Monte Serrate Castelo Branco, também se casou com João Gomes do Rêgo Barra, em seguida à morte

de sua irmã Ana, mas sua descendência com o referido João Gomes do Rêgo Barra não nos importa, uma vez que não cruza, até onde sei, com Carvalho.

No plano patrilinear do Carvalho, de que aqui trato, a ligação se faz logo com Antônio Carvalho de Almeida (meu sexto-avô patrilinear) que se casa com uma filha de João Gomes do Rêgo Barra e Ana Castelo Branco de Mesquita, de nome Maria Eugênia de Mesquita Castelo Branco (minha sexta-avó), neta de Dom Francisco de Castelo Branco e Maria Eugênia de Mesquita.

\*\*\*

A origem da tradição “Castelo Branco”, no Piauí, decorre de Dom Francisco de Castelo Branco (várias vezes meu antepassado), que se apresentava e era reconhecido, em documentos, como “Dom Francisco de Castelo Branco”. É esse ponto — o uso pessoal e o acatamento social do nobiliárquico “dom”, por parte de Francisco — que opera em favor de Dom Francisco de Castelo Branco ter sido efetivamente um varão Castelo Branco da Casa de Pombeiro, e não alguém que simplesmente portasse um apelido que remetesse à vila e depois cidade de Castelo Branco. Sobre outros pontos da sua biografia, como construída pelos seus descendentes de mesmo sobrenome, há inconsistências evidentes; o que se verá adiante.

Dom Francisco, em seguida à sua viuvez de Maria Eugênia de Mesquita (mãe de suas três filhas), teve um filho homem no Maranhão: Manuel de Castelo Branco. Em discussão no site Genea Portugal, sabe-se que a mãe desse Manuel foi Mércia de Monterroyo; o que é documentado quando Mércia peticiona, em 1732, antes da morte de Dom Francisco, em 1733, por indenização pelos petrechos de guerra do marido.

Manuel Castelo Branco, natural de São Luís do Maranhão, seguiu a carreira militar, iniciada em 20 de agosto de 1727, sentando praça de soldado e passando sucessivamente aos postos de cabo de esquadra, ajudante de granadeiros, alferes e capitão de infantaria de uma das companhias de São Luís do Maranhão (conforme Reginaldo Miranda em AHU-ACLCU 009 - Cx. 32. D. 3299; Cx. 39. D. 3837; Cx. 45 – D. 4386).

Em trabalho publicado na internet, em portais de Teresina, como o de Elmar Carvalho e no Entretextos, no ano de 2017, o historiador Reginaldo Miranda narrou, com isenção, a vida de Dom Francisco, sob o título *Dom Francisco de Castelo Branco*. Abaixo, vou usar o texto de Reginaldo Miranda como eixo para cuidar desse personagem, ainda que eu vá interferir com comentários e contraditá-lo em pontos importantes.

\*\*\*

De início, é importante observar é que Dom Francisco foi alguém que pretendia, ao que parece, viver na América Portuguesa e por aqui ficar.

A progressão nas patentes militares nos séculos 17 e 18, neste em boa parte, era de se ir adiante nos postos a contar de soldado raso. Aprendia-se no serviço, e não em escola. A exceção disso começou a ocorrer na Europa, em geral, em meados do século 18, especialmente para efeito dos aspirantes das armas de Artilharia e Engenharia, muito dependentes de conhecimento formal de matemática e física. Os oficiais de Infantaria e Cavalaria continuaram “tarimbeiros” que avançavam na hierarquia conforme fossem protegidos dos poderosos ou mostrassem persistente bravura e qualidades de chefe (ver artigos sobre “educação militar em Portugal”). Não importava que o soldado raso que sentava praça fosse de origem humilde ou fosse fidalgo, o adestramento e a formação eram feitos na caserna; os nobres, com certeza, com as suas regalias para efeito de folgas e menor exposição ao perigo e ao cumprimento de tarefas servis.

Dom Francisco foi militar; de soldado a capitão de infantaria, patente com a qual findou a vida, após muitas décadas de serviço ativo. Não foi protegido, em nenhum momento, pelos Castelo Branco da Casa de Pombeiro, ou por nenhuma gente. Aparentemente, não mostrou qualidades notáveis de bravura ou de discernimento na profissão da guerra que o fizessem ser visto com reconhecimento pela governação régia.

Também não foi plantador de fazendas, seja no Maranhão, seja no Piauí. Reginaldo Miranda atesta que Dom Francisco não foi um perso-



nagem piauiense, uma vez que não se instalou ou mesmo teve morada no Piauí. Ou seja, não assentou fazendas na freguesia de Santo Antônio do Surubim de Campo Maior, como alguns dizem. Foram os maridos de suas filhas Ana e Clara que o fizeram: João do Rêgo Barra e Manuel Carvalho de Almeida, respectivamente. Não houve, ao tempo, sesmarias ou terras adquiridas por mulheres, como titulares.

Em suma, ao que tudo indica documentalmente, Dom Francisco se restringiu a ser capitão de infantaria em São Luís do Maranhão e aos proventos regulares que tinha. Não teve qualquer atividade empreendedora como fazendeiro, industrial do charque, por exemplo, ou mercador.

Reginaldo Miranda escreve que Dom Francisco, nos documentos conhecidos que firmou, nunca faz menção à Casa de Pombeiro, que por via de Dom Pedro de Castelo Branco da Cunha tinha alçado à dignidade de casa condal. Dom Pedro era filho primogênito de Dom Antônio de Castelo Branco da Cunha, 11<sup>o</sup> senhor de Pombeiro, e de D Maria Correa da Silva, 6<sup>a</sup> senhora de Belas, a seu direito próprio. Observe-se que o novo conde Dom Pedro, primogênito, herdou tudo que teve dos pais (Antônio e Maria), dentro das regras da sucessão dos senhorios e bens vinculares.

Na verdade, o referido Dom Francisco de Castelo Branco, que veio ao Novo Mundo, não foi irmão de Dom Pedro, como os genealogistas piauienses dizem. Ou seja, não foi filho de Dom Antônio de Castelo Branco da Cunha, 11<sup>o</sup> senhor de Pombeiro. Por certo, é o que os autores em geral escrevem, mas isso não é verdade. Apenas Edgardo Pires Ferreira (2008 e 2013) mostra, ainda que com alguma timidez, esse fato: Dom Francisco de Castelo Branco não foi filho de Dom Antônio e de Maria da Silva, ou Maria Correa da Silva.

Por que isso? Porque, ao que pesquisei, o suposto e inverdadeiro pai, Dom Antônio de Castelo Branco da Cunha, nasceu cerca de 1580 (conforme Pires Ferreira, 2013, e Genea Portugal); e morreu com cerca de quarenta e cinco anos, em 1625, ao regressar ao Reino em seguida à sua participação na reconquista da Bahia aos holandeses (conforme o confiável site Portugal – Dicionário Histórico, em Pombeiro – *D. Pedro de Castelo Branco da Cunha, 1<sup>o</sup> visconde de Castelo Branco e 1<sup>o</sup> conde de Pombeiro*). Assim, tendo Dom Antônio morrido em 1625, não foi pai de

Dom Francisco de Castelo Branco, que nasceu em 1660, como escreve Reginaldo Miranda, ou cerca de 1649, como está em Pires Ferreira (2013).

De rigor, quando ainda não se revelara que Dom Antônio de Castelo Branco da Cunha morreu no ano de 1625, a crença da genealogia piauiense era de que Dom Francisco de Castelo Branco fora filho de Dom Antônio, este nos seus 80 anos de idade e de uma mãe anciã de uns 70 anos, a dona Maria Correa da Silva. Isso, se considerarmos o ano de 1660 como o do nascimento de Dom Francisco.

Outro ponto. O texto de Reginaldo registra, equivocadamente, que Dom Francisco de Castelo Branco teria nascido no Palácio Pombeiro, na freguesia dos Anjos, em Lisboa, em 1660. Ocorre que o Palácio Pombeiro só foi construído no início do século 18, pelo 3º conde de Pombeiro, Dom Pedro de Castelo Branco da Cunha Correa e Menezes (n. 1679, m.1733), que assumiu a chefia da sua Casa, em 1696. Essas informações estão no site *Lisboa Antigamente*. Isto posto, o nosso Dom Francisco de Castelo Branco não nasceu no Palácio Pombeiro.

Na verdade, Dom Francisco de Castelo Branco é um personagem “desentroncado”, de quem pouco se sabe. Filho de quem seria Dom Francisco, caso seja mesmo um rebento da Casa de Pombeiro? Poderia ser filho do próprio Dom Pedro, o 1º conde de Pombeiro, ou do seu irmão Dom Francisco da Cunha Castelo Branco (em quem os genealogistas piauienses quiseram identificar o nosso Dom Francisco), o secundão de Dom Antônio e dona Maria.

A origem de Dom Francisco de Castelo Branco na Casa de Pombeiro é possível, mas não é por ser rebento de Dom Antônio. Penso que possa ter sido filho natural de Dom Pedro, ou de seu irmão Dom Francisco da Cunha Castelo Branco. É preciso encontrar o assentamento de batismo de Dom Francisco de Castelo Branco; só lá se poderá ter alguma luz.

O fato é que Dom Francisco não mencionava, como se fazia então, sua origem nobre nas petições que subscrevia, conhecidas por Reginaldo Miranda. Usavam-se fazer essas menções quando se tinha lastro na verdade. Ser nobre era argumento jurídico decisivo para a sustentação de qualquer pedido à governação régia. Em contraponto,

há elementos em apoio à fidalguia de Dom Francisco: ele casou-se, em 1681, com alguém de qualidade, como Maria Eugênia de Mesquita, filha de Manuel Pinheiro de Mariz, herdeiro do morgado e capela das Marinhas, e Eugênia Maria de Mesquita, conforme Pires Ferreira (2018). Isso mostra que Dom Francisco não era alguém do povo. Por certo, era bem-nascido, como também atesta sua condição de moço fidalgo da Casa Real.

\*\*\*

Dom Francisco de Castelo Branco, no ano de 1687, já casado havia tempos e homem maduro, ingressou na carreira militar. Sentou praça de soldado a cavalo, na Companhia do Comissário Geral Dom Manuel de Azevedo, da guarnição de Lisboa. Lá serviu por mais de oito anos, quando se mudou com a família para a cidade da Paraíba, hoje João Pessoa, então pertencente a Pernambuco, no ano de 1695. Na Paraíba, passou a sargento comum; isso vai até 1699. Reginaldo dá as fontes documentais de tudo nos arquivos portugueses.

Havia disputa entre Portugal e a França, ao final do século 17; os franceses ameaçavam reconquistar o Maranhão. Assim, por carta de 28 de novembro de 1699, do Conselho Ultramarino, Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, governador e capitão geral de Pernambuco, foi autorizado a organizar e enviar ao Maranhão duas companhias com a lotação de cem homens e sob o comando de um capitão cada uma. Isto posto, um dos dois postos de capitão coube a Dom Francisco de Castelo Branco, por ato do governador de 20 de março de 1700. Reginaldo a tudo documenta.

Nestas circunstâncias, Dom Francisco embarcou com a esposa e suas três filhas menores em um dos navios, que seguia com a tropa de que era capitão, com destino a São Luís do Maranhão. No entanto, *“chegando à barra deste porto, foi Deus servido que se perdesse o navio em que vinham, por cuja causa morreram afogadas quarenta e tantas pessoas, entre as quais morreu também sua mulher, e ficou com três filhas fêmeas sem remédio algum, porquanto se perdeu todo o seu cabedal que trazia em o dito naufrágio”*, escreveu Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador e capitão general do Estado do Maranhão, em 27 de abril de 1701.

Nesse mesmo sentido, a certidão de 10 de setembro de 1701, emitida por Fernão Carrilho, tenente-general da praça da cidade de São Luís do Maranhão, com quem Dom Francisco serviu:

Certifica que por ordem do dito Senhor, vinham duas companhias de cem homens cada uma, de socorro para esta praça, da Capitania e Estado de Pernambuco, em uma das quais veio por capitão Dom Francisco de Castelo Branco, com toda a sua casa e família; e porque foi Deus servido que o navio que os conduziu se perdeu em a barra deste porto, donde morreram trinta e tantas pessoas, e nesse conflito morreu também a mulher do sobredito capitão, e me consta que perdeu juntamente toda quanta fazenda e cabedal trazia, e ficou só com três filhas fêmeas... (AHU. ACL. CU 009. Cx 015. Doc. 1529).

Dom Francisco escreve, em 1716, que:

[...] embarcara no ano de 1700 no navio Santo... e São Caetano com mulher e filhas e toda a sua fazenda para o dito Estado, e chegando ao boqueirão da barra da cidade de São Luís do Maranhão se fez em pedaços o dito navio em um recife de pedras em que salvou a vida e a de três filhas, perdendo mulher e toda a fazenda que trazia, ficando sem ter com que se sustentar, por serem os soldos limitados. (AHU. ACL. CU 009. Cx 011. Doc. 1169).

A viuvez de Dom Francisco não durou muito. Em 10 de setembro de 1701, contrai matrimônio com Mércia de Monterroyo, com quem teve o filho Manuel de Castelo Branco.

Dom Francisco, depois do naufrágio, toma posse efetiva do seu posto de capitão, em 11 de outubro de 1700, percebendo o soldo estipulado aos oficiais dessa praça. Passa a sargento-mor (major, na terminologia militar de hoje), em 15 de maio de 1702, por patente do tenente-general Fernão Carrilho. O posto estava vago por falecimento do sargento-mor Lucas da Silva Serrão. No entanto, Dom Francisco não demorou no posto, pois teve baixa nos soldos por ato do governador e capitão-general Dom Manuel Rolim de Moura, até segunda ordem de Sua Majestade, retornando, assim, tristemente, ao posto anterior,

de capitão (AHU. ACL. CU 009. Cx 015. Doc. 1529), no qual ficou até morrer.

Correm os anos.

Em 1726, Dom Francisco vivia, com sua mulher e filhos, em estado de pobreza:

Certifico em como Dom Francisco de Castelo Branco, Moço Fidalgo da Casa de Sua Majestade, que Deus guarde, está há muitos anos servindo o posto de Capitão de Infantaria” – Antonio de Sousa Sá, Ajudante Reformado, em 30.7.1726. [...] Ele suplicante e toda a sua família viviam de esmolos que lhe faziam os reverendos padres da companhia desta cidade e com que lhe fazem algumas vezes todos os mais conventos que há nesta referida cidade, e principalmente lhe assiste o senhor governador João da Maia da Gama, com o necessário com muita grandeza, porquanto o seu soldo lhe não chega para se vestirem e calçarem, pelo excessivo preço que cá costumam vender, e outrossim em como o suplicante é um homem já velho e achacado, porém muito digno, e capaz nos parece ser de toda a mercê e honra que Sua Majestade que Deus guarde for servido fazer-lhe (certidão foi emitida pelo Frei José da Anunciação, confessor e guardião do Convento de Santo Antônio da cidade de São Luís do Maranhão, em 10.6.1726).

Dom Francisco tenta recompor-se a si e aos seus. Em 23 de julho de 1726, declara que está no posto de capitão há quase trinta anos, pouco mais ou menos, e pede para ser provido como Capitão-mor do Ceará ou da cidade de Belém do Grão-Pará ou da cidade de São Luís do Maranhão. Pede, outrossim, que lhe faça mercê do soldo que lhe tinha sido concedido pelo tenente-general Fernão Carrilho, em 1702 (observe-se que vinte e quatro anos antes), e, no caso de não ter efeito o que pedia, que ao menos lhe fosse dado o posto de sargento-mor (como já dito, major, na nomenclatura de hoje) de São Luís do Maranhão, com o mesmo soldo que tinha o defunto Custódio Pereira, sargento-mor. No entanto, esses pleitos não foram deferidos, permanecendo Dom Francisco como capitão (AHU. ACL. CU 009. Cx 015. Doc. 1529).

Dias após esse requerimento, em carta datada de 27 de julho, Dom Francisco envia outra carta ao secretário do Conselho Ultramarino, André Lopes de Lavre, dizendo que sua saúde

é de presente muito pouca, porquanto fico de cama, sangrado e purgado, com pouca esperança de melhora pelos exemplos que vejo nesta cidade de São Luís do Maranhão, em a qual tem morrido muita gente de catarro, porquanto é com o ânimo de peste, de que Deus nos livre e a todos os fiéis cristãos. Ora meu Senhor, V. Sa., pelas chagas de Jesus Cristo, me valha com o seu amparo tendo de mim piedade, misericórdia e compaixão, e a melhor ocasião que me parece para esta concessão é a das endoenças e de dia de Reis. V. Sa., me perdoe pelo amor de Deus, essa demasiada confiança que são ditícios da doença, e Deus guarde a V. Sa., muitos anos e a todos esses meus senhores para lhe fazerem grandes serviços, e a este seu criado muitas mais honras e esmolas. Cidade de São Luís do Maranhão, 27 de julho de 1726 (AHU.ACL. CU 009. Cx. 15. Doc. 1531).

Em 16 de maio de 1730, o governador e capitão-general do Maranhão, Alexandre da Costa Freire, informa ao Conselho Ultramarino que Dom Francisco de Castelo Branco e Francisco da Silva, capitães de infantaria paga da capitania de São Luís, acham-se incapazes de continuar no serviço de Sua Majestade, *“o primeiro por ser velho e entrevado, o segundo por ser decrépito em razão da muita idade que tem”*.

O Conselho decide, em 28 de junho do ano seguinte, *“conceder-lhes o seu intertenimento (do castelhano: meios de sobreviver), pois não será razão que tendo-se empregado no serviço de Vossa Majestade, deixem agora de ter com que se possam alimentar os últimos anos da sua vida.”*

Dom Francisco é afastado formalmente do serviço militar ativo em 28 de junho de 1731 (AHU.ACL. CU 009. Cx. 18. Doc. 1916).

Faleceu em 1733.

\*\*\*

Como entender a fragilidade econômica e a tristeza de Dom Francisco de Castelo Branco em conjugação com a prosperidade de

suas filhas no Piauí? O que teria havido com Ana Castelo Branco de Mesquita que se casou com João Gomes do Rêgo Barra, e com Maria do Monte Serrate Castelo Branco (que se casou com o mesmo João Gomes do Rêgo Barra, em seguida ao passamento da irmã Ana)? Ou com Clara da Cunha e Silva Castelo Branco, mulher de Manuel Carvalho de Almeida?

A resposta possível é a de que as três irmãs não se tenham entendido como Mércia de Monterroyo, a segunda mulher de seu pai. A pobreza em que se afundou Dom Francisco deve ter sido, em alguma medida, decorrente dos atos de Mércia, eu imagino.

João Gomes do Rêgo Barra se casa com Ana, e em seguida da morte dessa, com sua irmã Maria do Monte Serrate, em São Luís do Maranhão. Do mesmo modo, foi em São Luís que Manuel Carvalho de Almeida casou-se com Clara. Todos os casamentos, provavelmente, entre 1710 e 1715 (Pires Ferreira, 2013). Pode-se assumir que até então tenha havido um convívio satisfatório entre as três filhas da finada Maria Eugênia de Mesquita com a madrastra Mércia de Monterroyo. Depois disso, no entanto, as três filhas não devem ter mais dado atenção ao pai, cada vez mais velho e carente emocionalmente, como ele mesmo escreve de si e no que dizem dele.

Dom Francisco deve ter se casado com Mércia, em 1701, logo em seguida ao naufrágio, para que ela cuidasse das suas três filhas. Em sequência à ida de todas as irmãs para o Piauí, parece, a vida de Dom Francisco parece ter se resumido à esposa nova e ao filho pequeno, Manuel.

Concluo que as três Castelo Branco eram moças pobres de boa estirpe, a ponto de terem sido do interesse de homens que afluíam socialmente e precisavam de esposas de qualidade. Pode ser, eu o imagino, que esse trunfo das três mulheres, o da alguma fidalguia, fez com que, logo, os netos e bisnetos de Dom Francisco o valorizassem muito além do que a sociedade o fez no tempo de vida do capitão.

O fato é que os piauienses que adotaram o sobrenome Castelo Branco tornaram-se notáveis em todos os setores da vida social. A boa sorte os levou, em contraste com a desdita de Dom Francisco.

## **Aporte Rodrigues de Carvalho**

Antônio Carvalho de Almeida, filho, casou-se com Ana Maria da Conceição Rodrigues de Carvalho, nascida em Barras, atualmente Batalha, falecida em Barras. Castro (2014, p. 449) sugere que Ana Maria da Conceição Rodrigues de Carvalho (minha quinta-avó e esposa de Antônio Carvalho de Almeida, filho, meu quinto-avô patrilinear) seria irmã de José Rodrigues de Carvalho, pai de Clarinda Maria de Jesus Rodrigues de Carvalho e de Lina Carlota de Jesus Rodrigues de Carvalho, esposas de João de Deus Pires Ferreira e Antônio Pires Ferreira, respectivamente (Castro, 2014, p. 450).

No que importa ao aporte Rodrigues de Carvalho para a patrilinearidade do Carvalho que aqui estudo, tem-se, como em Castro (2014, p. 449), que Ana Maria da Conceição Rodrigues de Carvalho poderia ser irmã de José Rodrigues de Carvalho. O fato de Ana Maria ter casado com Antônio Carvalho de Almeida, filho, mostra que ela devia ser filha de gente de prestígio, como o caso dos Rodrigues de Carvalho. Como escreve Valdemir Miranda de Castro, José e Ana Maria seriam descendentes do capitão de infantaria Francisco Rodrigues de Carvalho, com patente desse posto passada em 1674; e/ou do irmão do último, o sargento-mor Domingos Rodrigues de Carvalho, comandante da companhia que integrava as forças de Francisco Dias d'Ávila em suas incursões nos sertões do Piauí.

## **Aporte Pires Ferreira**

Edgardo Pires Ferreira, o mais notável genealogista brasileiro da contemporaneidade, é autor de uma magnífica obra em seis grossos volumes, publicados desde o final dos anos 80 do século passado. O trabalho de Edgardo, de nome *A mística do parentesco* (vide Referências) foi usado intensamente por mim neste segmento, mas também no resto desta obra, no que importa a Carvalho de Almeida, Castelo Branco, Pires Ferreira e Borges Leal. Edgardo tem um site ([www.parentesco.com.br](http://www.parentesco.com.br)) no qual toda sua obra está à disposição para consulta, sendo a mesma atualizada com novos dados a todo o tempo.



\*\*\*

O aporte Pires Ferreira é uma novidade na tendência geral dos meus antepassados Carvalho em se casarem entre primos. Trata-se de algo novo em termos de tradição. Ocorre por via do casamento de João Francisco Carvalho de Almeida (meu trisavô patrilíneo) com Ana de Deus Pires Ferreira (minha trisavó); sendo pais desta, João de Deus Pires Ferreira e Clarinda Maria de Jesus Rodrigues de Carvalho, meus quartos-avós. João de Deus era filho de José Pires Ferreira e de Mariana de Castro Diniz, meus quintos-avós. João Paulo Diniz (sexto-avô) foi sogro de José Pires Ferreira.

A escrita deste segmento, sobre o aporte Pires Ferreira, começa com o personagem João Paulo Diniz, porque ele foi precursor de seu genro José, no que importa ao Piauí. Se eu estivesse escrevendo sobre os de apelido Pires Ferreira, a contar do Recife, o meu personagem inicial seria Domingos Pires Ferreira (meu sexto-avô). Ocorre que a tradição Pires Ferreira que chega ao nosso “Carvalho”, que aqui estudo, já estava ao tempo carregada do que lhe trouxera João Paulo Diniz, e do próprio ambiente piauiense. João Paulo Diniz foi um grande empreendedor, a ser lembrado com o máximo respeito.

### **João Paulo Diniz, meu sexto-avô, sogro de José Pires Ferreira**

Escrevo com informações de Edgardo Pires Ferreira (2013) e de Reginaldo Miranda (*João Paulo Diniz, pioneiro da indústria de charque no Piauí*, no portal Entretextos, em 2017).

João Paulo Diniz nasceu em Portugal. Faleceu depois de 1792, provavelmente em Parnaíba. Veio do Reino para o Maranhão no final da década de 1750. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, por ordem do marquês de Pombal, João Paulo Diniz ocupou a fazenda da Santa Cruz das Pedras Preguiças e respectiva casa-grande, propriedade dos padres em Barreirinhas, no Maranhão. Foi fazendeiro de criação, agricultor, industrial e comerciante. Antes de 1758, ele já se encontrava no que logo seria a vila da Parnaíba, no Piauí, criada oficialmente como vila de São João da Parnaíba em 18 agosto 1762.

Em 1768, foi nomeado, pelo Capitão-General Dom Fernando da Costa de Ataíde Teive, para o cargo de administrador da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, no vale do rio Parnaíba, estabelecendo-se na vila de São João da Parnaíba. Por volta desse mesmo ano, o de 1768, João Paulo Diniz tinha convidado seu parente Domingos Dias da Silva, radicado no Rio Grande do Sul, a entrar nos negócios de charqueadas no Piauí (não confundir com Domingos Dias da Silva, meu sétimo-avô, pai de Antônio Carvalho de Almeida, meu sexto-avô patrilíneo).

Em 1769 é encarregado, pelo mesmo Dom Fernando, de ajudar no abastecimento de carne de Belém do Pará, que consumia entre 28.000 e 30.000 bois por ano. Em tudo está evidente o papel de João Paulo como protagonista da indústria de charque, seja no então Estado do Grão-Pará e Maranhão, seja no Estado do Brasil, ao sul.

Logo, em 1770, abria novos caminhos para trazer seus rebanhos da região de Balsas e Pastos Bons, no sul do Maranhão, onde possuía várias fazendas de gado, até a foz do rio Parnaíba. Organiza açougues e oficinas de carne seca na foz do rio Balsas, para onde vaqueiros tocam imensas boiadas, que ali eram abatidas; o sal vinha rio acima. A carne, depois de retalhada e salgada, era transportada em barcos pelo rio Parnaíba abaixo, até o Porto das Barcas, de onde seguia em sumacas para Belém. Tornou-se, rapidamente, o maior fazendeiro da região em geração de receita, com a verticalização do processo produtivo: desde o boi em pé até o charque, o couro e os solados para sapatos e botas. De rigor, foi o pioneiro da industrialização da carne-seca em todo o Brasil, precedendo nessa atividade o Ceará e o Rio Grande do Sul. Seus produtos eram enviados para Alcântara, São Luís, Belém, Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Seu couro e seus solados de couro iam para o Reino. João Paulo Diniz foi ainda pioneiro na produção do algodão no Maranhão. Em 24 de abril de 1776, ele firmou contrato com a Câmara Municipal de Tutóia, no Maranhão, para o arrendamento da ilha do Caju, onde introduziu o gado vacum.

Sabe-se que João Paulo Diniz, com outros, desenvolveu a feitoria do Porto das Barcas, antes Porto Salgado, em Parnaíba, para a comercialização e exportação, especialmente, da carne-seca.

No que importa a atividade militar, que todos os poderosos deviam desenvolver àquele tempo, João Paulo foi capitão-mor de Parnaíba. Em

9 de março de 1777, foi-lhe passada a patente de mestre de campo da cavalaria de ordenanças do Piauí. Na qualidade de militar, foi membro da Junta Trina de Governo da capitania do Piauí, em 1788.

João Paulo Diniz casou-se em São Matias de Alcântara, Maranhão, com Rosa Maria Joaquina Pereira de Castro, nascida em São Matias de Alcântara e falecida em Parnaíba. Rosa Maria seria herdeira de abastado comerciante estabelecido em Alcântara. Em Parnaíba, João Paulo Diniz e esposa construíram a capela-mor da igreja matriz de Nossa Senhora da Graça, na Praça da Graça, depois de terem mandado refazer a nave central, o teto e o forro. Em 1777, a Cúria metropolitana de São Luís autorizou a bênção do templo reformado. No ano seguinte, o casal doou à paróquia uma casa na praça da igreja.

O empreendedorismo de João Paulo Diniz era estranhado pelas autoridades. O Capitão-General Dom Fernando da Costa de Ataíde Teive, acima referido, escreveu ao seu subalterno o governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, em 1770:

Um dos homens de negócio da Parnaíba, chamado João Paulo Diniz, veio aqui trazer duas sumacas de carne-seca para a Fazenda Real, tendo-se-lhe encarregado este transporte o ano próximo passado. E havendo na referida Vila alguma implicância como ele me informa, sucedeu duvidarem-lhe um piloto, que necessitava, para dar rumo a uma das embarcações, o qual, com efeito, recebeu a bordo dela, não obstante os embaraços que achou. Agora, porém, receia que na mesma Vila lhe façam alguma alcavala, de que saia prejudicado. E para evitar qualquer acontecimento contrário ao giro de seu negócio, passará V. Sa., as ordens que forem conducentes a este fim, visto andar o dito homem em serviço de S. Maj., e de tanta ponderação, que dele se deveu muita parte desta navegação até o presente ignorada (CABA Cap. Livro 2. 2.<sup>a</sup> Parte. p. 51-51v).

João Paulo Diniz foi o pioneiro da indústria de charque no Piauí, e também em toda a América Portuguesa. Antecedeu a Domingos Dias da Silva, que, logo mais tarde, iria ser conhecido na indústria e comércio parnaibano, sendo mais festejado que João Paulo, em vista da abundância material a que atingiu. Faleceu em ano ainda ignorado, provavelmente em sua casa, na antiga vila de São João da Parnaíba.

### **José Pires Ferreira, meu quinto-avô, genro de João Paulo Diniz**

Conforme Pires Ferreira (1987) escreve, José Pires Ferreira nasceu em 1757, no Recife, e morreu no povoado de Barra do Longá, no Piauí. Foi comerciante em Pernambuco e ia duas ou três vezes ao ano ao Piauí, em pequenos navios carregados de mercadorias (tecidos, sapatos, perfumes, porcelanas, especiarias etc.). Vendia ao longo da costa nordestina até chegar à cidade de Parnaíba, grande centro do comércio da carne seca. É importante esse dado, uma vez que a carne seca poderia ser trocada pelas mercadorias de José Pires Ferreira, que a transportaria em sua sumaca para o Recife, no retorno. Ainda a crescer, como comentário meu, que José Pires Ferreira era um mercador a grosso, ou seja, não era comerciante de porta de rua ou de varejo, como hoje se diria.

Casou-se em 1786, em Buriti dos Lopes, Piauí, com Mariana de Deus Castro Diniz (minha quinta-avó), nascida na fazenda de Santa Cruz das Pedras Preguiças (Barreirinhas, Maranhão), falecida na fazenda de Santo Agostinho, no atual município de Magalhães de Almeida, Maranhão. Mariana de Deus Castro Diniz era filha de João Paulo Diniz e Rosa Maria Joaquina Pereira de Castro. Como informa Pires Ferreira (1987), Mariana de Deus estava viva em 21 de novembro de 1832, quando do batismo de Liberato, filho de escravos de seu filho João de Deus Pires Ferreira (meu quarto-avô), conforme assentamento da igreja matriz de Parnaíba.

O casal José e Mariana de Deus foi residir primeiramente na propriedade de Santa Cruz das Pedras Preguiças. Essa herdade tinha sido do pai de Mariana de Deus, o muito rico João Paulo Diniz (meu sexto-avô). Com o tempo, José Pires Ferreira e Mariana de Deus Castro Diniz foram ter domicílio na cidade de Parnaíba, mas também residência na Barra do Longá, em Buriti dos Lopes, na confluência dos rios Longá e Parnaíba, de onde José controlava o seu comércio. Penso que, durante sua vida, cada vez mais sua ocupação se tenha fixado no gado, na carne-seca e no couro. A sua ligação com o Recife, mediante a ida e vinda de sumacas com mercadorias, deve ter esmaecido e cessado.

O rio Preguiças, logo acima mencionado, foi assim chamado por ser lenta a sua correnteza. Desde sua foz até a Santa Cruz das Pedras Preguiças, permitia a navegação de embarcações médias. Indo para cima

da fazenda, quando o volume de água se reduzia, os barcos tinham de ser de pequeno calado. As terras da região eram fertilíssimas e o clima agradável pela proximidade do mar. Havia chapadas para a criação de gado vacum que, penso, poderia ser vendido para carne-seca ou transformado nesse produto por ordem do próprio José Pires, para ser levada à cidade de Parnaíba. A fazenda de Santa Cruz das Pedras Preguiças era parte das antigas terras da Companhia de Jesus, sendo os escravos negros abundantes e decisivos para a geração de muita produção.

No ano de 1795, José Pires Ferreira se encontra em Barra do Longá, ocasião em que estava na posse de terras herdadas por sua esposa, Mariana de Deus, e outras terras devolutas em torno da lagoa do Bacuri e também ao longo do rio Parnaíba, do lado maranhense. Também nesse referido ano, tinha o domínio das terras herdadas por seu pai, o notável mercador Domingos Pires Ferreira (meu sexto-avô). A par dessas terras referidas, José Pires Ferreira foi obtendo a posse de grandes áreas na margem piauiense do rio Parnaíba.

É preciso tratar de Domingos Pires Ferreira (sexto-avô) para melhor entender o filho José Pires Ferreira, e o que significa o aporte Pires Ferreira. Domingos Pires Ferreira nasceu no lugar Bustelo, freguesia de Santa Madalena da Vila da Ponte, Chaves, Portugal, em 1718. Chegou ao Recife, em 1725, aos sete anos de idade, para estar sob a guarda do tio materno Manuel Alves Ferreira, comerciante, ou como diziam então, mascate. Casou-se, no Recife, em 05 de fevereiro de 1748, com Joana Maria de Deus Correa Pinto (sexta-avó), nascida no Recife, filha do comerciante e familiar do Santo Ofício Antônio Correa Pinto e de Leandra da Costa Lima, meus sétimos-avós. Domingos Pires Ferreira faleceu em 1792, no Recife, Pernambuco (Pires Ferreira, 1987).

Os filhos homens de Domingos Pires Ferreira, como Antônio, Domingos, Manuel, João de Deus, Joaquim e Gervásio, foram estudar em Coimbra. José Pires Ferreira não seguiu para Coimbra para estudar, mas, com certeza, teve boa educação no Recife. Ficou no Nordeste, especialmente no Piauí. Domingos adquiriu fazendas de gado na região norte do Piauí, no território do então município de Parnaíba. Observe-se que a razão para o interesse em carne bovina e, consequentemente, na carne-seca estava no enorme movimento humano no centro do Brasil, com a atividade mineira do ouro. O valor relativo da carne cres-

ceu enormemente durante o século 18, ao ponto de fazer fortunas. O ouro dos mineradores pagava muito bem.

José Pires Ferreira teve um primo muito importante, na mesma faina da ocupação econômica do Nordeste, sendo muito provável, se não certo, que os dois tenham se encontrado nos negócios de gado, sal e carne seca. Esse primo de José foi Domingos Affonso Ferreira, o qual inaugurou o apelido duplo “Affonso Ferreira”.

Domingos Affonso Ferreira nasceu a 14 de fevereiro de 1737, no lugar Bustelo, freguesia de Santa Maria Madalena da Vila da Ponte, Portugal. Faleceu a 05 de fevereiro de 1804, no Recife, sendo sepultado na capela da Ordem Terceira de São Francisco, onde era irmão e ministro. Domingos Affonso Ferreira era filho de Simão Affonso e de Isabel Pires (nascida no lugar Bustelo), irmã de Domingos Pires Ferreira (meu sexto-avô). Domingos Pires Ferreira e Isabel Pires eram filhos de Domingos Pires (do Penedo), sétimo-avô, batizado em 6 de abril de 1681, em Bustelo, e de Domingas Gonçalves Ferreira, sétima-avó, nascida na freguesia de São Tomé da Parada do Outeiro, Chaves. Eles se casaram em 6 de outubro de 1700. Os irmãos Domingos e Isabel eram netos paternos de Antônio Pires e de Isabel Ferreira, do lugar Bustelo. Netos maternos de Pedro Gonçalves e de Maria Álvares, moradores de Parada do Outeiro, casados em 4 de maio de 1670.

Domingos Affonso Ferreira, filho de Simão Affonso e Isabel Pires (irmã de Domingos Pires Ferreira, meu sexto-avô), chegou ao Recife, Pernambuco, para morar na casa do tio Domingos Pires Ferreira, na loja de fazendas de que esse último era proprietário. Com a ajuda do tio, Domingos Affonso Ferreira prosperou e teve sua própria loja. Chegou a ser um dos homens mais ricos de Pernambuco em sua época.

Como pode ser pesquisado em [www.parentesco.com.br](http://www.parentesco.com.br), fundado por Edgardo Pires Ferreira, Domingos Affonso Ferreira e o seu genro Bento José da Costa foram sócios em grandes empreendimentos rurais, principalmente na pecuária no Rio Grande do Norte. Domingos Affonso Ferreira recebeu duas cartas de data e sesmaria sobre partes do sítio chamado Madeira e do Amargoso nas Salinas, e a outra de sobras de terra do sítio da Entrada e das terras de Nossa Senhora do Carmo, na barra do Rio Mossoró. Domingos Affonso Ferreira e seu genro

Bento José da Costa adquiriram as terras de dona Francisca Rosa da Fonseca, com as fazendas de gado que possuía no sertão e na barra do Rio Assú, que incluía Cacimbas do Viana (hoje, Porto do Mangue) e a atual Macau, além de várias pequenas ilhas, como a desaparecida ilha de Manuel Gonçalves.

Sobre a importância dos Pires Ferreira, no qual se inclui o ramo “Affonso Ferreira”, observa-se que a junta governativa de Pernambuco, por ocasião da Revolução Pernambucana de 1817, comportava vários parentes de Domingos Affonso Ferreira: Filipe Nery Ferreira, seu filho; Gervásio Pires Ferreira, seu primo e irmão de José Pires Ferreira (este meu quinto-avô); Bento José da Costa, seu genro; e o padre Laurentino Antônio Moreira de Carvalho, que era Secretário da Junta, possivelmente seu cunhado, pois o sogro de Domingos foi o capitão Laurentino Antônio Moreira de Carvalho, mesmo nome do padre.

Sobre os empreendimentos rurais de Domingos Affonso Ferreira e Bento José da Costa, no Rio Grande do Norte, e sobre as escrituras, inventários e testamentos destes, deve-se consultar *Ilha de Manoel Gonçalves, vida e morte*, de João Felipe da Trindade, de 2016. Além disso, o testamento de Domingos Affonso Ferreira encontra-se no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, no Recife.

### **João de Deus Pires Ferreira, meu quarto-avô**

João de Deus Pires Ferreira (meu quarto-avô), filho de José Pires Ferreira e Mariana de Deus Castro Diniz, nasceu em 1797, na fazenda Beirú, Barra do Longá, Buriti dos Lopes. Morreu na mesma fazenda, que dista alguns quilômetros da sede da fazenda Olho d’Água, atualmente conhecida como “Olho d’Água dos Pires”, em Esperantina.

Casou-se na fazenda Águas Claras, hoje em Batalha, com Clarinda Maria de Jesus Rodrigues de Carvalho (quarta-avó), lá mesmo nascida e falecida na fazenda Beirú (Pires Ferreira, 1992).

João de Deus Pires Ferreira (meu quarto-avô), filho de José Pires Ferreira e Mariana de Deus Castro Diniz, herdou terras dos pais, como o resto de seus irmãos. João de Deus ainda recebeu propriedade em Pastos Bons, no sul do Maranhão, que lhe teriam chegado vindas seu avô João Paulo Diniz. Como escreve Pires Ferreira (1992) teve muitos

negros escravizados, o que era, muito mais que a simples terra, mostra de poder econômico e riqueza.

Clarinda Maria de Jesus Rodrigues de Carvalho (quarta-avó) foi filha do capitão de milícias José Rodrigues de Carvalho e Maria de Jesus. Nasceu na fazenda Águas Claras e faleceu na fazenda Beirú, no atual município de Esperantina. Há ainda um dado interessante. Clarinda Maria era irmã inteira de Lina Carlota de Jesus Rodrigues de Carvalho, que se casou com Antônio Pires Ferreira, irmão inteiro de João de Deus Pires Ferreira (Pires Ferreira, 1992). Clarinda Maria e Lina Carlota eram filhas de José Rodrigues de Carvalho e Maria de Jesus (Pires Ferreira, 1992; Castro, 2014, p. 450). Para meu gosto pessoal, observo que Antônio Pires Ferreira e Lina Carlota de Jesus Rodrigues de Carvalho são trisavós de Edgardo Pires Ferreira, cuja obra em genealogia me possibilitou escrever deste livro.

Qual a importância de duas irmãs casarem com dois irmãos? Penso que isso mostre que o casal de onde vinham as moças (José Rodrigues de Carvalho e Maria de Jesus) era bem avaliado socialmente. Não teria sentido, frente aos costumes, que dois ricos Pires Ferreira fizessem casamentos desiguais.

Para além disso tudo, como em Castro (2014, p. 449), José Rodrigues de Carvalho pode ser irmão, ou primo, de Ana Maria da Conceição Rodrigues de Carvalho, quinta-avó, mulher de Antônio Carvalho de Almeida, filho, meu quinto-avô patrilinear. Como escreve Valdemir Miranda de Castro, José e Ana Maria seriam descendentes do capitão de infantaria Francisco Rodrigues de Carvalho, com patente desse posto passada em 1674; e/ou do irmão do último, o sargento-mor Domingos Rodrigues de Carvalho, comandante da companhia que integrava as forças de Francisco Dias d'Ávila em suas incursões nos sertões do Piauí.

O casal João de Deus Pires Ferreira e Clarinda Maria teve, entre outros filhos, Ana de Deus Pires Ferreira (minha trisavó), nascida em 1825, na fazenda Beirú. Ela casou, em 1841, na mesma fazenda Beirú, com João Francisco Carvalho de Almeida (meu trisavô em linha paterna). Ana de Deus Pires Ferreira estava viva em 1887.

Ver quadro *Ascendência de José Carvalho de Almeida, meu bisavô patrilinear, por sua mãe Ana de Deus Pires Ferreira* (página 193).



## **Aporte Borges Leal**

É decorrente, de imediato, de Philomena Rosa Borges Leal (minha bisavó). No entanto, já tinha ocorrido uma vez, por via da Francisca Castelo Branco (minha quarta-avó), mulher de José Carvalho de Almeida (meu quarto-avô patrilíneo).

De rigor, o aporte Borges Leal é, em parte, um reforço da tradição Carvalho de Almeida, vinda originariamente de Antônio Carvalho de Almeida (meu sexto-avô patrilíneo e sétimo-avô) e de seu primo Manuel Carvalho de Almeida (sétimo-avô, duas vezes). A tradição Carvalho de Almeida incorporou a tradição das iniciais mulheres Castelo Branco, adensada nos descendentes, homens e mulheres, de que é sinal poderoso a continuada adoção do apelido Castelo Branco, como uma comunicação de gente de qualidade.

### **João Borges Leal, meu quinto e sexto-avô**

Tudo como consta de Pires Ferreira (2013), João Borges Leal, nascido no Reino, faleceu em 20 de setembro de 1759, na fazenda São Pedro, em Campo Maior. Foi rico fazendeiro em Santo Antônio do Surubim de Campo Maior.

Em 1741, casou-se com Clara da Cunha e Silva Castelo Branco (sexta-avó, duas vezes), filha de Manuel Carvalho de Almeida e Clara da Cunha e Silva Castelo Branco, na casa-grande da fazenda Boa Esperança, em Santo Antônio do Surubim de Campo Maior. Clara faleceu antes de seu pai Manuel Carvalho de Almeida, na fazenda São Pedro, próxima da Boa Esperança.

João Borges Leal foi filho de João Borges Marinho de Brito, tenente-coronel do Exército e de Ana de Sousa, chegados à cidade da Bahia em 1725. Entre 1730 e 1740, passaram à região de Oeiras, Piauí.

Muito importante a se dizer é que João Borges Leal possuía vários irmãos inteiros que, como ele, tiveram atividade econômica no Piauí. Foram eles: Albino Borges Leal, que se radicou em Piracuruca; Francisco Borges Leal, na terra que se chamou Buriti dos Lopes; Antônio Borges Marinho, em Ribeira e Guariba, na região de Picos; e Joana Borges Leal, que se casou (?) e foi morar também na região de Picos.

Entre outros filhos e filhas, João Borges Leal e Clara da Cunha e Silva Castelo Branco foram pais de Francisco Borges Leal Castelo Branco (quinto-avô) e de Bernardo Borges Leal (quarto-avô).

### **Francisco Borges Leal Castelo Branco, meu quinto-avô**

Francisco Borges Leal Castelo Branco (também conhecido e referido como Francisco Borges Leal ou Francisco Borges) foi filho de João Borges Leal e Clara da Cunha e Silva Castelo Branco. Nasceu na casa-grande da fazenda São Pedro, em Campo Maior, em 1744. Faleceu no antigo povoado de Barras. Foi procurador e, em seguida, administrador dos bens deixados por Manuel da Cunha Carvalho, que fora casado com Isabel da Cunha e Silva Castelo Branco, tia de Francisco.

Francisco Borges Leal Castelo Branco casou-se com Ana Rosa do Lago (quinta-avó), de quem não sei os pais, ou algo a mais que o nome, constante em Pires Ferreira (2013).

### **Francisca Castelo Branco, minha quarta-avó**

Francisca Castelo Branco foi filha de Francisco Borges Leal Castelo Branco e de Ana Rosa do Lago. Nasceu em Campo Maior e faleceu em Barras. Casou-se com José Carvalho de Almeida, meu quarto-avô patrilinial, e também quinto-avô, pelo lado que aqui se estuda.

### **Bernardo Borges Leal, meu quarto-avô**

Bernardo Borges Leal foi filho de João Borges Leal e Clara da Cunha e Silva Castelo Branco, acima referidos. Foi tio paterno de Francisca Castelo Branco, acima referida. Bernardo nasceu na casa-grande da Fazenda São Pedro, Campo Maior, em 1746. Faleceu em Livramento, hoje Barras. Não sei com quem se casou. Não consta de Edgardo Pires Ferreira, e eu não soube como apurar. Bernardo foi pai de Francisco Borges Leal (trisavô).

### **Francisco Borges Leal, meu trisavô**

O coronel Francisco Borges Leal foi filho de Bernardo Borges Leal, quarto-avô, acima referido e, assim, irmão de Antônio Borges Leal (que se casou com Veneranda Francisca de Almeida).

Francisco Borges Leal nasceu em Barras. Casou-se com Francisca Vitalina Castelo Branco (trisavó), filha de José Carvalho de Almeida (meu quarto-avô patrilínear e quinto-avô por este lado, por ser pai de Francisca Vitalina) e de Francisca Castelo Branco (quarta-avó e quinta-avó, por este lado).

Francisco Borges Leal e Francisca Vitalina Castelo Branco foram pais de Philomena Rosa Borges Leal (bisavó) que se casou com José Carvalho de Almeida, segundo do nome, meu bisavô patrilínear.

Foram irmão inteiros de Philomena Rosa: Joaquina Clara (que casou com Alexandre Carvalho de Almeida, irmão do seu marido José) e Ana Rosa.

Ver quadros *Parentescos de Philomena Rosa Borges Leal, minha bisavó, mãe de meu avô Genésio de Carvalho* (página 194) e *Ascendência patrilínear de Philomena Rosa Borges Leal, minha bisavó* (página 195).

### **O Aporte Freitas que foi inibido**

Meu avô Genésio de Carvalho casou-se em Curitiba, Paraná, com Rosália (Stella) de Avelleda Freitas, nascida em 27 de maio de 1891, em Curitiba, e falecida em 27 de julho de 1972, em São Paulo. Rosália, minha avó, era filha do Coronel do Exército Anastácio de Freitas, nascido no Rio de Janeiro, e de Maria da Glória Avelleda, do Paraná. O casamento de Genésio com Rosália, moça muito bonita e filha de um oficial superior do Exército, mostra que Genésio era bem avaliado socialmente, ainda que simples alferes da Força Pública, vindo do longínquo Nordeste. Ver página 151.

Genésio foi alguém desentroncado genealógicamente no Paraná, sem bens econômicos, de mando ou da imanência. Esteve certamente à disposição para absorver para si e seu filhos a tradição genealógica da gente de sua mulher Rosália. Isso poderia muito bem ter aconte-

## ANTEPASSADOS

cido. No entanto, a mãe de Rosália, a minha bisavó Maria da Glória Avelleda morreu cedo e Anastácio casou-se com Aura Rosa de Sousa, conforme dados que colhi no Arquivo Histórico do Exército. Neste quadro, ao que tudo indica, Rosália indispôs-se definitivamente com o pai; dele e da gente dele não passou uma boa memória aos seus filhos com Genésio.

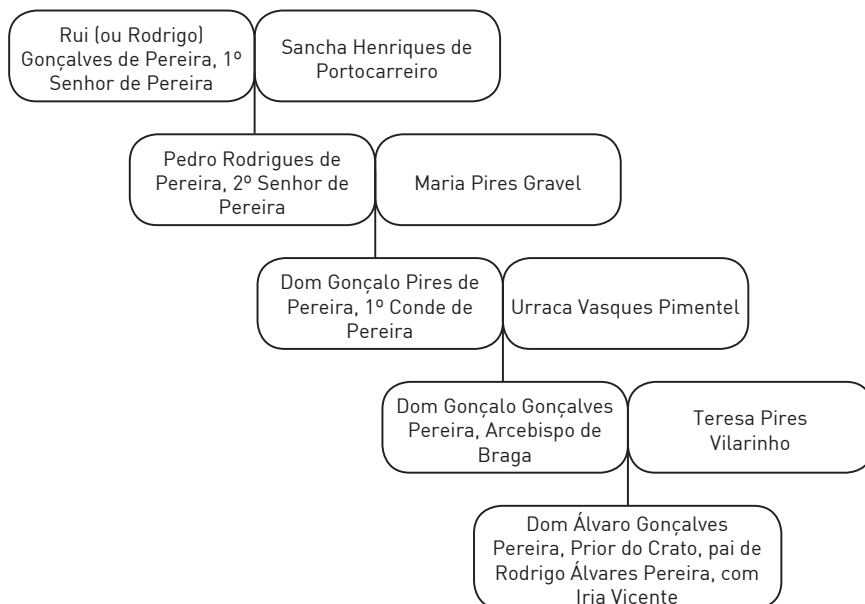
Meu bisavô Anastácio morreu em 13 de março de 1943. Quanto à minha bisavó Maria da Glória Avelleda, minha avó Rosália nada teve de objetos, ou algo mais, com a entrada da madrasta Aura Rosa na vida do pai. Houve um corte do que poderia vir de Anastácio e de Maria da Glória. Aquilo que seria o aporte Freitas foi inibido. Em suma, meu avô Genésio, em pouco tempo de casado, perdeu a potencial herança Freitas ou Freitas/Avelleda para si e seus filhos.

Quando Genésio morreu no Piauí, em 1919, com seus filhos ainda crianças: Oswaldo, Ondina, Orival, Odilon e Genésio, eles se tornaram paranaenses genéricos, sem ter o que de bom e antigo lhes pudesse vir da mãe Rosália e do pai nordestino.

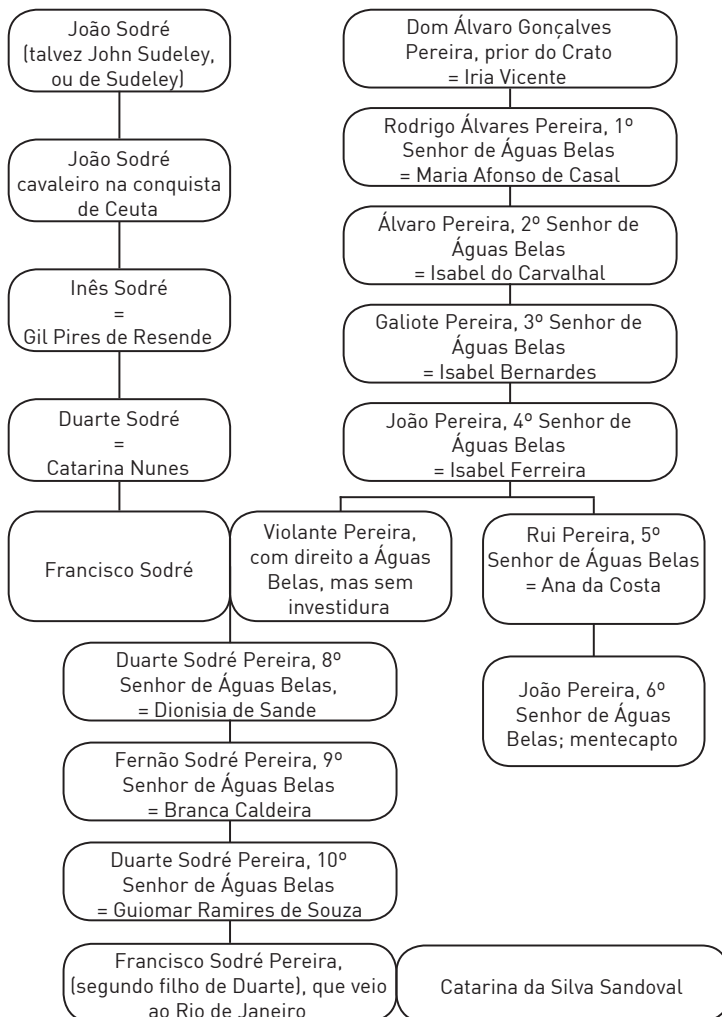
# **QUADROS GENEALÓGICOS**



## Aporte “Pereira” que dará em “Sodré Pereira”

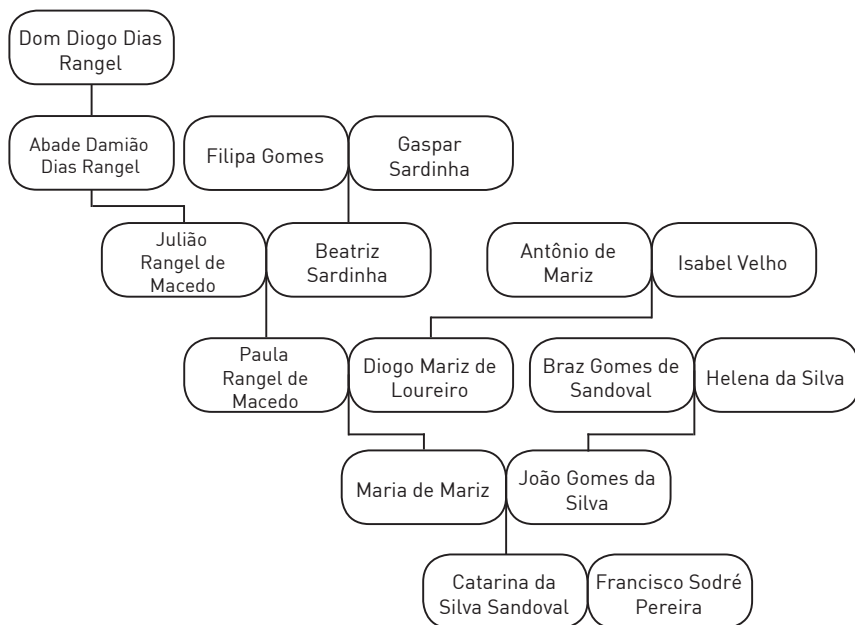


## Formação do apelido duplo “Sodré Pereira”

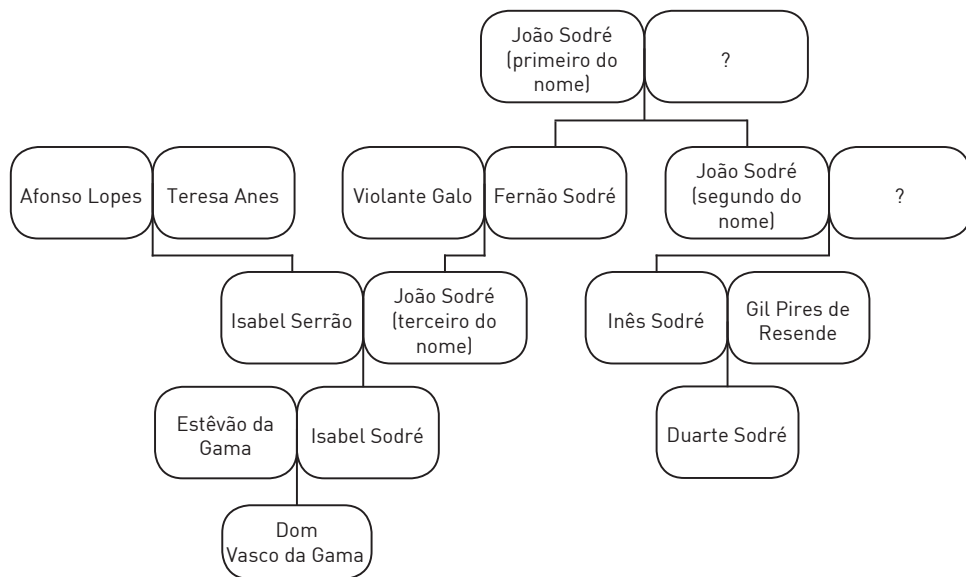




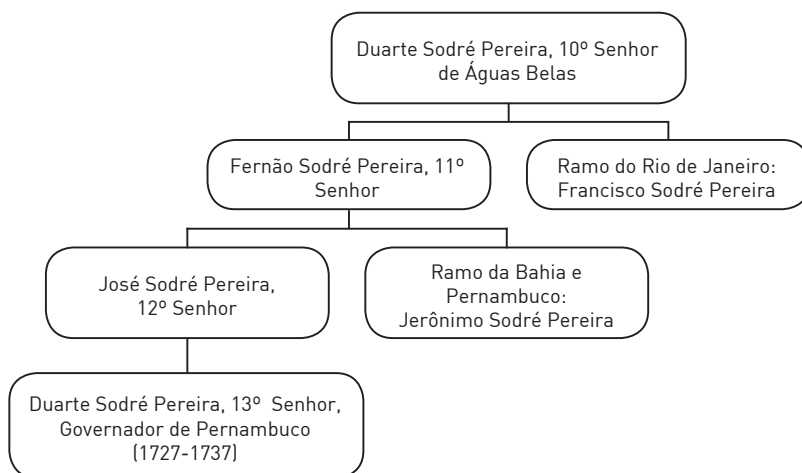
## Catarina da Silva Sandoval, mulher de Francisco Sodré Pereira



## Parentesco entre Vasco da Gama e Duarte Sodré

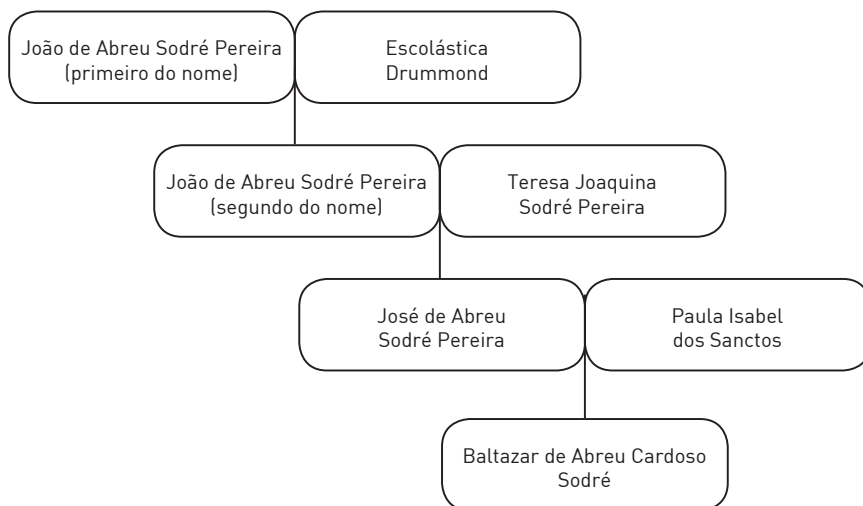


## Linhagem principal (Casa de Águas Belas) e os ramos brasileiros de Sodré Pereira

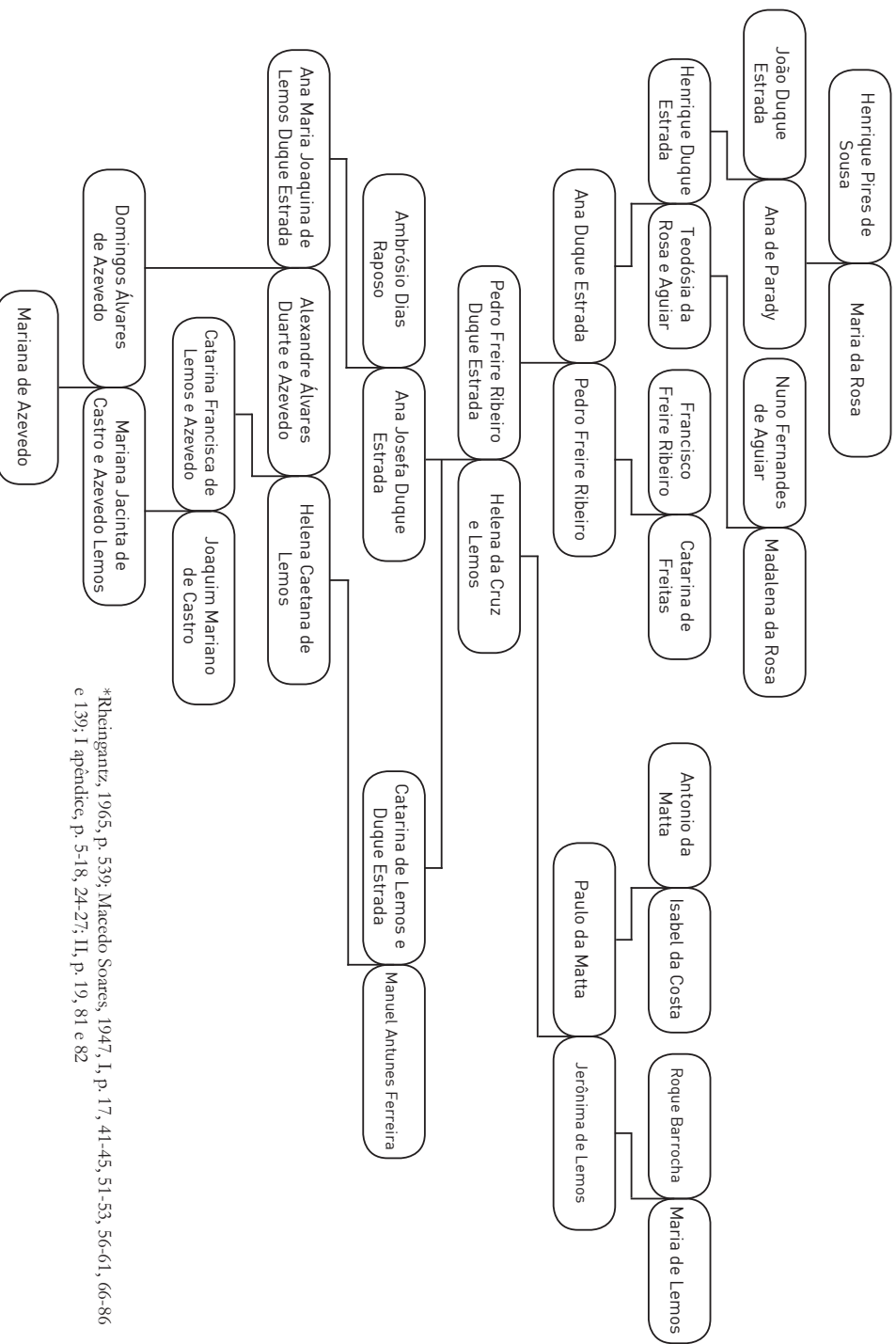




## Ascendência de Baltazar

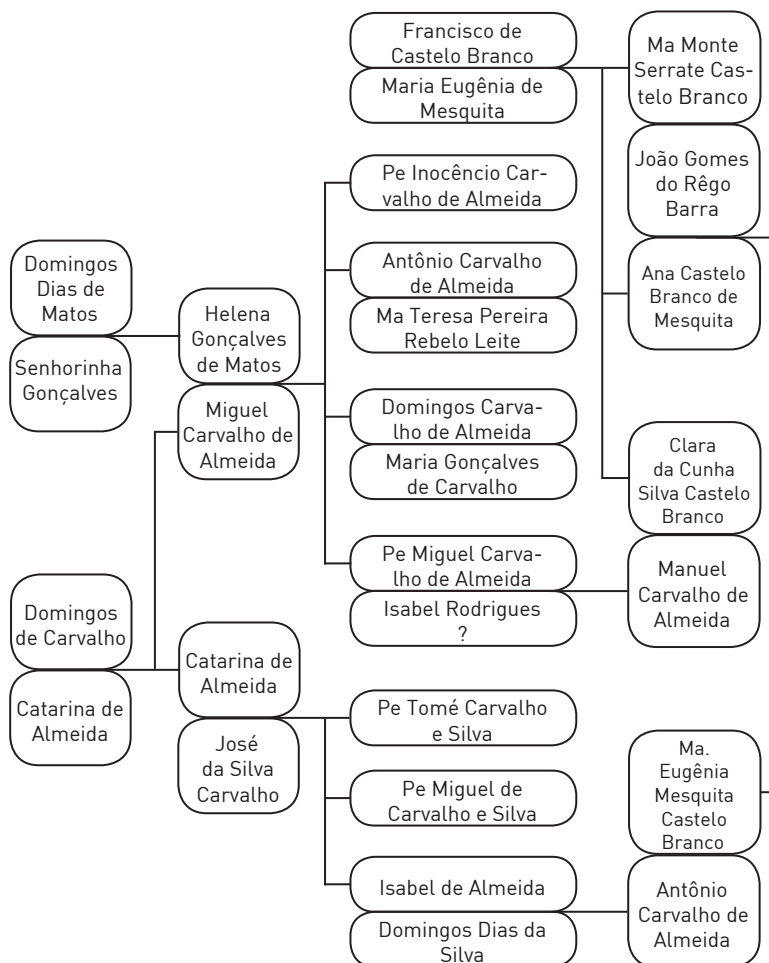


## Ascendência de Mariana \*

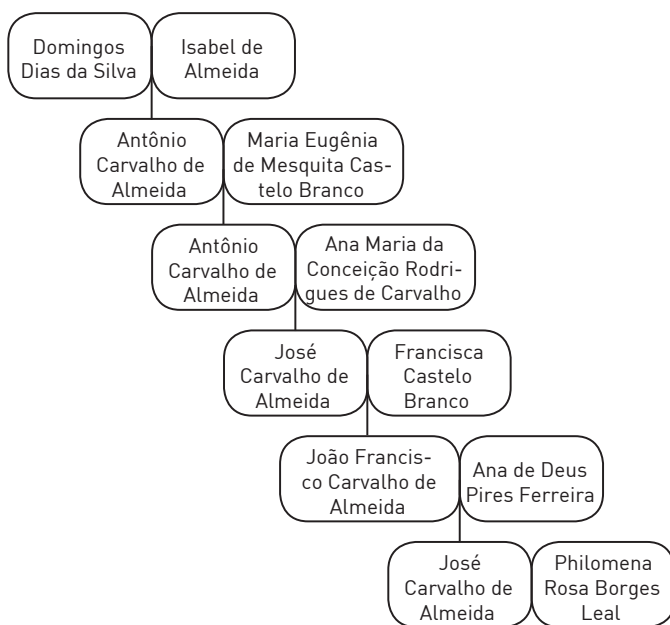


\*Reininger, 1965, p. 539; Macedo Soares, 1947, I, p. 17, 41-45, 51-53, 56-61, 66-86 e 139; I apêndice, p. 5-18, 24-27; II, p. 19, 81 e 82

## Parentela Carvalho de Almeida séculos 17 e 18 - de Portugal para o Brasil

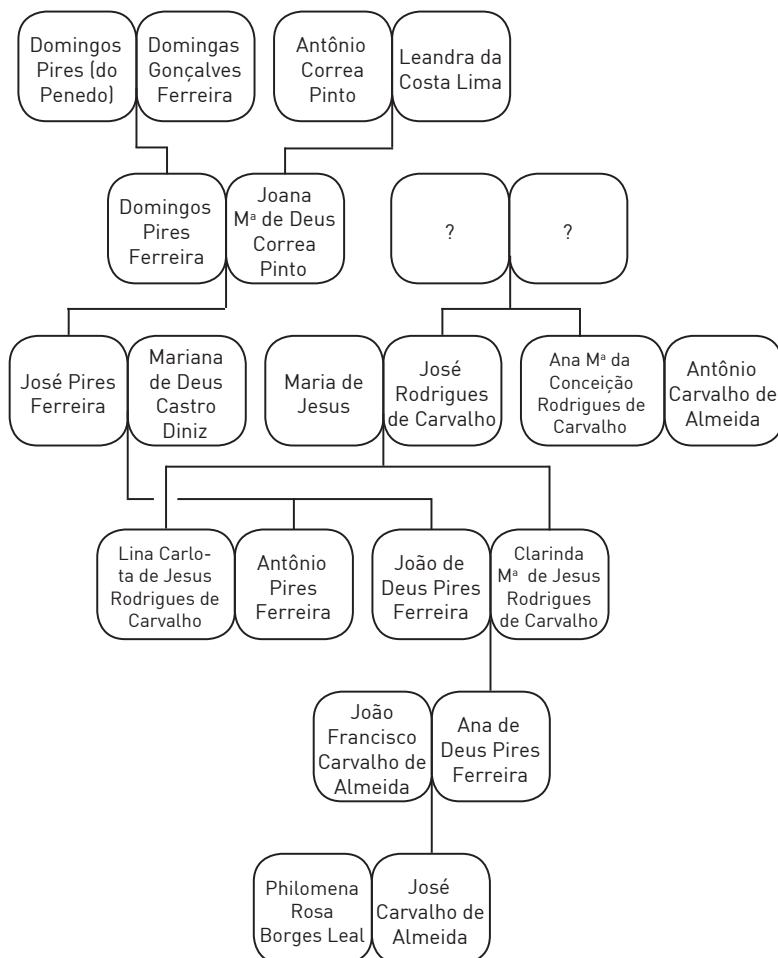


## Ascendência patrilinear de José Carvalho de Almeida, meu bisavô, pai de meu avô Genésio de Carvalho

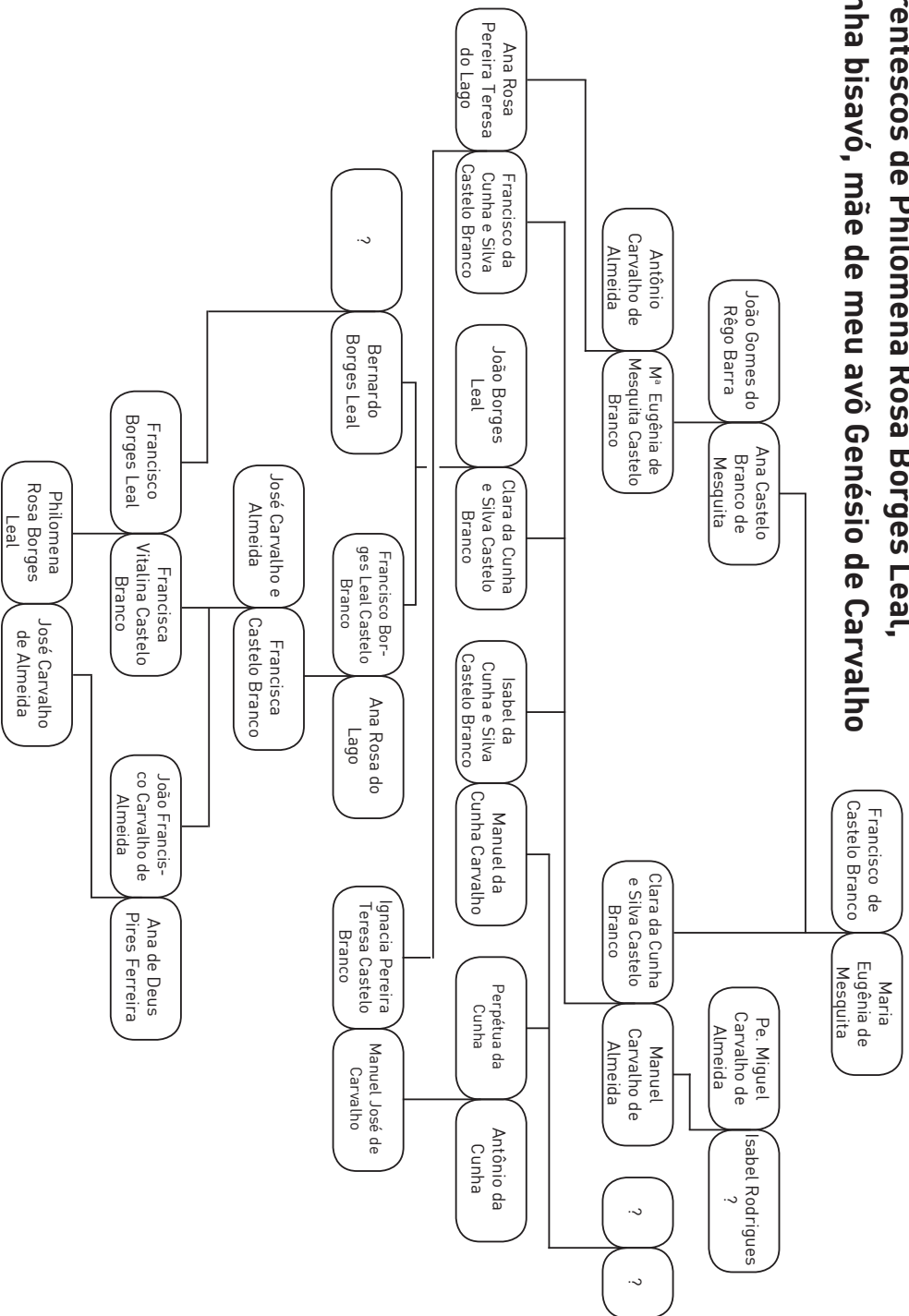




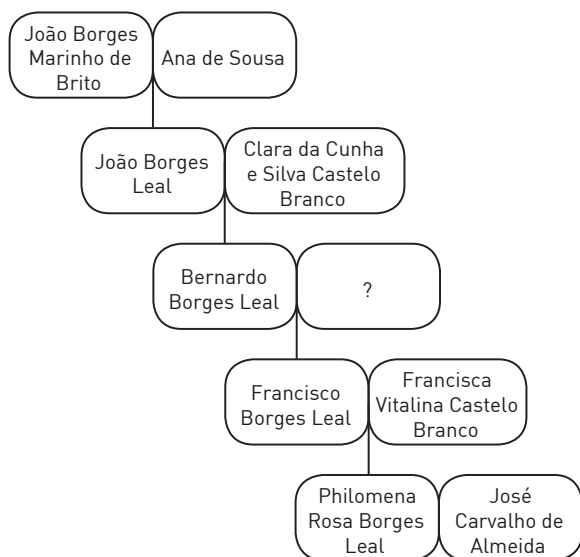
## Ascendência de José Carvalho de Almeida, meu bisavô patrilinear, por sua mãe Ana de Deus Pires Ferreira



# Parentescos de Philomena Rosa Borges Leal, minha bisavó, mãe de meu avô Genésio de Carvalho



## Ascendência patrilinear de Philomena Rosa Borges Leal, minha bisavó





# REFERÊNCIAS E SUGESTÕES DE LEITURA

ABREU SODRÉ, Roberto Costa de. *No Espelho do Tempo – Meio Século de Política*. São Paulo: BestSeller, 1995.

BAIÃO, António. *A vila e concelho de Ferreira do Zêzere – Apontamentos para sua história documentada*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1918

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro, Coleção Vieira Fazenda nas Comemorações do Centenário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *Albernazes e Homens da Costa*. In: Revista da ASBRAP, n. 11, p. 89-124, 2005.

\_\_\_\_\_. *Cristãos-novos em São Paulo (séculos XVI-XIX) – assimilação e nobilitação*. São Paulo: ASBRAP, 2015.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

## ANTEPASSADOS

BRANDÃO, Renato Pereira. *A fundação do Rio de Janeiro na ocupação régia do espaço vicentino*. In: ACERVO, Rio de Janeiro, vol. 28. N. 1, p. 159-172, jan/jun 2015.

BRUNO, Ernani Silva. *Arraial de sertanistas (1554-1828)*. In: *História e tradições de São Paulo*, vol. I, 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

CABRAL, Oswaldo. *História de Santa Catarina*, s/d.

CARVALHO, Padre Miguel de. *Descrição do sertão do Piauí*, completado e entregue ao bispo de Pernambuco no ano de 1697 (comentários e notas do Padre Cláudio Melo). Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2009.

CARVALHO, Afonso Ligório Pires de. *Terra do gado – a conquista do Piauí na pata do boi*. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

CARVALHO, Elmar. *Bernardo de Carvalho – o fundador de Bitoroacara*. Teresina: Gráfica do Povo, 2012.

CARVALHO, Gilberto de Abreu Sodré. *Os Carvalho de Almeida do Piauí*. Brasília: MultArt, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Inquisição no Rio de Janeiro no começo do século XVII*, Rio de Janeiro: Imago Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. *Memorial do Ouro*. Teresina: Entretextos, 2014.

\_\_\_\_\_. *Homo genealogicus – gênese e evolução do ser humano socialmente importante*. São Paulo: Edição do Autor, 2017.

CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal de. *Apontamentos bibliográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na Província do Piauí*. Teresina: 1879. Obra reeditada pela Academia Piauiense de Letras, em 2012.

CASTELO BRANCO, Renato. *Os Castelo Branco d'aquém e d'além mar*. São Paulo: LR Editores, 1980.

CASTILHO, Júlio de. *A ribeira de Lisboa*. 3ª. Edição. Lisboa: Câmara Municipal, 1998.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1944.

CASTRO, Sérgio Sodré de. *Ligações familiares de Vasco da Gama pelo lado materno*. In: Armas e Troféus – Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte, páginas 453-465. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 2003 (Nota: Este artigo está revisado no blog do seu autor <http://sodre.blogs.sapo.pt>).

\_\_\_\_\_ . <http://sodre.blogs.sapo.pt> (neste blog, encontra-se a concentração de material de Sergio Sodré de Castro, sobre “Sodré” e sobre os “Pereira” medievais.

\_\_\_\_\_ . Diversas manifestações e contributos, por troca de e-mails entre os autores do artigo do corpo do texto, durante fevereiro de 2017.

CASTRO, Valdemir Miranda de. *Enlaces de familia – uma genealogia em construção*. Esperantina: Edição do Autor, 2014.

\_\_\_\_\_ . Artigo publicado por Valdemir Miranda de Castro no portal Entretextos, facilmente encontrado na internet, sob o título “Ascendência do Padre Miguel de Carvalho”, em 2015.

\_\_\_\_\_ . Diversas conversações por telefone com o autor deste trabalho, durante 2015.

FOSTER, Joseph. *The dictionary of heraldry – feudal coats of arms and pedigrees*. London: Studio Editions, 1996.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senborial do Rio de Janeiro*. In: Topoi – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 45-122, 2000.

## ANTEPASSADOS

\_\_\_\_\_. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (século XVI e XVII)*, p. 31-71. In: Fragoso, João; Bicalho, Maria Fernanda; Gouvêa, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos – a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_ e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto – mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, 1790-1840*. 4ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Nobreza vive em Bandos: A Economia Política das Melhores Famílias da Terra do Rio de Janeiro, século XVII*. In: TEMPO – Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003.

\_\_\_\_\_. *Fidalgos e parentes de pretos: nota sobre a nobreza principal do Rio de Janeiro (1600-1750)*. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (organizadores). *Conquistadores e negociantes – histórias das elites no Antigo Regime nos trópicos; América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (organizadores). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico – comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GARCIA, José Manuel. *O Terrível - a grande biografia de Afonso de Albuquerque*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*, 5ª edição. Rio de Janeiro: Lacerda Editores. 2000.

GOMES, João Eduardo Monteiro. *Os Camargos de São Paulo e Tatuí*, Coleção Ascendências Paulistanas, tomo II, volume II; São Paulo: Edição do Autor, 2017.

GORENSTEIN, Lina. *Um Brasil subterrâneo: cristãos-novos no século XVIII*. In: Grinberg, Keila (organizadora). *Os judeus no Brasil – inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



HERSON, Bella. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)*. Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa*. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LOUREIRO, Guilherme Maia de. *Estratificação e mobilidade social no Antigo Regime em Portugal (1640-1820)*, Lisboa: Guarda-mor, 2015.

\_\_\_\_\_. Troca de e-mails sobre os Carvalho de Almeida portugueses.

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. *Nobiliarquia Fluminense ou Genealogia das Principais e Mais Antigas Famílias da Corte e da Província do Rio de Janeiro*. Edição ampliada e publicada por seu filho, o desembargador Julião Rangel de Macedo Soares. 2 volumes. Niterói, Imprensa Estadual do Rio de Janeiro, 1947.

MACEDO SOARES, Emmanuel. *As ruas contam seus nomes*, vol. 1. Niterói Livros, 1993.

MARQUES, José. A origem do concelho de Ribeira de Pena (1331). In: *Revista de Guimarães*, número 1013, 1993, páginas 327-341.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. *A vida de Nun'Álvares – história do estabelecimento da dynastia de Aviz*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1893.

MELO, Padre Cláudio. *Os primórdios de nossa história*. Teresina: Edição do autor, 1983.

\_\_\_\_\_. *Fé e civilização*. Teresina: Edição do autor, 1991.

MILLER, Célia Peitl. *O doutorado em Matemática no Brasil: Um estudo histórico documentado (1847-1937)*, tese de doutorado em Educação. Rio Claro: UNESP. 2008.

MIRANDA, Reginaldo. *Padre Miguel de Carvalho e Almeida, fundador de paróquias e missionário do sertão*. Constante do blog de Elmar de Carvalho, em 2017.

## ANTEPASSADOS

\_\_\_\_\_. *Dom Francisco de Castelo Branco*. Constante do blog de Elmar de Carvalho e do site Entretextos, em 2017.

\_\_\_\_\_. *De Ribeira de Pena ao Piauí: a trajetória da família Carvalho de Almeida nos séculos XVII e XVIII*. Constante do portal Entretextos, em 2017.

\_\_\_\_\_. *João Paulo Diniz, pioneiro da indústria de charque no Piauí*. Constante do portal Entretextos, em 2017.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Os nomes de família em Portugal – uma breve perspectiva histórica*. In: Revista do Centro em Rede de Investigações em Antropologia, vol. 12, 2008.

\_\_\_\_\_. *Nomes e apelidos em Portugal*. In: História da Vida Privada em Portugal – Idade Moderna, José Matoso (direção) e Nuno Gonçalo Monteiro (coordenação). Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2011.

NISKIER, Arnaldo. *Padre Antônio Vieira e os judeus*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Unesp, 2009.

PIAZZA, Walter F. (apresentador). *Relatório e Fala no Governo de Santa Catarina – Feliciano Nunes Pires (1833-1835)*. Florianópolis, Santa Catarina, Arquivo do Estado de Santa Catarina, 1985.

PIRES FERREIRA, Edgardo. *A mística do parentesco, volume 1 - Pernambuco*. Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano: 1987.

\_\_\_\_\_. *A mística do parentesco, volume 2 - Piauí/Rio de Janeiro*. São Paulo: Livraria Corrêa do Lago, 1992.

\_\_\_\_\_. *A mística do parentesco, volume 3, tomo I – Piauí/Maranhão*. São Paulo: Livraria Corrêa do Lago, 1993.

\_\_\_\_\_. *A mística do parentesco, volume 3, tomo II – Piauí/Maranhão (Rio de Janeiro)*. São Paulo: Livraria Corrêa do Lago, 1993.

\_\_\_\_\_. *A mística do parentesco, uma genealogia inacabada – volume 5 – Os Castello Branco e seus entrelaçamentos familiares no Piauí e no Maranhão*, 1ª. edição. Piauí: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba, 2008.

\_\_\_\_\_. *A mística do parentesco, uma genealogia inacabada – volume 5 – Os Castello Branco e seus entrelaçamentos familiares no Piauí e no Maranhão*, 2ª. edição revista e ampliada, São Paulo: Arvore Editorial, 2013.

PONTE, Teresa Cristina Rôssas da. *Estruturas residenciais dos condes de Pombeiro: o paço de Belas*. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Patrimônio e Turismo Cultural. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2013 (disponível na internet).

RAMINELLI, Ronald. *Poder político das câmaras*. In: FRAGOSO, João e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (organizadores). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico – comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, p. 371-400. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

RÊGO, Antenor. *Barras – histórias e saudades*, Teresina: EDUFPI, 2007.

\_\_\_\_\_. *Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Barras do Maranhão – História*. Teresina: Nova Aliança Editora, 2018.

RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e VII) – volume I*. Coleção Vieira Fazenda nas Comemorações do Centenário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

\_\_\_\_\_. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*, vol. II, Livraria Brasileira Editora, 1967.

ROSAS, Tarcísio. *Personalidades históricas do Rio Grande do Norte (séculos XVI a XIX)*. Natal: Fundação José Augusto – Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine - CEPEJUL, 1999.

## ANTEPASSADOS

SALVADOR José Gonçalves. *Os cristãos-novos: povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680)*. São Paulo: Livraria Pioneira/Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

SILVA, Maria Júlia de Oliveira e. *Fidalgos-mercadores do século XVIII: Duarte Sodré Pereira*. Temas Portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Tenentismo ao Estado Novo – Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

SOUZA, José Antônio de. *Da Vila Real da Praia Grande a Imperial Cidade de Niterói*. Niterói Livros, 1993.

SOVERAL, Manuel Abranches de. *Famílias de Ribeira de Pena – subsídios para a sua genealogia (séculos XV a XVIII)*. Tal obra é encontrada no sítio: [www.soveral.info](http://www.soveral.info). 2002.

\_\_\_\_\_ ; MENDONÇA, Manuel Lamas de. *Ensaio sobre a origem dos Resende/Sodré*. 2008. Separata da revista Armas e Troféus, IX série. Janeiro/Dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_ . *Reflexões sobre a origem dos Rocha, dos Aguiã, dos Calbeiros e dos Jácome*. In: “Raízes & Memórias”, nº 29, Dezembro de 2012, p. 149-196, 2012.

\_\_\_\_\_ . Diversas trocas de e-mails, durante os anos de 2016 e 2017, sobre o assunto dos “Carvalho de Almeida”.

\_\_\_\_\_ . Troca de e-mails sobre a origem dos “Rangel”, 2018.

SUCENA, Eduardo. *Cais do Sodré*. In: Francisco Santana e Eduardo Sucena. *Dicionário de História de Lisboa*. Lisboa: Editores Carlos Quintas e Associados, 1994.

TRINDADE, João Felipe da. *Ilha de Manoel Gonçalves, vida e morte*. Ensaio de 2016

TÚLIO, Antônio da Silva. *Praça dos Remolares*. In: *Arquivo Pitoresco*, vol. III. Lisboa, 1860.

*ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL*, editado pela W. M. Jackson Inc. (data da edição não indicada, cerca de 1915), em PIRES, Feliciano Nunes.

*ENCICLOPÉDIA MIRADOR*, ed 1993, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.





